

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 57 - Série VII - N.º 725
19 de Novembro de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira

Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



Jovens CDU vão mesmo continuar juntos!

A amizade, a alegria, a livre troca de opiniões, o espírito de unir e reforçar vontades, o desporto e o espectáculo ao vivo construíram com êxito o 1.º Encontro Nacional da Juventude CDU realizado no passado domingo na Cidade Universitária em Lisboa. Eles vão dar que falar...

(págs. 1, 2 e 3
/Semana)

Trabalhadores mobilizam-se em defesa do Sector Público

- dez dias
de esclarecimento
- Função Pública
marca desfile
- Professores:
a luta
e os resultados

(págs. 6/7 Semana)

PCP contra a prisão de dirigentes comunistas e operários turcos

Logo que foi conhecida a prisão dos dois dirigentes comunistas e operários turcos, efectuada em Ankara quando do seu regresso à pátria, o Secretariado do CC do PCP divulgou a seguinte nota:

Os comunistas portugueses protestam firmemente contra a prisão pelo governo turco de Haydar Kutlu, secretário-geral do Partido Comunista da Turquia, e Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia.

A prisão, no aeroporto de Ankara, quando, após a fusão dos dois partidos no Partido Comunista Unificado da Turquia, regressavam à sua pátria a fim de participar nas «eleições» marcadas para 29 deste mês, desmente a propaganda com que a ditadura turca tenta fazer crer à opinião pública internacional que as

eleições se realizarão democrática e livremente.

Os comunistas portugueses reclamam a libertação de Haydar Kutlu e Nihat Sargin e expressam a sua solidariedade ao Partido Comunista da Turquia, assim como a todas as forças democráticas turcas e ao povo da Turquia que lutam pelo fim da ditadura e pela conquista da liberdade e da democracia.

O Secretariado do Comité
Central
do Partido Comunista
Português

(Pág. 12/Semana)

BACIA DO AVE

(pág. 6/7/em Foco)

Seminário em Guimarães estuda o presente
à procura de um futuro melhor

Em Foco/Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 725
19 de Novembro de 1987
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente



I JORNADAS DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO

VILA FRANCA DE XIRA TOMA O FUTURO NAS MÃOS

Basta, diz-se na nota de passada sobre-
tudo, tem que se ir ligar
«Crescimento e desenvolvimento
não são sinónimos. A evolução do
nosso Concelho depende de
qual a prioridade da Vila Franca de Xira, na
optativa de futuro das Liberdades de
Desenvolvimento do Concelho, por uma
vez, quando presente no futuro do futuro
Anísio Vitorino. E tem láto que se fu-
diga, que o conceito não corra este na base

Henrique Custódio



Orçamento de Cavaco
apresentado na AR

**Maioria aperta o cinto
e clientelas alargam-no**

(pág. 9/Semana)



1.ª ASSEMBLEIA DA PAZ
DO DISTRITO DE BEJA
Sábado dia 14 de Novembro - 87
CASA DA CULTURA DE BEJA

Assembleia da Paz em Beja

**Nem F-16, nem
mais «facilidades»!**

(pág. 10/Semana)

Editorial

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 725

19 de Novembro de 1987

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Cartas na mesa

Os portugueses e, por força da sua intervenção na vida política, os democratas e patriotas mais empenhados na defesa do regime democrático, da independência nacional e da Paz e no consequente combate pela melhoria das condições de vida do povo e pelo progresso económico e social do País, dispõem agora de elementos mais precisos que confirmam de maneira palmar a justeza das previsões e prevenções do Partido Comunista Português e das saídas que propõe para a complexa situação política que vivemos.

No plano institucional e político como na frente social e na frente de massas os portugueses amantes da sua Pátria e zelosos das suas conquistas democráticas estão agora em condições de conhecer, preto no branco, os projectos e ideias do Governo e das diversas forças intervenientes no processo político português, as soluções que preconizam para os problemas nacionais mais instantes, assim como para determinar nas formas adequadas as linhas de acção e de luta que a situação nacional coloca na ordem do dia.

A entrega nos últimos dias dos diversos projectos de revisão constitucional na mesa da Assembleia da República e, no extremo dos limites legais, do Orçamento do Estado pelo Governo cavaquista, exprimem no quadro político e institucional as questões mais candentes da conjuntura portuguesa actual.

As cartas estão na mesa. O momento dos lances decisivos aproxima-se. O futuro político de certos democratas pouco vigilantes ou mais propensos a inadmissíveis compromissos com a direita pode vir a jogar-se nos tempos imediatos nos tabuleiros da verdade.

É também um dos momentos em que os trabalhadores, os portugueses das classes, camadas e sectores intermédios da população, as suas organizações sociais verdadeiramente representativas, têm uma palavra decisiva a dizer nas suas formas tradicionais e peculiares mais dinâmicas — a resposta de massas.

A revisão da Constituição reveste-se de relevante importância para a sobrevivência do regime democrático e das suas principais conquistas no momento em que a direita restauracionista detém as rédeas do Executivo e a maioria absoluta da Assembleia da República.

O projecto do PSD não traz surpresas no seu conteúdo nem nada de novo no conhecimento da filosofia política e de classe que o inspira. Só que põe em letra de forma os seus objectivos restauracionistas.

Certos plúmbeos da direita que pontuam em órgãos de comunicação social estatizados, pluralistas por determinação constitucional, procuram dourar a pílula inculcando a ideia de que o projecto de revisão do PSD «é um projecto de coabitação». A índole real é outra — não é um projecto de «coabitação» mas um projecto de hegemonização da direita.

Arrancar Abril da Constituição, fazer da nossa Lei Fundamental um papel amorfo que instituo-

nalize o arbítrio e abra o caminho à restauração plena dos monopólios e do seu poder político, eis o conteúdo essencial dos projectos do PSD do seu aliado natural da extrema-direita, o CDS.

Extinguir as nacionalizações e entregar ao grande capital privado português e estrangeiro as empresas mais rentáveis do Sector Público e Empresarial do Estado; liquidar de vez a Reforma Agrária e reconstituir de novo o latifúndio com o seu cortejo de miséria, desemprego e fome nos campos do Alentejo e do Ribatejo; reduzir a uma caricatura a legislação eleitoral democrática, substituindo o método de representação proporcional de Hondt por um formulário que garanta a perpetuidade da hegemonia absoluta da direita no poder central e no poder local; garantir através da manipulação do voto de uma emigração manobrável e desenraizada a eleição de um Freitas do Amaral qualquer para a Presidência da República e assenhorear-se por essa forma do controlo absoluto dos órgãos de soberania — eis em súplica o projecto de revisão constitucional da direita restauracionista governante entregue na segunda-feira última na mesa da Assembleia da República.

Os projectos de revisão subversiva da Constituição apresentados pela direita não suscitariam em si preocupações de maior entre as forças democráticas se tivessem como único suporte parlamentar a base, mesmo maioritária, de que dispõem actualmente na AR.

Os perigos maiores vêm, sim, do projecto, das intenções e propostas do partido da oposição com maior representação parlamentar, sem o qual a direita não poderá dispor da votação dos dois terços necessários à aprovação dos seus postulados.

Referimo-nos, obviamente, ao PS, cujo projecto de revisão, cheio de ambiguidades, se distingue no fraseado mas coincide em aspectos fundamentais do seu conteúdo com o projecto do PSD.

Com a ressalva da legislação eleitoral, e de uma ou outra matéria constitucional de natureza secundária, o projecto do PS perfilha no essencial a anulação dos limites materiais da revisão constitucional preconizada pela direita e vários dos seus postulados subversivos da Constituição. O PS está aberto à liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária.

O PS continua a ser incapaz de tirar as lições da experiência e as necessárias conclusões políticas para si próprio e para o regime democrático.

Será que aos actuais dirigentes do PS nada diz a clara interligação das suas dificuldades e dissensões internas com a subida das suas concessões à direita?

Será que o PS vai assumir a grave responsabilidade de ajudar a machadar Abril na Constituição da República?

Os debates em torno da revisão constitucional na AR e fora dela irão responder por certo a estas interrogações.

No que respeita à política económica e financeira do Governo cavaquista tem agora o País uma imagem da competência técnica e da filosofia de classe de Cavaco e da sua equipa no que se sabe da elaboração e da apresentação na AR do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano.

Não é ainda possível fazer aqui uma abordagem detalhada daqueles dois documentos definidores da política económica e financeira do cavaquismo — que vão seguramente ser aprovados pela maioria governamental absoluta da AR que funciona como caixa de ressonância do Governo.

Mas as suas linhas gerais, o sentido social das medidas orçamentadas, podem desde já caracterizar-se. O povo português pode desde já ajuizar das orientações dominantes no OE e das GOPs. Os debates na AR vão seguramente aclarar tudo isso.

O Governo Cavaco/PSD que esbanjou prodigamente com fins eleitoralistas vultosos recursos acumulados durante uma conjuntura internacional favorável — agora em frança regressão — foi incapaz de os mobilizar para o ataque ao nosso subdesenvolvimento e para a atenuação dos graves problemas que flagelam as camadas mais extensas da nossa população, tais como os do desemprego, dos salários em atraso, da falta de habitações, das confrangedoras limitações dos serviços de saúde e do ensino, os da poluição do meio ambiente e outros.

Agora aqueles instrumentos da política económica e financeira do Estado põe a nu na sua preparação e nos seus objectivos a incompetência técnica dos tecnocratas cavaquistas e a sua determinação de adensar sobre o dorso dos mais pobres e de aliviar aos mais ricos o fardo das despesas e desfavores do Orçamento.

Cavaco e a sua equipa de tecnocratas fazem acrobacias para tentarem disfarçar as mazelas e os efeitos regressivos da sua política económica e financeira.

Já em 1980 Cavaco, então ministro da Economia e Finanças, aumentou em seis vezes por métodos contabilísticos e com um simples golpe de varinha mágica o valor das nossas reservas de ouro. Agora, PM, há poucas semanas o mesmo Cavaco Silva disse que já não tínhamos Dívida Externa, pois... tínhamos reservas de ouro e divisas de valor igual aos 16 mil milhões de dólares do nosso endividamento externo! Esta semana, Cadilhe, seu bom aluno, com o seu conhecido tom pesporrento e professoral afirmou que... «se não fora a obrigação de pagar 470 milhões de contos de amortização da Dívida (que o consular do da direita no Governo nos últimos oito anos agravou numa escala sem precedentes) teríamos um orçamento com «superavit»!

Uma transcendente «inovação» técnico-financeira introduzida no OE reside contudo na inscrição de valor negativo de uma verba de 33 milhões de contos para «dotação concorrencial», um «conceito novo de governo», e de outra de 260 milhões de contos para «operações de limpeza e de verdade orçamental» (!) formas eufé-

Resumo

11 Quarta-feira

A Frente Comum da Função Pública adverte que os 400 mil trabalhadores do sector poderão entrar em greve, se o Governo não apresentar uma proposta de actualização salarial considerada negociável ■ Os trabalhadores da CEL-CAT dão prazo de oito dias para realizar uma reunião com a administração, considerando-a «única responsável pelo conflito na empresa» ■ Tem início em Madrid a quarta cimeira hispano-portuguesa, entre Cavaco Silva e Felipe Gonzalez ■ Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, em visita na África do Sul, afirma que se sente «em família» no país do *apartheid* ■ O embaixador da República Popular da Bulgária afectua uma visita de amizade ao concelho do Barreiro ■ O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações informa que o Governo não pensa pagar às câmaras as indemnizações compensatórias, previstas no Orçamento de Estado para 1987 ■ O vereador do PS na CML, Pombo Cardoso, quer privatizar os mercados de Lisboa ■ Nas comemorações do 12.º aniversário da independência de Angola, Mawete João Batista, embaixador angolano em Lisboa, anuncia que os invasores sul-africanos têm sofrido importantes derrotas. O Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, envia saudação ao seu homólogo angolano, José Eduardo dos Santos ■ O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, acusa, na OEA, os Estados Unidos de sabotarem o plano de paz ■ Em Aman, os participantes na Cimeira Árabe condenam o Irão por ocupar território iraquiano ■ As três centrais sindicais italianas anunciam a convocação de uma greve geral para o dia 25 de Novembro, como forma de protesto contra a suspensão dos cortes nos impostos e o novo orçamento considerado «injusto e insuficiente» ■ Lev Zaikov é eleito responsável da organização do PCUS na cidade de Moscovo.

12 Quinta-feira



Uma delegação do PCP manifesta ao Governo diversas preocupações relativas à política económica e financeira do país ■ Manuel Alegre acusa o secretário-coordenador de Coimbra do PS, Luís Marinho, de ter «comportamento antidemocrático, inquisitorial e persecutório» ■ A Banca intervém na Bolsa de Valores. Na Assembleia da República os deputados dos partidos da oposição responsabilizam o Governo pelo surto de especulação na Bolsa ■ Uma delegação da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, chefiada por Radisa Gacic, encontra-se com uma delegação do PCP, em Lisboa ■ O ministro sul-africano da Defesa, Magnus Malan, confirma que o presidente do grupo terrorista da UNITA, Jonas Savimbi, «defende os mesmos ideais de Pretória» ■ Estatísticas oficiais de Washington anunciam a contracção do défice comercial norte-americano, provocando uma suspensão da tendência para a queda do dólar ■ Segun-

do declarações do responsável pelo Departamento de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros soviético, Guenadi Guerassimov, as novas exigências apresentadas pelos EUA perturbam o acordo sobre os mísseis ■ No Bangladesh decorre a greve geral contra a ditadura pró-americana de Hussein Ershad, assinalada pela morte de cinco pessoas.

13 Sexta-feira

O Conselho de Ministros aprova a proposta de lei do Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano para 1988. Esta proposta é caracterizada por uma política fortemente restritiva ■ Portugal bloqueia negociações sobre o novo acordo de têxteis entre a CEE e a Turquia, numa reunião em Bruxelas por achar insustentável a abertura deste sector a terceiros países ■ Os alunos da Escola Secundária de Carnide entram em greve, como forma de protesto contra o encerramento da papelaria e do bar, por falta de pessoal ■ Na ONU é aprovada uma resolução que pede o cumprimento da sentença do Tribunal Internacional de Haia, sobre o fim da ajuda financeira dos EUA aos «contras» da Nicarágua ■ Pedro de Castro Van-Dunem, membro do Bureau Político do MPLA, afirma que as Forças Armadas angolanas forçaram os terroristas da UNITA a recuar para o Sul do rio Longa, onde contam com o «apoio e protecção da aviação e artilharia sul-africana» ■ A França e a Alemanha decidem criar em 1988 um «comité» económico e financeiro, para coordenar a acção bilateral neste campo ■ Os liberais ameaçam abandonar o governo italiano se o orçamento não for revisto pela terceira vez ■ A oposição sul-coreana exige que o candidato governamental desista da corrida presidencial, pelo seu envolvimento no golpe militar de 1979 ■ Um contingente de forças policiais e do exército da África do Sul cerca a casa de Winnie Mandela, no Soweto, prendendo vários jovens.

14 Sábado

Decorre em Beja a Assembleia da Paz, onde são debatidas entre outras, as questões da instalação da estação de rastreio de Almodôvar e a eventual transferência dos F-16 para a Base Aérea n.º 11 ■ Deputados comunistas visitam obras de reabilitação urbana no concelho de Sintra ■ A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal realiza um Debate Nacional sobre a Siderurgia Nacional, no qual é afirmado que a Siderurgia já perdeu 895 postos de trabalho, 50 por cento dos quais sob a «vigência dos governos PSD/Cavaco Silva» ■ O governo italiano chefiado pelo democrata-cristão Giovanni Goria demite-se, depois de o Partido Liberal abandonar a equipa governamental ■ Ronald Reagan recusa-se a realizar conversações sobre as propostas de cessar-fogo de Daniel Ortega.

15 Domingo

O MDM realiza o Conselho Nacional extraordinário em Lisboa, onde os temas principais são a problemática do feminismo e o III Congresso do movimento, que terá lugar em 1988 ■ Decorre o Encontro Nacional da Juventude

de CDU na Cidade Universitária em Lisboa, que reúne milhares de jovens.

■ António Guterres, secretário nacional do PS, afirma no Algarve que o seu partido precisa de «sair do *ghetto* em que se fechou um pouco por todo o País» ■ Os países da Linha da Frente lançam apelo à comunidade internacional para apoiar a República Popular de Angola, parcialmente ocupada no Sul por três mil soldados e 70 viaturas blindadas da África do Sul ■ A Comissão Constitucional da Assembleia Constituinte brasileira estabelece mandato presidencial para quatro anos, reduzindo assim o mandato de Sarney em dois anos.

16 Segunda-feira

O Governo entrega na Assembleia da República a proposta do Orçamento de Estado para 1988, que afirma visar a «moderação» do crescimento da procura interna e agrava os impostos ■ A Assembleia da República assume poderes de revisão da Constituição. O partido ecologista «Os Verdes» e a Intervenção Democrática apresentam os seus projectos ■ A União dos Sindicatos de Lisboa afirma que o projecto de lei do PSD sobre «afixação de propaganda política» limita o direito das associações sindicais de fazerem a sua propaganda ■ A Comissão Nacional dos Jovens da CGTP-IN pretende transformar o Conselho Nacional da Juventude num «forum» para o debate de problemas concretos da juventude portuguesa ■ Os países membros da CEE iniciam, em Bruxelas, um debate sobre política agrícola, num ambiente de tensão ■ Mayor Zaragoza toma posse como director-geral da UNESCO e anuncia «reformas sem ruptura» no seio da organização ■ Os chefes das delegações norte-americana e soviética afirmam, em Genebra, que o acordo de desmantelamento de mísseis de médio alcance estará pronto antes da cimeira de Washington ■ O dirigente palestino Yasser Arafat declara que «não haverá conferência internacional da paz» sobre o Médio Oriente se a OLP não for reconhecida em pé de igualdade com os outros participantes.

17 Terça-feira

O Governo aprova proposta de lei sobre a abertura das empresas públicas ao sector privado ■ A Federação dos Sindicatos da Construção, Mármore e Madeiras revela que quase metade dos trabalhadores da construção civil são clandestinos ■ A empresa dos supermercados «Pingo Doce» promete respeitar os direitos legais dos trabalhadores, revela a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços ■ O Secretariado do Comité Central do PCP protesta contra a prisão pelo governo turco de Haydar Kutlu, secretário-geral do PC da Turquia, e Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia ■ A ONU inicia debate de cinco dias sobre o *apartheid* ■ O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS declara que os Estados Unidos pretendem conservar a cabeça e o motor dos mísseis de cruzeiro, o que é «um meio bastante estranho de liquidação» de armamentos nucleares ■ O presidente italiano, Francesco Cossiga, convida de novo Giovanni Goria para formar governo.

místicas de tapar os repetidos «buracos» orçamentais.

Os trabalhadores são como de hábito os principais pagantes, sobre eles pesará a parte mais substancial das receitas fiscais, o OE para 1988 agravará ainda mais o desequilíbrio da repartição dos rendimentos do trabalho a favor dos detentores do capital. No Imposto Profissional, cuja isenção colectável é apenas elevada nos 6% previstos para a taxa de inflação nitidamente fictícia prevista pelo Governo e que o está a determinar para um injusto tecto salarial nas remunerações dos trabalhadores; nos impostos indirectos (do selo mais 50%, do IVA e outros); a taxação aumentada sobre produtos como os tractores, essenciais ao aumento da nossa produtividade agrícola; no Imposto Complementar e outros.

A situação reservada pelo Governo aos trabalhadores da Função Pública (obrigados, agora, à reforma compulsiva, ao tecto salarial de 5,5%, ao Imposto Profissional que dantes não pagavam) é uma verdadeira política do «bisturi».

Os tectos salariais injustos, o aumento dos preços e dos impostos, a redução insuficientemente considerada dos consumos fazem deste Orçamento um novo «aperta-o-cinto» que Cavaco tanto criticou no período eleitoral.

Atalhar este rumo profundamente lesivo dos interesses dos mais desfavorecidos, é um imperativo do nosso movimento operário e popular.

Por todo o País os trabalhadores tomam consciência da situação grave que o Governo lhes reserva, dispõem-se a lutar contra ela, multiplicam as suas acções de dinamização e esclarecimento.

Depois de algumas importantes greves, outras acções estão em curso e em perspectiva.

No plenário dos Frente Comum da Função Pública e plenário distrital de Lisboa realizados no dia 11 foi decidida a realização de um desfile em Lisboa no dia 25. Os problemas que justificam tais acções são mais que evidentes.

No Porto, a realização do Congresso dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore aprovou o seu caderno reivindicativo.

A Federação dos Sindicatos Agrícolas do Alentejo e do Ribatejo tomou vigorosa posição de protesto pela não realização do projecto do Alqueva.

Os Professores de Viseu num plenário de 450 docentes solidarizaram-se com as acções dos trabalhadores da Função Pública.

Está em curso com pleno sucesso a jornada de dez dias de esclarecimento dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado, decidido no seu plenário de 500 participantes no mês transacto.

Com grande projecção teve lugar o Encontro de Jovens da CDU no último domingo. Perspectivas para o reforço da unidade e da luta dos jovens foram abertas. No próximo dia 27 uma acção de sensibilização da Juventude terá lugar.

Nos sectores mais diversos, nas diferentes regiões, a resposta de massas à política antipopular e antidemocrática do Governo é já uma indelmentível realidade.

Salvante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcavova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-8 - 1100 Lisboa. Tel.
77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almadá, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heská
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Juventude CDU *Uma realidade que se impõe*

Vieram de quase todo o país, incluindo a Região Autónoma da Madeira. Encontraram-se em Lisboa, na cidade universitária num domingo de convívio. Animados pela fraternidade do abraço, pelas coisas que havia para dizer e para combinar. Pelos espectáculos ao vivo. Pelo desporto e pela alegria dum dia diferente.

Foi o 1.º Encontro Nacional da Juventude CDU. Uma força inovadora no panorama do movimento juvenil em Portugal. Combinaram encontrar-se depois de 19 de Julho e assim fizeram. Agora, planearam coisas e marcaram iniciativas, com especial incidência lá para o princípio do novo ano. Aprovaram um **Manifesto** (veja-se aqui ao lado), falaram de coisas que dizem respeito a toda a jovem geração deste país de Abril. **Vão mesmo continuar juntos**, numa intervenção colectiva que poderá vir a ter grande significado na vida política e social do País.

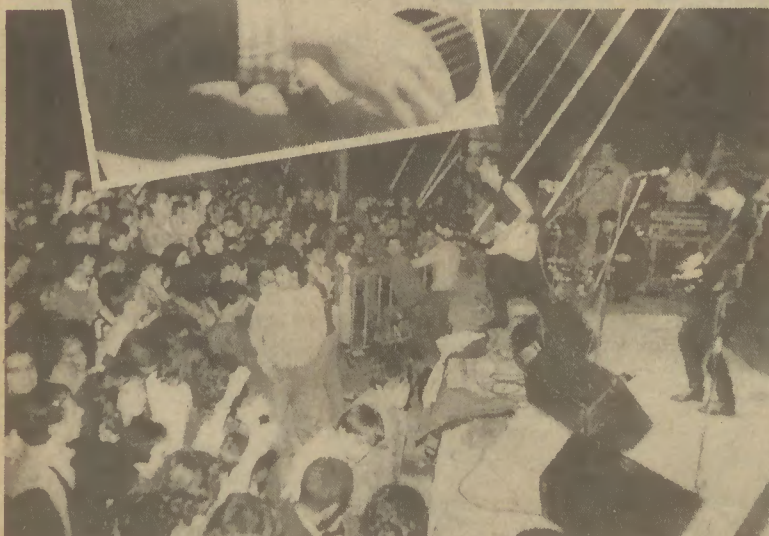
São jovens de diferentes opiniões e tendências políticas, conscientes da força que a unidade tem nesta vida difícil, onde a liberdade de escolher ainda não é realidade para muitos milhares de jovens. A liberdade do emprego, da escola digna, da saída profissional, da felicidade, do ambiente limpo, do desporto e da realização pessoal.

São jovens unidos num mesmo sentimento de combatividade, conscientes de que a juventude CDU é muito mais do que a simples soma das organizações juvenis das forças



Descentralizar é palavra de ordem na preparação das próximas grandes iniciativas da Juv. CDU

que constituem a CDU. E confirmaram-no no último domingo, numa bela festa de amizade que teve momentos altos do primeiro ao último minuto, mas que na tenda de circo foi mesmo vibrante durante a sessão de apresentação das conclusões do debate que havia terminado momentos antes no anfiteatro 2 de Letras. Uma sessão empolgante em que também falou um convidado do Encontro: **Álvaro Cunhal** (pág. 3).



MANIFESTO Vontade de agir

Hoje, em Lisboa, no Encontro da Juventude CDU, encontrámo-nos de novo, como tínhamos combinado ainda em Julho durante a campanha eleitoral.

Temos em comum o entusiasmo que colocámos na construção das nossas próprias propostas, na imaginação das nossas próprias iniciativas, na vontade de associar a um projecto de futuro para o nosso país, a alegria, a boa disposição e as muitas «loucuras» que nos animam.

Decidimos agora que vamos continuar juntos.

Que vamos continuar na Juventude CDU um espaço aberto, solidário, participativo e imaginativo. Decidimos também que vamos continuar um estilo, uma forma diferente de intervir: ao convívio, à música, ao desporto, ao espectáculo, associamos a nossa amizade, a nossa vontade de agir para dar à realidade a cor de muitos dos nossos sonhos.

Vamos estar nas ruas, em todos os sítios em que a gente nova se encontre, dinamizando campanhas de opinião pública — sobre assuntos que interessam aos jovens, claro.

A nossa liberdade, o direito dos jovens a uma vida própria, a pensar e actuar de forma independente e sem tutelas, será o tema que animará a nossa primeira campanha, logo no início de 1988.

Partimos deste encontro mais unidos para fazer novas iniciativas. Em Março, contribuiremos nas comemorações do Dia do Estudante (24/3) e do Dia da Juventude (28/3), para fazer destas datas grandes momentos de afirmação juvenil.

Na Juventude CDU tentaremos dinamizar o debate e a troca de opiniões sobre todos os assuntos de interesse juvenil, mesmo aqueles que até hoje têm sido considerados como «tabus» na sociedade portuguesa.

Na nossa actividade temos presente os principais assuntos que hoje preocupam a juventude. O acesso ao emprego, ao ensino, à habitação e a tudo o que contribua para uma vida mais feliz, são razões essenciais para continuar a intervir.

Vamos continuar a encontrámo-nos. Em todas as nossas acções e no próximo ano, realizando uma grande festa nacional da Juventude.

Lisboa, 15 de Novembro de 1987
O Encontro da Juventude CDU

Gilberto
de Oliveira

MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

Colecção
«Resistência»

edições
Avante!



Uma festa verdadeira

Quando os jovens se juntam raro é que tudo não termine em grande festa. E estamos a falar de qualquer ajuntamento e mesmo de quaisquer jovens. A diferença está na qualidade da festa, na razão que os junta, na vontade que os anima. Não vamos pois sublinhar aqui o entusiasmo que os jovens costumam pôr em quase tudo em que se empenham, nem a generosidade dos seus empenhamentos, nem tudo aquilo que, para além da verdura dos anos, faz deles jovens. Porque todos sabemos bem as diferenças entre as bandeiras que se agitam, entre as cabeças que usam palhinhas e as que os recusam, entre a festa que «culmina» os ideais de fraternidade e os actos de enganadora propaganda que «descambam em festa».

Trata-se, pois, se queremos ter alguma ideia de determinada iniciativa juvenil, de ultrapassar um certo «folclore» — tanto o da solenidade, como o da animação — para tentar ver o que está por dentro. Isto porque, com os jovens, os adultos mais facilmente se enganam. Ao ponto de, muitas vezes, não só não os entenderem como de não se fazerem entender; ou de se preocuparem tanto em entendê-los que se esquecem de que têm algo de importante a transmitir; ou de, ainda, se preocuparem tanto em fazer-se ouvir que se esquecem de os ouvir a eles.

Em tempo adverso, que pôde unir, juntar milhares de jovens numa jornada como a que aconteceu no passado domingo — tão calada que ela foi antes pela comunicação social, tão abafada e silenciada que continuou a ser após ter acontecido? O que os levou lá? — um cheiro de festa, os espectáculos, o desporto, os debates? Que os levou a mobilizarem-se «a seco», por todo o País, para se juntarem em Lisboa num tempo que não é «eleitoral», nem terá tido os vastos atractivos de uma grande festa como a do «Avante!»? Que significado tinha a afirmação, que era também apelo e que acabou por se concretizar — «Vamos continuar juntos»?

Os que se reuniram na Cidade Universitária em Lisboa já têm uma história atrás de si. Uma experiência política (embora muitos deles sem idade para votar), que se desenvolveu na campanha CDU das últimas eleições.

Nesse trabalho conjunto, nessa batalha — apenas uma fase da luta que continua — conheceram-se e conheceram o valor do que, juntos, faziam.

Encontraram então, como salientou Álvaro Cunhal quando no domingo se lhes dirigiu, qualquer coisa que lhes mostrou que valia a pena continuar. «Na campanha da CDU», disse o dirigente comunista, «vós jovens não encontrastes pressões, mentiras, nem logros, nem ilusões». Encontraram a oportunidade de serem eles próprios, «elevados ideais, verdade e o valor e os direitos do povo a que todos pertencemos e da juventude a que pertencemos».

Diferentes que são — uns jovens comunistas, outros dos «Verdes», outros tocados mais particularmente por este ou aquele partido ou, ainda, os muitos que apenas na CDU encontraram a política no caminho — voltaram a juntar-se. Não para, como também sublinhou Álvaro Cunhal, servirem de suporte para qualquer candidato a senhor deste país. Mas para, em viva e alegre jornada, falarem-se de si próprios e do País onde querem concretizar os seus sonhos — afinal tão parecidos com os sonhos de nós todos.

Não vieram para se isolarem dos outros jovens — que ainda não chegaram mas acabarão por se lhes juntar. «Estaremos onde os jovens estiverem», prometeram.

Têm pela frente muito trabalho a fazer. Muitas questões a debater, decisões a tomar, lutas a empreender para concretizar os sonhos. Já começaram. Numa jornada que acabou por ser, como era de esperar, uma grande festa. Verdadeira.

Juventude



Juventude CDU, o direito de participar

Toda a gente tinha uma palavra a dizer...

Dezenas de autocarros vieram de todo o País com muita gente nova agitando bandeiras CDU e manifestando ruidosamente a alegria de estar no encontro. A tenda do circo, montada na alameda da cidade universitária e suscitando a curiosidade dos que passavam, registou uma afluência animadíssima durante todo o dia. O Anfiteatro 2 da Faculdade de Letras — outro espaço do encontro — não chegou para conter todos os jovens interessados em participar nos debates.

A necessidade de expor os problemas que atingem a ju-

ventude era tão evidente, que todos quiseram falar, resultando assim um debate interessante e cheio de entusiasmo e vivacidade.

As ameaças e as pressões que se sentem nalgumas escolas contra os estudantes progressistas, a necessidade de aparecerem cada vez mais listas unitárias de estudantes e de fazer um trabalho conjunto de jovens, independentemente de pertencerem a este ou aquele partido, para lutarem contra os problemas comuns, foram pontos focados por duas jovens, uma de Vila Franca e outra de Santarém.

Um jovem do Porto alertou para o facto de os militantes da JCP serem marginalizados e afirma que «temos de nos impor na sociedade e mostrar quem somos».

A falta de condições pedagógicas nas escolas, a superlotação, a degradação da rede escolar, o associativismo estudantil e a elitização do ensino foram outras das questões debatidas pelos jovens CDU.

Destacou-se ainda o problema do desemprego que grassa pelo País fora, a instabilidade do emprego entre a juventude trabalhadora, o

trabalho infantil, as saídas profissionais e a ligação da escola ao meio.

A defesa da paz e da natureza; o Serviço Militar Obrigatório; a sexualidade; a droga; o naturismo, foram também pontos apresentados no decorrer do animado debate.

A juventude é uma grande força que deve crescer unida e empenhar-se na vida política, social e cultural do País — esta uma anota recolhida no anfiteatro de Letras.

O secretário-geral do PCP esteve presente neste debate.

Uma realidade

Ainda com o ambiente «marcado» pelas canções de Jorge Lomba, a tenda de circo preparava-se para ouvir e apoiar as conclusões e as ideias essenciais do debate que terminara momentos antes no anfiteatro 2 da Faculdade de Letras.

Muitas bandeiras no ar, cânticos e palavras de ordem, boa disposição, entusiasmo e calor humano aumentaram então de tom no Encontro Nacional da Juventude CDU. Rogério Moreira faz um mini-balanço das iniciativas dos jovens CDU após 19 de Julho (o acampamento em Montachique, o passeio na Berlenga, etc.) e garante ao vasto auditório que a **juventude CDU é uma realidade**. A malta está de acordo. E aplaude com vigor.

Paula Coelho comenta que a primeira ideia que sobressaiu no anfiteatro 2 de Letras é que «vamos mesmo continuar juntos» e que nem para metade das coisas houve tempo... Parte integrante do movimento juvenil português, a juventude CDU deve continuar a intervir, observou.

O Tavares, de Coimbra, a Fernanda Lapa, dos Verdes, que recordou Aldeadavilla, Alcochete e os incêndios florestais, o Aristides Teixeira («estamos no caminho certo») e finalmente o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal (ver na pág.3) também intervieram nesta sessão, na qual se deram a

conhecer as moções aprovadas no debate: uma sobre a Paz (incluindo posições de firmeza sobre os F-16 «prometidos» para Beja, a estação de rastreio de Almodôvar e o campo de tiro de Alcochete) e outra de **solidariedade** para com os jovens em luta em todo o Mundo (destacando as situações dos jovens do Chile, África do Sul, Nicarágua, El Salvador, Angola, Moçambique, Timor-Leste e Palestina).



Um domingo diferente na Cidade Universitária

Música e festa

As iniciativas e os espectáculos que animaram a festa de domingo tiveram a participação viva de todos os jovens presentes no Encontro.

De manhã, por volta das 10 horas, houve um programa de vídeo no anfiteatro 2

da Faculdade de Letras, com a exibição do concerto de solidariedade para com a população negra da África do Sul. Este vídeo, apresentado em Portugal pela primeira vez, foi filmado no decorrer do African Concert em Hara-

re, no Zimbabué, com os cantores Paul Simon, Miriam Makeba e outros músicos africanos.

No Encontro também houve espaço teatral com o actor Henrique Viana, que gerou um clima de boa disposição, provocando as gargalhadas alegres dos jovens que enchiam a tenda do circo.

Mas um dos pontos altos da tarde de domingo foram os concertos ao vivo, que contaram com a actuação durante a tarde de alguns grupos como os «Dialecto», «Peace Makers» e «Kaput». Jorge Lomba também lá esteve com a sua viola.

Depois das conclusões do debate ninguém arredou pé porque tinha chegado o momento de ouvir Samuel, os «Rádio Macau» e Sérgio Godinho. A festa não parava!



Sérgio Godinho

Juventude

Prova de atletismo com 300 participantes

Nem só de palavras e de música viveu o convívio da Cidade Universitária. Também o desporto — especialmente na parte da manhã — deu o seu contributo para a festa dos jovens CDU e aqui a primeira nota de reportagem deve ir para a prova de atletismo, que reuniu cerca de 300 participantes. Com partida e chegada à Cidade Universitária e passagem por Sete Rios, Palhavã, Av. António Augusto Aguiar, Av. Duque de Ávila, Av. da República, Entre-Campos e Campo Grande, esta prova de 6500 metros teve como vencedores **Luís Carlos** (Churrasqueira do Marquês) e **Luzia Dias** (Águias da Musgueira). Na geral, Luzia Dias cortou a meta na 72.ª posição. Vejamos agora o quadro das classificações:

Masculinos: 1.º, Luís Carlos, Churrasqueira do Marquês; 2.º, Henrique Gil, Churrasqueira do Marquês; 3.º, Joaquim Delgado, Fernão Ferro; 4.º, Luís Barreira, ind.; 5.º, Manuel da Silva, Chinquilho; 6.º, Francisco Barreiro, Fernão Ferro; 7.º, Pedro Martinho, União Sind. Torres Vedras; 8.º, Henrique Amaro, Casal do Marco; 9.º, António Costa, Restaurante Porão de Santos; 10.º, Carlos Gomes, US Torres Vedras.

Juniões: 1.º, Mário Fer-

nandes, ind. (19.º geral); 2.º, Fernando Fernandes, A. Musgueira, (21.º); 3.º, Luís Alves, ind. (28.º).

Juvenis: 1.º, José Alberto, Águias Musgueira, (24.º na geral); 2.º, José Lopes, AJPE, (34.º); 3.º, Paulo Du-rães, B.º Fraternidade (36.º).

Iniciados: 1.º, Nuno Nóbrega, U. Lebrese, (39.º na geral); 2.º, João Baptista, Musgueirense, (44.º); 3.º, João Silva, CCCP Tojal, (46.º).

Femininos: 1.ª Luzia Dias, A. Musgueira, (72.ª na geral); 2.ª, Patrícia Correia, Póvoa-móveis (inic.), (76.ª na geral); 3.ª, Alice David, NA Odivelas, (juv) (106.ª); 4.ª, Ana Pires, Musgueirense, (juv.) (110.ª); 5.ª, Maria Fátima, A. Musgueira, (sen.) (113.ª).

★ ★
Outras modalidades desportivas constituíram bons momentos de animação e convívio no encontro de domingo. Foram os casos, por exemplo, do ténis de mesa, do basquetebol, do futebol e do andebol. E quando falamos de animação não nos referimos apenas a quem participou directamente nas modalidades, mas também aos muitos jovens que deram vida às claque ruidosas que se manifestavam nas escadarias da Reitoria, assim transformada em bancada.



Álvaro Cunhal, convidado do Encontro: A juventude tem o direito de ser feliz

Num ambiente diferente dos comícios e sessões em que costuma participar, o secretário-geral do PCP, convidado deste 1.º Encontro da Juv. CDU, falou, quase em jeito de breve troca de impressões, aos muitos jovens presentes, com o seu entusiasmo e a sua alegria, na tenda de circo instalada na relva da Universidade, junto à Reitoria e às Faculdades de Direito e Letras. Acolhido de forma cordial, o dirigente comunista afirmaria a dado passo:

Camaradas, amigos:
Assistindo ao vosso magnífico Encontro, pôs-se-me uma questão:

Qual a razão do sucesso deste Encontro?

Qual a razão por que se encontraram aqui hoje tantos jovens vindos de tão variados pontos do nosso país?

Qual a razão por que, tendo-se encontrado na CDU, quiseram não mais se separar?

Não sei se estareis de acordo comigo, mas, no meu entender, a razão principal é que, na campanha da CDU, vós, os jovens, encontrando-vos uns aos outros, não encontrastes pressões, nem mentiras, nem logros, nem ordens, nem mandos, mas encontrastes sim o sabor da liberdade, o estímulo à afir-

mação da vossa vontade própria, dos vossos gostos próprios, da vossa maneira de estar na vida; encontrastes elevados ideais; e o valor e os direitos do povo a que todos pertencemos e da juventude que vós sois.

Daí a razão por que, encontrando tudo isso na CDU, e encontrando-se também a si próprios, os jovens que na CDU se encontraram não mais se separaram.

Daí o extraordinário êxito deste Encontro.

Daí a razão da vossa alegria, do vosso entusiasmo, da vossa confraternização, do vosso debate e das vossas conclusões.

Do coração vos agradeço o convite para vir aqui estar convosco.

«Daqui levo para a luta...»

E é justo dizer que se alguma coisa vos trago, muito mais de vós recebi e daqui levo para a luta em que estou empenhado com os meus camaradas, com o meu Partido.

Este Encontro confirma que a Juventude não é uma passiva e dócil massa de suporte a qualquer candidato a senhor chefe do País, mas uma força social que inter-vém de forma cada vez mais determinada na vida nacional.

Este Encontro confirmou que um número cada vez maior de jovens toma consciência dos seus próprios objectivos e dos caminhos que podem assegurar o seu direito à felicidade.

Este Encontro constitui uma nova demonstração de que os jovens sabem o que querem e estão decididos a unirem-se na defesa dos seus direitos.

Ao contrário daqueles que pretendem que a juventude os siga cegamente — nós apelamos à juventude para que pense, para que ajuíze as situações, para que decida das atitudes a tomar.

Ao contrário daqueles que pretendem que a juventude os acompanhe no sinistro empreendimento de destruir as conquistas da revolução de Abril e fazer Portugal andar para trás — nós apelamos à juventude para que lute pelo futuro, porque a juventude, por definição, marca o presente com o futuro que contem.

Ouvi atentamente os debates e as conclusões dos debates que acabam de aqui ser comunicados pela Paula Coelho e que constam do Manifesto e das moções aprovadas.

São conclusões importantes embora naturalmente fiquem muitos problemas que examinareis e discutireis ulteriormente.

Sobre as conclusões do debate

Mas as conclusões do de-

bate, os objectivos e as tarefas por vós aprovadas constituem novos e fortes elos da Juventude da CDU, para a sua unidade e para a sua acção:

● A liberdade de pensar, de afirmar, de escolher e de decidir.

● A formação profissional respondendo às preferências, às aptidões e à vontade.

● O emprego e condições de trabalho dignas da juventude.

● O ensino, a habitação, a cultura, a arte, a defesa do meio ambiente, a defesa do património e do seu sentido estético e histórico mais profundo.

● A amizade de todos os jovens portugueses e a amizade com a juventude do mundo bem expressa na moção de solidariedade para com a juventude dos povos em luta contra a agressão imperialista, pela liberdade, a democracia e a independência nacional.

● A defesa da paz, ideal universal dos jovens.

● O convívio e a confraternização. O direito à alegria, à ternura, ao amor e à felicidade.

● O direito de sonhar e de lutar para realizar o sonho.

É a juventude que aqui neste Encontro o afirma e a afirmação da juventude neste Encontro ouvir-se-á no País e será um impulso e uma bandeira para que aos muitos milhares que hoje já sois, se juntem no futuro muitos e muitos mais jovens — nesta grande torrente de alegria, de amizade, de luta e de confiança que constituem os jovens da CDU.

Não era possível escolher melhor o lema do Encontro: «Vamos continuar juntos.»

Aqui vos encontrastes juntos de novo.

De certeza ides continuar juntos no futuro.

A juventude tem o direito à felicidade.

Unida, tem força para lutar por ela, para afirmá-la, para alcançá-la, para vivê-la.

Viva a Juventude da CDU!
Viva a Juventude!
Viva Portugal!

Coragem

Um dos momentos mais vivos da tarde de domingo no anfiteatro 2 da Faculdade de Letras, foi quando o Miguel se levantou e atacou desta forma: «Eu tive a coragem de vir aqui apesar de ter recebido ameaças no início das aulas para não me manifestar politicamente».



O Miguel Duarte C. Teixeira tem dezasseis anos e é aluno do 10.º ano na Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Pouca de Aguiar.

É militante da Juventude Socialista (JS) e faz parte de uma lista unitária concorrente à eleição para a Associação de Estudantes.

Sobre as eleições para a AE, o Miguel afirmou que se a lista unitária ganhar «será graças ao apoio dos estudantes comunistas, que têm realizado um excelente trabalho» e aos quais ele quer deixar «uma mensagem de agradecimento pela ajuda prestada durante a campanha».

Com um largo sorriso expressando o seu contentamento por estar presente no Encontro Nacional da Juventude CDU, o Miguel concluiu a sua intervenção assim: «Reconheço que o PCP é o partido melhor organizado!»

Queremos ter liberdade para sermos nós próprios

Lançar campanhas de opinião junto da juventude portuguesa sobre temas de viva actualidade e de interesse sobressai das conclusões e das decisões do Encontro Nacional dos jovens CDU. Sintetizando algumas das ideias do debate que havia terminado momentos antes num anfiteatro da Faculdade de Letras, Paula Coelho apresentava assim, na sessão que estava a decorrer na tenda de circo, «o primeiro tema a lançar para a primeira campanha de opinião da juventude CDU: nós

jovens queremos ter liberdade. A primeira campanha será, pois, sobre a liberdade da juventude. Queremos ser livres — continuou Paula Coelho de improviso — queremos ter liberdade para sermos nós próprios. Vamos imaginar como poderá ser esta campanha... E para isso já foi constituída uma comissão de jovens da CDU que vão pôr mãos à obra para que façamos desta campanha de opinião uma grande afirmação da juventude CDU».

PCP

Juventude no distrito de Lisboa

Algumas orientações saídas do encontro de quadros da ORL

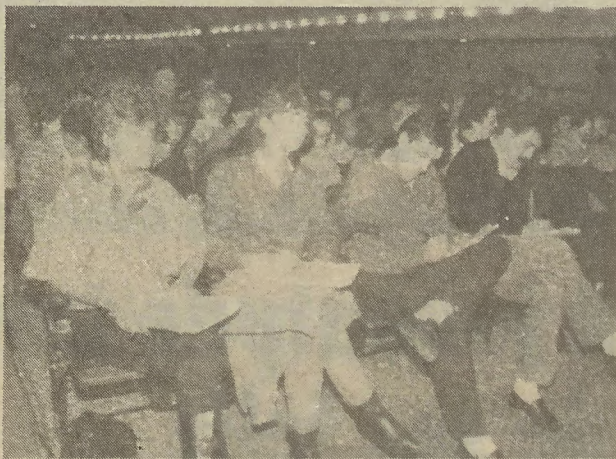
A juventude não é uma camada homogénea. Os seus problemas, aspirações, motivações, são diferenciados consoante os níveis etários e os meios sociais e culturais. Há, no entanto, problemas, aspirações e pólos de atracção que são comuns à grande maioria dos jovens. A situação dos jovens no distrito de Lisboa conheceu um agravamento sensível nos últimos anos: elevada súbida de desemprego, precaridade do emprego, degradação e elitização do ensino, ausência de saídas profissionais de acordo com a sua formação, habitação inacessível, dificuldades no convívio e ocupação dos tempos livres para largas camadas de jovens.

Esta uma das passagens do documento de conclusões aprovado no recente encontro de quadros da ORL do PCP, realizado na «Voz do

Operário» com a participação de mais de mil camaradas oriundos de todos os concelhos do distrito de Lisboa. Abordando as frentes con-

sideradas prioritárias pelos comunistas da ORL (frente sindical, trabalho local e junto da juventude), este encontro e concretamente as suas secções temáticas de debate proporcionaram uma abordagem profunda das situações

de formação em diversas áreas. As casas de juventude deverão ter comissões de gestão que envolvam o mais possível os jovens. As autarquias deverão destacar animadores culturais, se possível jovens, que saiam dos



e a definição de um conjunto de direcções e de orientações de grande significado na actual situação política e social.

Recorrendo ao documento final aprovado já em plenário no segundo dia dos trabalhos, vejamos, a título de curiosidade, as conclusões do encontro a propósito da acção dos comunistas no Poder Local, na área das preocupações juvenis:

Linhas de trabalho

- Reforçar ou criar pelouros ou serviços de juventude nas câmaras e nas freguesias mais importantes;
- Criar centros de informação juvenil;
- Criar e dinamizar as casas de juventude, transformando-as em espaços integrados, que possam incluir: bibliotecas, salas de convívio, a realização de cursos

próprios cursos de formação;

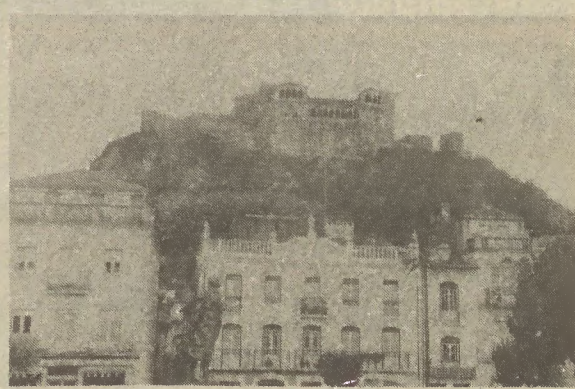
- Apoiar e dinamizar a coordenação entre associações juvenis;

● Apoiar as comemorações dos dias do estudante (24 de Março) e da juventude (28 de Março) procurando realizar grandes iniciativas concelhias integradas nos objectivos do Festival «Amar o Tejo — Viver a Paz»;

● Incentivar o contacto com as escolas, numa acção coordenada com os professores e pais comunistas e a JCP, realizando aí iniciativas e trazendo os jovens a participar em iniciativas da autarquia;

● Aumentar a realização de iniciativas culturais, desportivas e recreativas para os jovens e apoiar as que são promovidas pelos jovens;

● Realizar programas de férias para jovens, promovendo intercâmbio juvenil entre concelhos e realizando as férias desportivas.



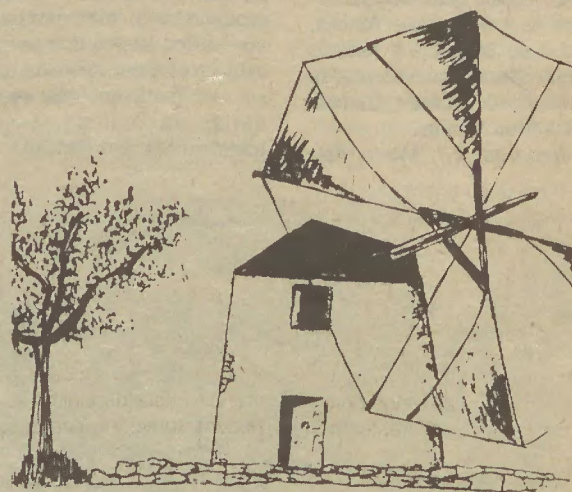
LEIRIA

● Assembleia no dia 28

Os objectivos e os assuntos que irão ser abordados na 2.ª Assembleia (extraordinária) dos comunistas da Organização Regional de Leiria (ORLEI) do PCP estarão em foco amanhã à tarde numa conferência de imprensa convocada pela DORLEI para o Centro de Trabalho do Partido na cidade de Leiria (Rua Gomes Freire, 12).

Recorde-se que está na origem desta Assembleia um conjunto de reestruturações orgânicas do Partido no distrito, implicando descentralização do trabalho de direcção e um melhor acompanhamento de toda a actividade dos comunistas e das organizações nos concelhos e frentes.

ALCABIDECHE



CAMPANHA DE FUNDOS
Um Centro de Trabalho para o Partido

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Encontro da Saúde

● Arrancam os trabalhos preparatórios

No âmbito da actividade preparatória do Encontro Nacional do Partido sobre a Saúde, marcado para 6 e 7 de Fevereiro de 1988, vão realizar-se nos próximos fins-de-semana encontros de quadros pluridistritais em Coimbra (dia 21) e no Porto, Lisboa e Évora.

Como assinala o Executivo do Encontro Nacional «espera-se ver identificados (nas iniciativas a que aludimos) os principais problemas locais e obter contribuições para a sua resolução, não só da parte dos trabalhadores da Saúde, mas também e sobretudo de todos aqueles que, a título individual ou colectivo, possam exprimir a opinião das populações».

O encontro de Fevereiro, o segundo do Partido sobre este tema, funcionará em plenário e em secções, estando propostos para estas

os seguintes temas:

1.ª Secção — Serviço Nacional de Saúde — gestão e órgãos; saúde ocupacional; saúde mental; urgências; novas tecnologias (informática médica, transplantações, etc.); articulação de cuidados primários e diferenciados.

2.ª Secção — Sector Privado e Subsistemas de Saúde — suas modalidades

(clínica privada, convenção, sistemas de seguro-doença, ADSE, SAMS, etc.); articulação com o Serviço Nacional de Saúde; Misericórdias; propriedade de farmácias.

3.ª Secção — Os Utentes e os Serviços de Saúde — direitos dos utentes; o Gabinete do Utente; participação nos órgãos de gestão; acesso aos serviços; humanização; despesas da Saúde.

4.ª Secção — Problemas Socio-Profissionais — os trabalhadores da Saúde e a integração europeia; definição de funções; risco profissional e saúde ocupacional nas unidades de Saúde; saídas profissionais; código deontológico e responsabilidades profissionais; sigilo profissional; regimes de trabalho; vencimentos e carreiras; formas de organização e luta.

Assembleia de bancários

No espaçoso salão da Junta de Freguesia de Alcântara, vai realizar-se no próximo sábado, dia 21, a partir das 10 horas, a 6.ª Assembleia da organização dos bancários comunistas de Lisboa.

O camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, também participará nos trabalhos da Assembleia, que decorrerá sob o lema «Com a

Banca nacionalizada, pelos direitos dos bancários».

Em discussão vão estar, entre outros, os seguintes temas:

- O papel de direcção;
- Aspectos da organização e funcionamento do Partido;
- Questões do sector e da ligação do Partido aos trabalhadores e seus problemas.

Já se ultrapassaram os 144 contos através de iniciativas e contribuições — esta a mensagem que vem de Alcabideche (concelho de Cascais), onde os comunistas continuam empenhados numa campanha de recolha de fundos para a compra do Centro de Trabalho do Partido.

Velha aspiração da organização local, este CT, dizem-nos os camaradas de Alcabideche, «vai ser ainda mais determinante na actual situação política para a luta dos trabalhadores», constituindo um elo de ligação entre o Partido e a comunidade.

Depois de ter conhecido um certo abrandamento com a batalha eleitoral e o período de férias de Verão, a campanha retomou a sua marcha e estão agendadas várias iniciativas, incluindo abordagens, sorteios, bancas, excursões e iniciativas culturais.

O objectivo é atingir até ao fim do ano uma verba aproximada de mil contos.

1988 será o ano decisivo para a concretização de um CT em Alcabideche, garantem a Comissão pró-Centro e a Comissão de Freguesia do Partido.

— Camarada Falecido —

António Viçoso Júnior

Faleceu no passado dia 2 de Novembro o nosso camarada **António Sousa Viçoso Júnior**. Foi membro da Comissão Concelhia de Alenquer (distrito de Lisboa) e da Comissão de Freguesia de Meca, do PCP. O militante comunista foi também eleito na Assembleia de Freguesia dessa localidade. A família enlutada, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

PCP

Assembleias do Partido em Sesimbra e Sarilhos Grandes

Realizaram-se no último fim-de-semana, no concelho de Sesimbra, as Assembleias das organizações das freguesias do Castelo (dia 14) e de Santiago (dia 15).

Na freguesia do Castelo a discussão do relatório da actividade do Partido (de Março de 1985 até agora), apresentado pela comissão de freguesia cessante, foi ampla e participada com bastant interesse, sendo valorizado o

trabalho realizado, mas não deixando de se detectar inúmeras insuficiências quanto à efectiva ligação do Partido às massas. De salientar a falta de organização no sector camponês e nas empresas de extracção de pedra, onde o número de trabalhadores é significativo.

Mas a Assembleia não se ficou pela constatação das deficiências. Apontou medidas que, no fundamental, vi-

sam reforçar a organização, tornando-a mais dinâmica e operativa na sua acção.

Nos objectivos traçados foi dado particular destaque à necessidade do contacto com os camaradas desligados e do seu enquadramento nas organizações locais. Melhorar o acompanhamento a essas organizações e torná-las mais eficazes na ligação às respectivas populações; criar um organismo com os camaradas eleitos na freguesia, ligado directamente à comissão de freguesia; intensificar o trabalho no sentido de, em breve, se abrir um Centro de Trabalho na freguesia; e promover acções de esclarecimento das populações das aldeias, foram orientações defendidas na Assembleia, que elegeu uma nova comissão com 15 camaradas.

Quanto à freguesia de Santiago, o relatório apresentado fora previamente discutido na organização, o que impossibilitou uma discussão mais alargada na Assembleia. No entanto, foi repetidamente salientada a necessidade duma mais preocupada atenção aos problemas locais, tendo em vista a proximidade das eleições autárquicas.

A questão dos camaradas desligados, por desmotivação sobretudo após as eleições de 19 de Julho, é outra preocupação da organização.

A Assembleia apontou como tarefas imediatas, nomeadamente: desenvolver um grande esforço orgânico, com vista às eleições autárquicas, como trabalho prioritário; estabelecer contactos com todos os militantes, através da reactivação das comissões de zonas, por forma a melhorar a ligação do Partido às massas; ajudar os quadros em termos indivi-

duais e colectivos; dinamizar toda a organização para a preparação do XII Congresso do Partido.

Foi eleita uma comissão com 12 camaradas.

**

Nas instalações da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes teve lugar, no passado sábado, dia 14 de Novembro, a 3.ª Assembleia da Organização do PCP naquela freguesia do concelho do Montijo.

A Assembleia aprovou um plano de objectivos em que se destacam o regular funcionamento da Comissão de Freguesia (eleita por unanimidade), a maior distribuição de tarefas a todos os seus membros com vista à elevação das suas responsabilidades, quer individuais, quer colectivas, e o reforço do acompanhamento das frentes de trabalho das autarquias locais (sendo a CDU maioritária na freguesia), mulheres, reformados, juventude e organizações populares de base.

O estabelecimento de uma meta de recrutamento de novos militantes para o Partido até 6 de Março de 1988 (data de aniversário do PCP) e a intensificação da recolha de fundos para o pagamento do Centro de Trabalho recentemente adquirido em Sarilhos Grandes e da DORS, a construir em Setúbal, foram outras medidas decididas.

Na reunião interveio Américo Leal, membro do Comité Central do PCP, que para além de sublinhar o significado daquela assembleia, caracterizou a actual situação política e o papel do PCP na luta em defesa do regime democrático nascido com a Revolução do 25 de Abril.

Novo CT em Setúbal Mais iniciativas

Com a participação de centenas de pessoas, registam-se já numerosas iniciativas nesta fase de relançamento da campanha de recolha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho do PCP na cidade de Setúbal.

Já depois do plenário distrital de 31 de Outubro, onde foi definido o reinício da campanha, realizaram-se em vários pontos da região os habituais magustos de S. Martinho, bailes, sessões de cinema, convívios e outras iniciativas.

A campanha está na rua e a crescer de dia para dia, salientando-se desde já o significado das bancas de Natal nos CTs e a programação das festas de passagem de ano.

Por agora, se o leitor visitar um Centro de Trabalho do Partido no distrito de Setúbal e se lhe oferecerem um arroz doce ou tirarem um retrato, já sabe que está a contribuir para o desenvolvimento desta campanha.



Festa de Coimbra em 2.ª edição (dia 28) 10 horas de convívio!

Depois do êxito de 1984, eis que regressa a Festa de Coimbra. Iniciativa da Concelhia do PCP, este convívio marcado para o próximo dia 28 continua a suscitar vivo entusiasmo não só em Coimbra como entre muitos democratas que por diferentes motivos se encontram ainda hoje ligados à cidade dos estudantes.

E de facto o caso não é para menos. A avaliar pelas informações que os camaradas de Coimbra nos têm prestado, a Festa promete transformar-se numa fraterna jornada de convívio com um valioso programa de animação, para o qual irão contribuir cerca de 120 pessoas, desde cantores a músicos, passando por declamadores e poetas.

Começando por aí, refiram-se os nomes de José Manuel Mendes, José Amaro, José Carlos Gonzalez e Paulo Sucena.

Manuel Freire e Paulo Vaz de Carvalho também não faltarão à Festa. Intérpretes da música popular portuguesa são outros dos participantes no convívio anunciado para o Centro de Recreio Popular no Bairro Norton de Matos, confirmando-se desde já os grupos «Folia», «Renascer»,

«Roda que Roda» e «Cavaquinho». Acrescente-se o grupo do Ateneu de Coimbra e, em representação da música africana, o Bantabá.

Quem gosta de fado também tem fortes motivos para ir à 2.ª Festa de Coimbra. Ali poderá apreciar e cantar com o grupo de fados e guitarradas de António Portugal, o conjunto de Gomes Alves e os fadistas Álvaro Serra, Fernanda de Oliveira e Zina.

A dança-jazz, o bailado, a actuação de grupos corais e do Teatro Infantil do Ateneu de Coimbra serão outras presenças em desfile no espectáculo-convívio de mais de 10 horas, com orientação em palco de Lousã Henriques e João Curto.

Durante a festa será feita a evocação de dois prestigiados democratas recentemente desaparecidos: Joaquim Namorado e Paulo Quintela.

A organização anuncia ainda uma intervenção política por Vasco Paiva, do CC do PCP, um écran gigante para vídeo e diaporamas, o tradicional magusto e um serviço à altura de «comer-e-beber».

As entradas são de apenas 250 «festas». Vamos a Coimbra!

Jardim volta a manobrar

• Intervenção do deputado do PCP na A. Regional

Homem de piruetas e de manobras um tanto esquisitas, o líder do PSD e do Governo Regional da Madeira «lembrou-se» de pôr os deputados da Assembleia Regional às voltas com propostas de revisão constitucional. Iniciativa sem «qualquer resultado prático para a Região já que na Assembleia da República apenas são admitidas as propostas das forças políticas aí representadas», como lembrou o deputado comunista Mário Aguiar, numa intervenção efectuada no plenário do passado dia 9.

Vejamos agora uma breve passagem das declarações então proferidas pelo deputado do PCP:

«É ridículo que, de repente, se exija que em menos de uma semana a Assembleia Regional aprove uma proposta para alteração de uma boa parte do texto constitucional.

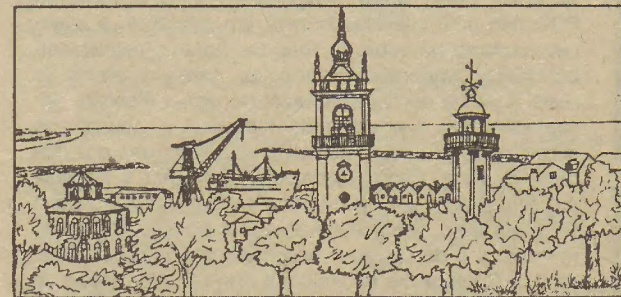
«Por outro lado, não se consegue descobrir qual será o interesse prático desta dis-

cussão, o que, à primeira vista, a tornaria um mero exercício de estilo.

«Mas, a verdade é que a única razão porque esta proposta surgiu, quase como se tivesse caído do céu, foi a total incapacidade do PSD a nível regional em conseguir que a direcção do seu partido consagrasse as suas propostas.»

E acrescentou Mário Aguiar:

«Foi depois do Presidente da Comissão Política do PSD-Madeira, que é também presidente do Governo Regional, ser tratado pelo Primeiro-Ministro sem o respeito que é devido a um presidente do Governo Regional e ser forçado a dar o dito por não dito, aceitando tudo o que lhe foi imposto, que o PSD-Madeira pretendeu salvar a face, largando as responsabilidades para a Assembleia Regional e pretendendo apresentar-se como campeão da autonomia para efeitos de consumo regional.»



Campanha em Viana

Os comunistas de Viana do Castelo estão agora empenhados num derradeiro esforço para concluir o pagamento do Centro de Trabalho do PCP, inaugurado em 6 de Março deste ano na capital do distrito.

Em Setembro último foram pagos 3 mil contos e agora até Dezembro há que prosseguir com mais iniciativas e imaginação para responder aos encargos que ainda restam. Já na próxima semana divulgaremos alguns pormenores deste esforço no Alto Minho.

Sector Público da ORL

Encontro em Alfama

Agora em torno da revisão constitucional

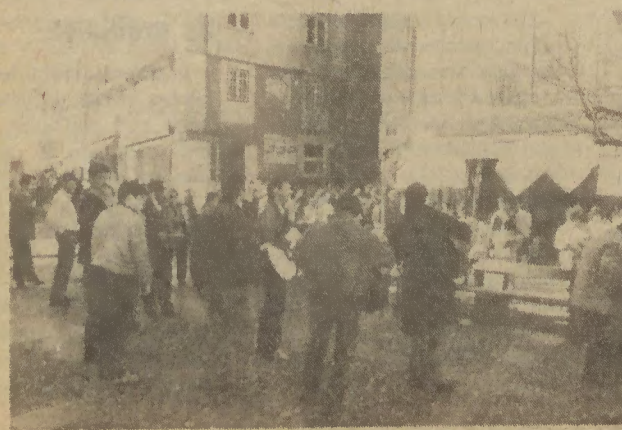
O debate e o esclarecimento são mais importantes que nunca, lembra o organismo de direcção do Sector Público da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP num documento em que aborda a situação do Sector Empresarial do Estado (SEE) à luz da política que o Governo Cavaco pretende impor nesta importante área da vida económica do País.

E porque o debate e o esclarecimento são fundamentais para todos, vai realizar-se já no próximo sábado, dia 21, um encontro do sector (CTT, TLP, Marconi, EDP, EPAL, EPAC e AGA), marcado para as 15 horas nas instalações do Centro de Trabalho de Alfama, em Lisboa. Não faltes.



A PARTIR DO DIA 15 DE NOVEMBRO

Ai estão as bancas de Natal nos Centros de Trabalho do PCP! De várias regiões do País começam a chegar informações à nossa Redacção, com as referências essenciais para este tipo de iniciativas: horário, variedade de materiais à disposição, etc. O «boneco» que aqui deixamos veio de Santarém, mas muito brevemente divulgaremos uma lista «nacional» das bancas em funcionamento nos CTs do PCP, uma forma diferente de fazer as habituais compras natalícias: com rapidez, economia, variedade e... claro, ajudando o Partido!



Trabalhadores

2.º Congresso da FNSCMM — A Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore realiza este fim-de-semana no Porto o seu 2.º Congresso. Sábado e domingo, no auditório do Sindicato dos Ferroviários, estarão em debate alterações aos Estatutos da Federação, o Regulamento Eleitoral, o Programa de Acção e o Caderno Reivindicativo Imediato. O Congresso elegerá o Conselho Nacional da FNSCMM/CGTP-IN. Considerando que «a acção reivindicativa nas empresas é fundamental para melhorar as condições de trabalho», a Federação coloca à consideração dos trabalhadores do sector da construção civil e obras públicas, madeiras, mármore e cortiças um conjunto de **propostas de acção reivindicativa imediata**, que se desenvolvem em torno da defesa e promoção do emprego, da redução da duração do tempo de trabalho para uma máximo de 40 horas semanais, da melhoria das condições de trabalho e do nível de vida, da garantia do direito à segurança social, do combate ao trabalho precário, da actuação da Inspecção e dos Tribunais de Trabalho, do direito à habitação. No sábado, dia 21, as direcções regionais de Lisboa e Setúbal do STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa promovem, na Incrível Almadaense, um **encontro sobre higiene e segurança dos trabalhadores das autovias**.

O PSD não quer Alqueva — «O Governo do PSD não está interessado nem em estabilizar a situação fundiária na zona da Reforma Agrária, respeitando as UCP's/Cooperativas agrícolas, nem em promover reais objectos de desenvolvimento para o Alentejo, designadamente o projecto do Alqueva» — acusam os secretários e uniões das UCP's/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, em comunicado a propósito das declarações de Cavaco Silva em Beja, acrescentando que a posição do primeiro-ministro e do Governo veio confirmar o que se disse na 11.ª Conferência da Reforma Agrária: «por detrás de argumentos demagógicos e da barreira de propaganda lançada nas últimas semanas em torno do futuro do Alentejo, o que o Governo tem em marcha é uma vasta ofensiva com vista à liquidação da Reforma Agrária e à reconstituição da velha estrutura de propriedade latifundiária, para então, e só depois disso, Alqueva ser, eventualmente, construído». O comunicado sublinha, a concluir, que os trabalhadores da Reforma Agrária e as suas organizações representativas «tudo continuarão a fazer para que Alqueva seja construído e para que a Reforma Agrária seja defendida, prosseguida e realizada, com vista ao urgente desenvolvimento da região e no respeito pelos diferentes sectores de propriedade previstos na Constituição».

Defender a banca nacionalizada — e os postos de trabalho, bem como os direitos e regalias conquistados após a nacionalização, é o que se propõe em cada vez mais trabalhadores deste sector. Um comunicado dos eleitos na lista unitária para a Comissão Nacional de Trabalhadores do **Banco Português do Atlântico** (órgão para que se realizem hoje eleições) denuncia a emissão de títulos de participação («que já vai em 7 milhões de contos») como «uma forma de desnacionalização e, esta, um meio de entregar as empresas públicas aos grandes grupos financeiros, cuja actuação é bem conhecida dos trabalhadores que eram bancários antes do 25 de Abril: precariedade da nossa situação no Banco, ausência total de liberdade de organização e intervenção, nepotismo e outras formas de subversão da nossa dignidade», acusando a maioria da CNT de silenciar a gravidade das consequências desta acção do Governo e do Conselho de Gestão para os postos de trabalho e as regalias sociais dos bancários e de ter um «comportamento sectário». No comunicado afirma-se que as promoções por mérito continuam a ser «um meio de consagrar injustiças e deteriorar o clima de relações sociais no BPA» e critica-se a falta de informação sobre a situação do Banco. Os eleitos unitários denunciam o crescimento da contratação de trabalhadores em regime precário, havendo empresas de aluguer de mão-de-obra que «chegam a pagar ao trabalhador menos de metade do que recebem do Banco».

Também a Comissão de Trabalhadores do **Banco Pinto & Sotto Mayor** tomou posição recentemente quanto à emissão de títulos de participação (agora no montante de 3 milhões de contos, depois de uma emissão de 5 milhões), complementada com a emissão de obrigações no valor de 7 milhões de contos, considerando-a «contrária aos interesses dos trabalhadores e do Banco» e acusando o Governo e o Conselho de Gestão do BPSM de pretenderem, com esta actuação, criar condições para a desnacionalização.

«É verdade que a banca nacionalizada, e particularmente o BESCL, podia ter ido muito mais longe, quer em termos do apoio ao desenvolvimento económico nacional, quer quanto a uma política de justiça social, onde não houvesse lugar para o compadrio» — afirma a célula do PCP do **Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa** num comunicado distribuído no final de Outubro em que considera a distribuição de acções aos trabalhadores um «presente envenenado» que visa quebrar a resistência e a luta contra as reprivatizações e alterações radicais às leis laborais, por um lado, e colocar as pequenas poupanças à disposição do poder financeiro dos grandes accionistas. Os comunistas do BESCL lembram que é igualmente verdade que os responsáveis por aquelas e «outras importantes lacunas são os mesmos que as utilizam agora como suporte para a nova ofensiva contra a banca nacionalizada e contra os interesses dos bancários».

Trabalhadores mobilizam-se em defesa do sector público

«Defender o sector empresarial do Estado é defender a independência nacional» — reafirma a CGTP-IN, ao divulgar os resultados de um estudo elaborado pela Central e que demonstra que **poderosos interesses estrangeiros, sobretudo empresas multinacionais, têm uma estratégia clara de apropriação de centros de decisão económica estratégicos** que procuram concretizar com as desnacionalizações.

Trinta por cento do investimento estrangeiro destina-se — revela a CGTP-IN — aos sectores da banca e dos seguros; bancos estrangeiros (como o Citybank norte-americano, o Banque National de Paris ou o Manufacturers e Barclays do Reino Unido) afirmam publicamente a intenção de intervir activamente no processo de privatização em Portugal.

Televisão, jornais, parques gráficos, filmes, tudo o que é **comunicação social** encontra-se sob a mira de grandes grupos estrangeiros, de Maxwell a Berlusconi, de Murdoch à Hachette, enquanto — denuncia a Intersindical Nacional — «existem pressões para que seja revista a Lei de Imprensa», nomeadamente na parte em que estipula que a participação estrangeira em empresas editoriais de jornais não pode ultrapassar os 10 por cento.

No campo das telecomunicações aponta-se o exemplo da «corrida às acções» da **Companhia Portuguesa Rádio Marconi**, na qual entram já um fundo americano, pertencente ao American International Group e constituído para «jogar forte» na CPRM, as companhias britânicas Cable & Wirelless e British Telecom, o Penhumer European Trust.

A Dreyfus francesa, a Cargil norte-americana e a Continental Grain já operam em Portugal e, segundo a CGTP-IN, «preparam-se para vir a controlar 80 por cento do **abastecimento de cereais** substituindo a EPAC».

Quanto aos **recursos minerais**, a Central recorda que «três quartos do investimento em prospecções e pesquisa na indústria extractiva» cabem a empresas estrangeiras e alerta para o facto de que a multinacional Rio Tinto Zinco, «que dispõe já de 49 por cento da Somi-cor, pode vir a comprometer o projecto nacional da metalurgia do cobre».

Sectores básicos

Os estudos para a reestruturação da Quimigal e das empresas em que esta participa — reestruturação que visa, entre outros aspectos, a associação a empresas estrangeiras — foram efectuados pela firma americana Boston Consulting Group. Além disso, a CGTP-IN lembra que a Mitsubishi, a Union Carbide e a Nestlé têm interesses na Companhia Nacional de Petroquímica, enquanto a parte da Quimigal na Isopor foi já vendida à Dow Chemical Company, a segunda maior empresa química dos EUA.

Citando informações vindas a lume nos jornais, afir-

ma-se que o Governo decidiu convidar os dez maiores estaleiros do mundo para gerir a Selenave.

«Sabe-se» — diz a CGTP-IN — «que existem fortes interesses de multinacionais» para a compra da Portucel, enquanto as restantes empresas do sector, como a Celbi, Calma e Soporcel, «estão já na posse ou são controladas pelo capital estrangeiro».

No que respeita aos **transportes aéreos**, a Central acusa o Governo de pretender abrir a assistência operacional aos passageiros à iniciativa privada, havendo interesse da Servicer britânica em obtê-la.

«Aos que procuram tranquilizar as consciências como o slogan do "capitalismo popular"» o documento da CGTP chama a atenção para o processo de alienação de participações estatais pelo IPE, referindo os exemplos da Isopor (como vimos atrás), da **Banco Comercial Português** (parte do capital social recentemente vendido foi adquirido pelo American Express), da **Companhia Nacional de Borracha** (a participação do IPE foi vendida a espanhóis), da **Covina** (em cujo capital social a multinacional Saint Gobain aumentou a participação) e da **Sitenor** (onde a parte da Quimigal foi vendida a ingleses).

Os resultados da política de destruição de empresas do sector público das **pescas** «estão bem à vista», denuncia a CGTP-IN: de Janeiro a Julho de 1986 Portugal importou 19,7 milhões de contos de pescado, enquanto as importações no mesmo período de 1987 foram já de 31,7 milhões de contos.

Bolsa

Os mercados bolsistas «funcionam segundo uma lógica meramente especulativa em detrimento do investimento produtivo» e têm um «papel desestabilizador» sobre as economias — recorda-se numa nota da CGTP-IN em que se comenta a queda das cotações, que, no caso português, ronda os 50 por cento e é avaliada em mais de 900 (novecentos) milhões de contos.

Para a Central «não deixa de ser preocupante o facto de tal queda se reflectir fundamental e drasticamente sobre as pequenas poupanças», enquanto «tudo indica que os fundos estrangeiros se tenham retirado a tempo», o que faz ainda da baixa uma «confiscação da riqueza nacional».

Responsabilizando «todos aqueles que empolaram as virtualidades da situação que se vinha a verificar», em par-

ticular o Governo («nunca se preocupou em informar minimamente as pessoas ou em tomar medidas que assegurassem tal informação»), a CGTP-IN denuncia o facto de, «para além de se ter estimulado a Bolsa em detrimento da banca nacionalizada, se obrigar agora que esta mesma banca pública suporte os mecos dos especuladores privados, comprando os títulos que ninguém quer».

Saúde no trabalho

«É necessário pôr fim à degradação da situação económica e social das vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais» — reclama a CGTP-IN ao anunciar as medidas legislativas que tem vindo a propor em encontros com grupos parlamentares: um projecto-lei sobre **regime jurídico de reparação dos acidentes de tra-**



540 activistas e dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores participaram no plenário realizado em Lisboa no dia 15 de Outubro.

Dez dias de esclarecimento

Na sequência da deliberação do plenário de organismos representativos dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, estão a decorrer dez dias de esclarecimento, de 16 a 27 de Novembro, sobre a **verdade da situação e a importância das empresas do SEE**.

Hoje activistas sindicais de empresas públicas do sector da Metalurgia, Metalmeccânica e Minas (Siderurgia Nacional, Lisnave, Selenave, Cometna, Sorefame, Equimetal, SGM, Indep, UTIC e minas de Aljustrel) vão chamar a atenção para a grave situação social e económica nas empresas, «resultante da ausência de investimentos e da estratégia governamental face ao sector empresarial do Estado». As iniciativas decorrerão em Lisboa, no Porto, em Viana do Castelo e em Aljustrel.

Prolongando-se até sexta-feira da próxima semana, esta acção de esclarecimento abrange ainda:

Amanhã — Electricidade de Portugal, em Lisboa, no Porto e em Coimbra;

Dia 23 — Banca nacionalizada, em Lisboa;

Dia 24 — Quimigal, Petrogal, Petróleo e Gás de Portugal; Lisboa, Porto (Leça), Faro, Sines, Moita;

Dia 25 — Portucel; Lisboa, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Aveiro e Castelo Branco;

Dia 26 — Rodoviária Nacional, Carris, Metropolitano, Transtejo, CP, STCP, TAP, ANA, transportes marítimos: Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Entroncamento, Barreiro, Faro;

Dia 27 — RTP, RDP, jornais; Lisboa e Porto.

Diariamente, pelas 15 horas, no Rossio (Lisboa) e na Avenida dos Aliados (Porto), realiza-se um ponto de informação para os órgãos de comunicação social.

Desde a passada segunda-feira realizaram-se iniciativas de esclarecimento que mobilizaram activistas, dirigentes sindicais e trabalhadores da **Tabaqueira, Centralcer, Unicer, Cimpor, Secil, Quimigal, CTT, TLP e Marconi**.

A CGTP-IN e o Conselho Nacional da Juventude

«Contribuir para que o CNJ se transforme num verdadeiro fórum para o debate de problemas concretos que hoje se colocam à juventude portuguesa» é o que a CGTP-IN espera da sua Comissão Nacional de Jovens, que vai solicitar formalmente a adesão ao Conselho Nacional da Juventude.

Os problemas

A Intersindical Nacional lembra nesse documento alguns dos principais problemas com que se defrontam hoje os jovens portugueses: «O emprego precário e clandestino não param de crescer, perante a passividade dos poderes públicos»;

«A não existência de qualquer protecção material aos jovens à procura do primeiro emprego» — e a intenção do

Governo de **reexaminar** a lei que lhes concede o direito ao subsídio de desemprego — «além de não ajudar a resolver os graves problemas económicos e sociais com que jovens e respectivas famílias se debatem, coloca-os na contingência de aceitarem empregos caracterizados por condições de trabalho aviltantes e salários muito abaixo dos mínimos legais».

A Comissão Nacional de Jovens da CGTP-IN decidiu realizar uma **acção de sensibilização** da opinião pública e da juventude para estes problemas e a necessidade da sua resolução no dia 27 de Novembro.

Além disso, os jovens da CGTP-IN vão pedir audiências à Presidência da Repú-

balho e doenças profissionais, outro projecto-lei sobre a **institucionalização das comissões de higiene e segurança do trabalho nas empresas** e um pedido de ratificação das convenções n.º 161 e da recomendação n.º 171 da OIT (sobre serviços de saúde no trabalho).

A CGTP-IN tomou esta iniciativa devido a uma «tendência preocupante de agravamento das condições de trabalho dos portugueses, com graves reflexos a nível social, humano e económico».

Os últimos dados do INE — refere a CGTP-IN — mostram um aumento, relativamente a 1985, de 20,6 por cento nos acidentes de trabalho mortais (456) registados em 1986; isto «apesar do deficiente inquérito aos acidentes de trabalho e de não haver nenhum relativo às doenças profissionais».

blica, à Comissão de Juventude da AR e ao ministro-adjunto e para a Juventude, com o objectivo de entregar um memorando sobre a situação dos jovens e sensibilizar para a **aplicação imediata da lei que criou o subsídio de desemprego para os jovens à procura do primeiro emprego, o alargamento do âmbito de aplicação do salário mínimo nacional a empresas hoje excluídas e a melhoria do funcionamento dos organismos a quem cabe fiscalizar o cumprimento da legalidade**, de forma a conseguir um «combate eficaz» ao trabalho infantil, ao trabalho clandestino, à fuga ao pagamento dos salários mínimos, entre outras ilegalidades.

5,5% é uma proposta «inaceitável»

Função Pública marca desfile para quarta-feira em Lisboa

O plenário de sindicatos da frente comum da função pública, reunido no dia 11 de Novembro, considerou «incompreensível e inaceitável» o recuo do Governo na proposta de aumentos salariais para 1988 e decidiu reforçar as acções de mobilização dos trabalhadores e de sensibilização da opinião pública. Foi marcada para hoje, em Lisboa, na Praça do Comércio, uma jornada de esclarecimento e divulgação das posições dos sindicatos. Para a próxima quarta-feira, dia 25, está marcado um desfile em Lisboa.

Entretanto realizaram-se em várias capitais de distrito **plenários distritais** de dirigentes e delegados sindicais da frente comum, onde se discutiu a proposta do Governo (reduzindo para 5,5% os aumentos salariais), a nova contraproposta dos sindicatos, aprovada no plenário de dia 11 e que será apresentada na reunião negocial de hoje, e as formas de luta a adoptar. Os trabalhadores da função pública não excluem a possibilidade de vir a recorrer à greve.

Com a sua proposta — acusou o plenário — «**o Governo demonstra falta de vontade e introduz acrescidas dificuldades para a conclusão de um acordo**

salarial». Os valores propostos para os aumentos «não permitem o aumento dos salários reais e a recuperação do poder de compra perdido pelos trabalhadores» (28% em dez anos), «não têm em conta a participação dos trabalhadores da função pública no aumento médio de produtividade verificado em 1987 (2,7%), incompatibilizam-se com recentes decisões governamentais (aumento das pensões do regime geral entre 10 e 14,7%, aumento das rendas com base numa expectativa de inflação para 1988 de 7,4%) e o próprio programa do Governo. (que aponta para um aumento médio dos salários reais no próximo ano de 1,4%).

Repúdio generalizado

O plenário realçou o «generalizado repúdio e descontentamento» que a proposta governamental está a provocar entre os trabalhadores. Até àquela data tinham sido enviadas centenas de telegramas e moções de protesto ao secretário de Estado do Orçamento e registava-se uma «subscrição massiva» do abaixo-assinado posto a circular pelos sindicatos.

A frente comum — sublinhou o plenário — «não pode aceitar a recusa governamental em reclassificar as restantes carreiras profissionais e continuará a bater-se por este justo objectivo», embora considere «positivo» o compromisso do Governo de reestruturar a carreira técnica superior e os cargos de chefe de secção e de repartição. Os sindicatos esperam que as propostas do Governo a este respeito sejam apresentadas na reunião de hoje.

Reafirmando a sua boa-fé e o seu empenhamento na conclusão do processo nego-

cial, a frente comum de sindicatos da função pública aprovou no plenário de dia 11 uma contraproposta prevendo a negociação de carreiras e outras matérias de regime e um aumento de 11% na massa salarial para 1988.

USL solidária

A União dos Sindicatos de Lisboa manifestou a sua solidariedade para com «a luta que os trabalhadores da função pública entendam levar a cabo».

«A inaceitável proposta do Governo de aumentos salariais para a função pública — alerta a USL — constitui um aviso de que o Governo pretende instaurar um tecto salarial nessa base». Os trabalhadores da função pública do distrito de Lisboa (135 mil um terço do total nacional), afirma a União, «como aconteceu em anos anteriores, não aceitam esta pretensão do Governo. Os restantes trabalhadores estão solidários com os trabalhadores da função pública».

Professores: a luta e os resultados

A FENPROF entregou na segunda-feira o seu parecer sobre o projecto de decreto-lei que vem criar os quadros distritais de vinculação para a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.

Este projecto, no entender da Federação Nacional dos Professores, possibilitará a progressão na carreira a milhares de docentes, vindo assim ao encontro de algumas das reivindicações sobre esta matéria.

No entanto a Federação alerta para o facto de aquele documento conter «alguns pontos que merecem o nosso desacordo» e ser «omisso em questões que a FENPROF e os professores reputam de fundamentais e que, a não serem contempladas e devidamente explicitadas, poderão pôr em causa os objectivos deste diploma».

A Federação fez acompanhar o parecer do pedido de reuniões negociais «onde ambas as partes possam esclarecer e justificar as respectivas posições e estabelecer eventuais acordos».

Viseu

Em Lamego e em Viseu realizaram-se no princípio de Novembro dois plenários que reuniram 450 docentes do

ensino primário e educadores de infância.

Convocados pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, estas reuniões tiveram por objectivo discutir a problemática dos quadros e concursos, em particular a proposta do Ministério da Educação, e nelas foi sublinhado que «a luta desenvolvida pelos professores e pela FENPROF ao longo dos últimos anos obtém agora resultados».

«De facto — lembra um comunicado do Executivo Distrital do SPRC — há vários anos que os professores e a FENPROF reclamam a revisão da legislação de concursos e a criação de quadros distritais que integrem os 12 mil professores profissionalizados não efectivos».

A discussão prossegue actualmente com reuniões concelhias: ontem e anteontem em Moimenta da Beira, Armamar, Tondela e São João da Pesqueira; hoje em Vouzela, São Pedro do Sul e Tabuaço; amanhã em Oliveira de Frades e Resende; segunda-feira em Mangualde; terça-feira em Cinfães e quarta-feira em Mortágua.

Nos plenários de Lamego e Viseu foi ainda subscrito uma abaixo-assinado exigindo que o Governo altere a sua proposta de aumentos salariais para a função pública para 1988.

Formação em serviço

Estão a ser inexplicavelmente ultrapassados pelo Ministério os prazos acordados com a FENPROF para proceder à negociação de um projecto que substitua o actual modelo de formação em serviço por outro «mais eficaz, mais expedito e adaptado à nova situação gerada pelo alargamento de quadros». Este alerta foi lançado numa reunião de coordenação nacional sobre formação em serviço, realizada na passada semana na sede da FENPROF.

O Secretariado Nacional da Federação tornou público um comunicado em que (depois de lembrar que se desconhece qualquer formulação de projecto de diploma legal elaborado pelo ME para as negociações) explicita «alguns princípios que devem presidir ao novo modelo» e define «algumas exigências que respeitam expectativas e direitos dos professores à formação».

«Os professores têm o direito de saber, ao concorrerem e serem colocados no quadro de uma escola, quando e como vão realizar a sua formação profissional» —

afirma aquele organismo de direcção da FENPROF.

Seminário em Lisboa

Está prevista a participação de mais de 500 docentes e técnicos de educação no seminário que o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa realiza hoje e amanhã no salão nobre do Instituto Superior Técnico e que tem por tema a **Lei de Bases do Sistema Educativo e o futuro da educação em Portugal**.

No debate participarão também deputados que intervieram na elaboração daquele diploma, nomeadamente Jorge Lemos (PCP), António Barreto (PS), Bártolo Paiva Campos (PRD) e Fernando Conceição (PSD). Fraústo da Silva, ex-ministro da Educação, participará como coordenador do grupo de trabalho do ME para o estudo da reestruturação curricular. No debate, que decorre das 09.30 às 18 horas em ambos os dias, serão ainda apresentadas comunicações de António Teodoro, secretário-geral da FENPROF, Marçal Grilo, Tavares Emídio, Luís Souta, Raquel Delgado Martins e Rogério Fernandes.

Assembleia da República

Em causa a protecção de crimes violentos

Governo insiste em semear ilusões

«É pacífico, adquirido, e dos criminalistas passou mesmo para o senso comum, a convicção de que o reforço das penas não é bastante para obter o efeito intimidatório, para se conseguir o efeito preventivo.» A afirmação é da deputada comunista Odete Santos e foi proferida faz hoje oito dias no decorrer do debate de uma proposta de lei que autoriza o Governo a rever dois artigos do Código Penal. Desmontando propósitos e declarações governamentais, a oradora equacionava deste modo, em pleno debate, uma das questões centrais do problema em causa.

Nas razões aduzidas pelo Governo, trata-se de uma matéria que pretende vir ao encontro da necessidade de uma maior protecção às vítimas preferenciais de actos de criminalidade violenta.

Reconhecendo embora esta necessidade como um «facto real», Odete Santos não deixou contudo de manifestar algum cepticismo quanto aos resultados enunciados na proposta de lei, afirmando mesmo que ela poderá tornar-se «ineficaz» e ter um mero papel «simbólico».



Odete Santos

Rogério Moreira

Luís Roque

Para a deputada comunista a «segurança não se devolve aos cidadãos apenas com o reforço das medidas das penas», isto porque, explicou, «as penas são abstractas: só a incriminação e condenação são efectivas».

Desenvolvendo a sua argumentação, Odete Santos disse ainda que «se os autores de crimes ficam por descobrir, ou se descobertos ficam por julgar; se prescrevem os processos; se os tribunais asfixiam; se falham os meios, os fun-

cionários, os próprios magistrados — então a lei penal existe no papel, as penas são pesadas nas páginas do «Diário da República» e por aí se ficam».

Colocado o dedo na ferida, afirmaria depois que o que se exige acima de tudo é «uma enorme verdade, serenidade e humildade do legislador», lembrando que «pior que tudo é semear a ilusão de que por lei se resolvem os incêndios que exigem outros meios — meios que faltam, meios que o Governo não assegura».

«Agravaram-se as penas no que toca aos causadores de incêndios florestais. Foram suficientes tais medidas?», perguntaria Odete Santos para mais adiante concluir que «o remédio para a insegurança dos cidadãos passa por medidas como as que vêm na proposta de lei», depois de devidamente ponderadas, mas também «por muitas outras medidas bem mais vastas», medidas essas que a deputada comunista tratou depois de exaustivamente enumerar.

Governo finge que lei não existe

A recusa do Governo em pagar o subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego, ignorando deliberadamente uma lei em vigor há três meses, foi objecto de contundente crítica por parte do deputado do PCP Rogério Moreira, que considerou esta atitude «grave» quer do ponto de vista institucional quer político.

Com efeito, a lei encontrase em vigor e existe uma verba prevista no Orçamento do Estado no valor de 750 mil contos, pelo que o Governo devia ter iniciado já este ano, como salientou o jovem deputado comunista, o pagamento do subsídio aos jovens desempregados.

Acontece, porém, que o Governo não só não pagou um tostão como nem sequer deu sequência ao processo de inscrição de candidatos, como está obrigado, «flingindo que esta lei não existe, mantendo-a na gaveta dos «esquecidos» e metendo nos cofres a verba que dispõe para este efeito».

Como sublinhou Rogério Moreira, esta atitude do Executivo «não beneficia os jovens desempregados», defrauda expectativas, impede que se atenuem os problemas gerados pelo desemprego juvenil, problemas de «enorme acuidade na sociedade portuguesa» em relação aos quais o Estado tem obrigações sociais a que não se pode furtar.

CP fora dos carris

Muita coisa parece não ir bem pela Caminhos de Ferro Portugueses e não se trata apenas do rol interminável de acidentes, da ausência de obras de renovação da via ou do material circulante em estado obsoleto. Processos pouco claros do conselho de gerência estão também a afectar a rede ferroviária nacional e a prejudicar as populações e a economia nacional.

De alguns destes problemas e processos obscuros

se falou também na passada semana no plenário por iniciativa do deputado comunista Luís Roque, que desde logo sintetizou a situação nos caminhos-de-ferro ao considerá-la de «calamitosa». Exagero? Parece-nos bem que não a avaliar pelos dados e factos divulgados por Luís Roque. Vejamos alguns: 2090 km de via não sofreram qualquer tipo de beneficiação, 470 km de carris de via larga têm mais de 100 anos e 537 km dos 765 km de via estreita estão assentes em terra.

Face a este estado de coisas seria suposto que o Plano de Médio Prazo para renovação de uma parte da via e a aquisição de material circulante avançasse com a desejável rapidez. Tal não acontece, o Plano continua em fase de estudo, e como consequência estão congelados os investimentos em material circulante. Ainda como resultado, dado que metade dos 5000 vagões que a CP dispõe estão degradados, o conselho de gerência resolveu solucionar o problema alugando-os a uma empresa espanhola pela módica quantia de mil contos por dia.

Não se limita, porém, a produzir «bons negócios» o conselho de gerência da CP. Pouco transparente parece ser, por outro lado, como salientou Luís Roque, a decisão de adjudicar à empresa Somafel a obra de renovação da linha do Sul entre Casa Branca a Beja no valor de um milhão de contos, sem que tenha havido qualquer concurso público como regulamenta uma resolução do Conselho de Ministros.

«E que dizer das 216 nomeações na área de chefia que o actual conselho de gerência realizou em apenas um ano» ou da decisão de «conceder transporte gratuito a título vitalício a todos os gestores e ex-gestores da empresa e seus familiares para a rede nacional e estrangeira?», perguntou ainda o deputado comunista, convicto de que é tempo de «acabar com os processos obscuros e com a falta de transparência».

Governo não desiste de reconstituir o latifúndio

A liquidação da Reforma Agrária e a reconstituição do latifúndio, projecto em que assenta a política agrícola do Governo para o Sul do País, esteve de novo em foco no plenário, por iniciativa da bancada do PCP, mais concretamente através do seu deputado eleito pelo círculo de Évora, Lino de Carvalho.

Na origem da intervenção esteve a Barragem do Alqueva e as declarações a seu respeito proferidas pelo Primeiro-Ministro em Beja, palavras que caíram como um balde de água fria, gorando as legítimas expectativas criadas por afirmações anteriores do Presidente da República e por alguns ministros do Executivo de Cavaco Silva.

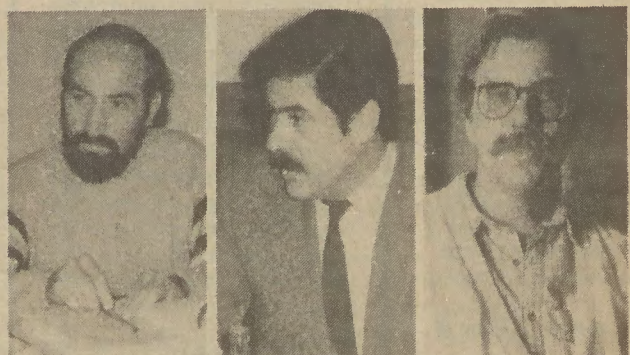
Com efeito, depois do Presidente da República, durante a sua recente permanência no Alentejo, se ter referido a Alqueva como um grande projecto nacional e de Álvaro Barreto e Eurico de Melo terem produzido afirmações no mesmo sentido, recorde-se que Cavaco Silva veio dizer que se aos outros é permitido emitir opiniões é

ra — as explorações pecuárias e as doenças do gado — se pronunciou na passada semana o deputado comunista Rogério Brito.

No cerne da sua intervenção está o surto de peripneumonia que ameaça o gado bovino e a descoberta de uma vacina já devidamente testada pelo Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, «altamente eficaz e inócua», mas que, no entanto, não pode ser utilizada por impedimento estabelecido pela CEE.

Com efeito a Comunidade considera que a doença «deve ser erradicada apenas com medidas de profilaxia», apresentando como justificação para esta decisão o facto de a vacinação poder comprometer o despiste da doença.

Opinião substancialmente diferente tem o deputado comunista que afirmou que «o inconveniente apontado pela Comunidade não tem razão de ser se for aplicado e controlado um programa nacional assente, em primeiro lugar, no despiste serológico e, em segundo



Lino de Carvalho

Rogério de Brito

José Manuel Mendes

ele e o seu Governo quem «manda», deixando claramente entender que só, como tal, haverá eventualmente Alqueva quando a Reforma Agrária for destruída.

Para Lino de Carvalho esta é a confissão de que o Governo não abandona de facto o seu projecto de «reconstituição da velha estrutura da propriedade latifundista para então, e só então, Alqueva poder beneficiar as terras dos grandes proprietários à custa dos dinheiros públicos».

«Ao desmentir as promessas sugeridas por ministros do seu próprio governo — disse o deputado comunista — o Primeiro-Ministro vem dizer que esse conjunto de promessas feitas recentemente ao povo alentejano e ao País não se vão traduzir, na prática, nem na dinamização dos projectos de desenvolvimento para a região nem no respeito pelas UCPs/Cooperativas e agricultores», condições sem as quais não poderá haver, acentuou ainda, «um verdadeiro diálogo e uma estabilização que permita promover-se o investimento, a produção, o desenvolvimento».

Doenças no gado e as imposições da CEE

Também em torno de questões ligadas à agricultura

lugar, na vacinação para os casos em que se verifiquem resultados negativos».

Trata-se ainda de saber, de acordo com as palavras de Rogério de Brito, se é aceitável ou justificável que o «Governo português aceite aquela imposição comunitária sem ter em conta a opinião dos nossos cientistas e técnicos e escondendo da opinião pública, e em particular dos produtores, o facto».

O caos nas cadeias

Tendo em vista o cabal esclarecimento da opinião pública e a busca rápida de medidas que solucionem os graves problemas que afectam as cadeias portuguesas, o deputado José Manuel Mendes proferiu há dias uma breve declaração sobre os graves acontecimentos recentemente ocorridos na Penitenciária de Lisboa.

Recordando que este amotinamento vem na sequência de «outras sérias perturbações e de uma vaga de suicídios sem precedentes» o deputado comunista alertou para o perigo de factos desta natureza serem minimizados, e preconizou a adopção de uma «política de verdade, das medidas preventivas, incluindo no plano financeiro, que respondam ao caos que alastra nas cadeias portuguesas».

PCP advoga direito de associação a jovens menores de 18 anos

Os deputados jovens do PCP apresentaram recentemente na Assembleia da República um projecto de lei que visa garantir o direito de associação aos jovens com menos de 18 anos.

O referido projecto de lei de acordo com uma nota do Gabinete de Apoio do Grupo Parlamentar, pretende dar resposta às aspirações juvenis sobre esta matéria, preenchendo uma lacuna legal num domínio em que se vem registando um crescente dinamismo e diversidade.

Pretende-se criar condições aos jovens menores de intervir e participar mais activamente na

resolução dos problemas inerentes à sua condição de jovens.

O quadro legal proposto pelo PCP clarifica e elimina dúvidas quanto a certos aspectos e particularidades desse tipo de associações e preconiza um associativismo livre e não tutelado. Por outro lado, quanto aos factores que condicionam a capacidade jurídica dos menores, o projecto de lei do PCP remetendo para a lei ordinária é necessariamente flexível dada a natureza do associativismo de menores de características tão significativas.

Assembleia da República

Em resultado do Orçamento

Maioria apertada o cinto e clientelas alargam-no

«Pelo que já se conhece este Orçamento é de natureza restritiva visando no fundamental apertar o cinto, o consumo da maioria dos portugueses (agora, que já passaram as eleições) e deixá-lo largo para as clientelas mais chegadas ao Governo», afirmou na terça-feira ao «Avante!» o deputado comunista Carlos Carvalhas num primeiro comentário ao Orçamento do Estado entrado na véspera na Assembleia da República.

Enumerando alguns dos pontos caracterizadores do Orçamento para 1988, sem prejuízo naturalmente de uma análise ulterior mais detalhada, Carlos Carvalhas referiu em primeiro lugar a «forte contracção prevista para as despesas públicas e a pretensão de impor aos trabalhadores da Função Pública uma evolução dos salários reais nula ou mesmo negativa».

Um segundo aspecto, em sua opinião, é o «facto de, a coberto de uma eufemística redução dos benefícios fiscais, o Governo pretender o agravamento das taxas do IVA (a taxa normal a aumentar para 17 por cento, tributação de bens de investimento como os tractores para a agricultura, a passagem de electrodomésticos da taxa normal para taxa de 30 por cento, entre outros); o au-



Carlos Carvalhas

mento real do imposto profissional por insuficiente actualização dos escalões; o aumento de todas as taxas do imposto de selo em 50 por

cento; o aumento em mais de cem por cento da taxa do imposto de capitais que recai sobre os depósitos dos emigrantes».

No texto do Orçamento verifica-se ainda, segundo nos disse o deputado comunista, a «contracção das dotações do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias e a não garantia de transferência das indemnizações compensatórias aos transportes públicos municipalizados, quer no que respeita a 1987 quer a 1988».

Carlos Carvalhas chamou também a atenção para o facto de o chamado PIDDAC «tradicional» (Educação, Saúde, Obras Públicas, etc.) «sofrer uma efectiva diminuição real», enquanto que, inversamente, «os subsídios para o investimento privado são aumentados em cerca de 130 por cento».

«A primeira leitura do articulado da proposta de lei — sublinhou por último — deixa a ideia de que este Governo (e isto mostra o seu rigor...) pretende autorização para efectuar um conjunto de operações financeiras que mais não visam que a redução meramente artificial e formal do efectivo défice orçamental».

Poder Local

Obras de reabilitação em Sintra

Deputados comunistas vão ver como é

Inserida no plano de contactos do Grupo Parlamentar do PCP com vista à preparação do debate das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 1988, decorreu no passado sábado uma visita dos deputados comunistas João Amaral e José Magalhães a obras e projectos de reabilitação no concelho de Sintra. Os visitantes foram acompanhados pelo vereador do PCP Lino Paulo, responsável na Câmara de Sintra pelos pelouros da tutela.

Num concelho onde o panorama de fundo, no aspecto habitacional, se define pela existência de 52 bairros clandestinos, os deputados comunistas tiveram oportunidade de contactar directamente com os esforços encabeçados pelos vereadores do PCP na Câmara de Sintra no sentido de reabilitar estas vastas zonas urbanas.

No Casal de Cambra — considerado o maior bairro clandestino da Europa — os visitantes tiveram encontros com a Associação de Proprietários do Bairro, com o Centro Desportivo e Cultural, com uma delegação da comunidade católica, com o clube desportivo «O Despertar», e com eleitos autárquicos locais, colhendo assim um fundamentado panorama quer das dificuldades sentidas no ponto de vista da qualidade de vida dos moradores, quer dos esforços que estes, em conjunto com os representantes autárquicos

que se têm empenhado no processo, têm desenvolvido no sentido de sensibilizar o Poder Central para a sua indispensável intervenção no problema.

Neste bairro os deputados puderam ainda inteirar-se do andamento da empreitada com vista à reabilitação urbana, na ordem dos 380 000 contos suportados pela Câmara Municipal de Sintra, obra que é considerada das mais importantes em todo o País no domínio da reabilitação.

Foi igualmente visitado o bairro de Vargo Mondar, na freguesia de Rio de Mouro, cuja situação impôs igualmente notáveis esforços de reabilitação.

Tornou-se entretanto mais uma vez evidente, perante o panorama que se ofereceu aos visitantes, que os esforços autárquicos para a recuperação de tão vastas zonas degradadas não são suficientes para erradicar em definiti-

vo o problema, pois tal exige meios e disponibilidades financeiras só ao alcance do Poder Central.

Em Vargo Mondar os deputados comunistas contactaram a Associação de Proprietários e o Clube Desportivo Recreativo local, cujos responsáveis lhes solicitaram que intercedessem para que o Governo preste maior apoio às associações deste tipo, recordando, por exemplo, o facto de as obras sociais que promovem não estarem isentas do pagamento do IVA.

Em Sintra os deputados reuniram-se com eleitos autárquicos no Hotel Central da Vila, nomeadamente com os presidentes das Juntas de Freguesia de S. Pedro e S. Martinho (do CDS) e com eleitos de Santa Maria, que são as três autarquias directamente ligadas ao centro histórico da vila, tendo recebido informação detalhada sobre os diversos programas de reabilitação urbana em curso no concelho.

Na oportunidade, o vereador Lino Paulo sugeriu aos deputados uma iniciativa legislativa no sentido da criação duma lei-quadro de recuperação dos centros históricos.

Nacional



Praça da Liberdade

Rua de Tardariz? É em S. Pedro da Cova

Tardariz é nome de rua. De rua e de lugar, na freguesia mineira de S. Pedro da Cova, cuja população nos habituámos a ver, através dos tempos, a resolver colectivamente os seus problemas. Mesmo que seja apenas, o que parece insignificante, a mudança do nome de uma rua.

Quiseram tirar a identidade à rua de Tardariz e o povo de S. Pedro não achou bem. É uma «história» que começa há um ano atrás, que merece ser contada.

Em 14 de Novembro de 1986, os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Gondomar, aproveitando a ausência dos vereadores comunistas, apresentaram e fizeram aprovar uma proposta para que fosse dado o nome de «Rua Dr. Francisco Sá Carneiro» a duas artérias do Município com ligação entre si, no caso concreto a Estrada Nova de S. Pedro e a Rua de Tardariz, abrangendo as freguesias de S. Cosme e de S. Pedro da Cova. Contrariando o que é norma da Câmara em questões de toponímia, não foi tida em consideração o parecer da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova.

Em 4 de Dezembro do

mesmo ano, sem passar cavaco à Câmara e com o apoio tácito da Junta de Freguesia de S. Cosme, o PSD colocou no início da rua, em S. Cosme, a respectiva placa toponímica, com grande pompa e circunstância, convidando para o efeito o governador civil.

Porém, «esqueceram-se» de colocar igual placa no fim da rua, em S. Pedro da Cova... Eles lá sabem porquê...

Naturalmente, a Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova, interpretando o sentimento das populações do lugar de Tardariz, protestou junto da Câmara, não obtendo qualquer resposta. Tal posição era legítima, já que a Assembleia de Freguesia tinha aprovado por unanimidade, e portanto com os votos do PS e do PSD, o Roteiro da Freguesia — que contemplava a Rua de Tardariz.

Há pouco mais de um mês, um morador de S. Pedro da Cova, por sinal deputado municipal do PSD, fez saber à Junta da sua intenção de colocar, no Largo da Covilhã — onde termina a Rua de Tardariz — a tal placa «esquecida», com o nome de «Rua Dr. Francisco Sá Carneiro».

Tudo previa que se preparava uma grande festa do PSD em S. Pedro da Cova, com banda de música e ranchos folclóricos. Por alguma razão, no dia marcado para o efeito, estiveram no concelho, figuras gradadas do PSD, como sejam Manuela Aguiar, Albino Soares e outros.

Perante tão estranha situação — onde já se viu serem os cidadãos a colocar nomes às ruas, substituindo-se às Câmaras ou às Juntas? — a Junta e a Assembleia de Freguesia, com o apoio dos moradores, protestaram junto ao Município, contra o que estava a suceder. No lugar de Tardariz recolheram-se assinaturas — setecentos em apenas um fim-de-semana — a opinião da população chegou à Câmara.

Discutido o problema em reunião camarária, por iniciativa dos vereadores comunistas, face à posição decidida da população a decisão foi suspensa. Até que, há poucos dias, foi finalmente aprovado na Câmara Municipal de Gondomar, por unanimidade (na especialidade) o PSD votou contra o nome de uma das ruas de S. Pedro... o Roteiro da Freguesia de S. Pedro da Cova. Nele consta o nome de uma rua, antiga, de seu nome Rua de Tardariz.

Para que conste para aqueles que se iludem de que as suas acções, quaisquer que sejam, estão legitimadas, mesmo que contrariem a legalidade do Poder Local democrático, os sentimentos e a vontade das populações.

■ A. P.

Governo não impediu especulação bolsista

As actividades especulativas na Bolsa e as responsabilidades do Governo nesta matéria foram um dos pratos fortes da passada semana parlamentar. Servido por uma importante e bem documentada intervenção do deputado renovador Silva Lopes, o tema acabou por despertar fortes críticas de todas as bancadas da oposição ao Executivo de Cavaco Silva.

Silva Lopes afirmou que «haverá neste momento alguns milhares de investidores» que em resultado da sua confiança «num mercado

que o Governo deixou entregue a toda a espécie de manipulações e manobras especulativas» perderam «parte substancial das suas poupanças».

Depois de explicar desenvolvimentos as razões que permitiram a febre especulativa, aquele deputado deteve-se sobre as pressões do Governo no sentido das instituições financeiras nacionalizadas adquirirem acções na Bolsa, considerando a este respeito que tal significaria, na hipótese de haver prejuízos substanciais, que esses

«prejuízos seriam suportados pela generosidade da população, incluindo a esmagadora maioria dos cidadãos que não jogaram na Bolsa».

Esta mesma questão seria também abordada pelo deputado comunista Octávio Teixeira no pedido de esclarecimento que efectuou, ensejo para ainda perguntar se «quem vendeu na alta especulação e ganhou muitas dezenas de milhões de contos não estará também a querer ganhar na baixa porque são os únicos que poderão estar interessados em comprar».

PCP contra mais impostos sobre os trabalhadores

Ao abrigo do estatuto da oposição, foi recebida faz hoje uma semana pelos ministros das Finanças, do Planeamento e da Administração do Território e dos Assuntos Parlamentares, uma delegação do PCP a quem foram expostas as linhas gerais das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Na ocasião, segundo uma nota da SIP, a delegação do PCP teve ensejo de manifestar aos membros do Governo diversas apreensões e preocupações face à política económica e financeira que vem sendo seguida e que tudo indica o Executivo prosseguirá em 1988.

Criticado pelos comunistas foi o atraso na entrega da proposta de lei do Orçamento do Estado à Assembleia da República e a «derrapagem» verificada na cobrança das receitas fiscais no ano em curso (buraco de dezenas de milhões de contos) a qual está a ser coberta com o aumento da taxa de alguns impostos indirectos (combustíveis e tabaco) e com o corte em diversas despesas (PIDAC, saúde, etc.).

De acordo com a nota da SIP distribuída aos órgãos de informação, foram igualmente manifestados receios pelo previsível «decrescimento da evolução do PIB e o regresso ao ciclo dos défices da balan-

ça de transacções correntes», sendo por outro lado criticada a «forte contracção» prevista para as despesas públicas e a pretensão de impor aos trabalhadores da Função Pública uma «evolução dos salários nula ou mesmo negativa».

No decorrer do encontro, ainda segundo a nota, foi censurada a pretensão do Governo de agravar os impostos que incidem sobre os trabalhadores e a sua declarada intenção de proceder a uma «contracção» das dotações do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e não garantia de transferência das indemnizações compensatórias aos transportes públicos municipalizados.

Internacional

Assembleia da Paz de Beja

Nem F-16, nem mais «facilidades»

A Assembleia da Paz de Beja reuniu, sábado passado, no Centro Cultural da cidade, algumas dezenas de representantes de diversas associações pacifistas, culturais, cívicas e religiosas. No amplo debate realizado, uma questão maior se impôs — a eventualidade, firmemente recusada, da instalação no nosso país dos F-16, portadores de bombas nucleares, e actualmente na base de Torrejon, a poucos quilómetros de Madrid.

A grave ameaça que tal eventualidade constitui foi analisada nas suas diversas componentes. Antes do mais o seu significado político e os perigos que acarretam quanto à segurança do nosso país. E paralelamente os seus reflexos no plano da vida das populações da zona.

As consequências previsíveis para a população de Beja foram particularmente esmiuçadas na intervenção do presidente da Câmara, Carreira Marques, que colocou oportunas interrogações: «Como é que se vão meter em Beja mais 5 ou 6 mil pessoas? Como é que de um dia para o outro se faz crescer uma cidade em 20 a 25 por cento?»

Expressou-se um largo consenso dos órgãos autárquicos quanto ao futuro da Base Aérea n.º 11 (a base de Beja): a sua utilização para fins civis é a única que interessa ao desenvolvimento da região e à paz no mundo.

Outros temas estiveram ainda em discussão. Luís Cacito, dirigente distrital do Partido Socialista, referindo a situação internacional actual, defendeu a dissolução progressiva dos pactos militares. O cônego Gaudêncio, que participou na Assembleia em representação do bispo de Beja, acentuou o papel dos cristãos na defesa da paz. Numerosos participantes se pronunciaram pela necessidade de uma maior intervenção da opinião pública nacional nos problemas da paz e do desarmamento.

A cimeira hispano-portuguesa

A questão dos F-16 tem vindo a ser tratada como é prática corrente na política de direita desenvolvida por



sucessivos governos em Portugal: nas costas do povo português. Disso mesmo foram sintomáticas as — escassas — declarações avançadas quando da cimeira, em Madrid, que reuniu os primeiros-ministros de Portugal e Espanha.

Começou-se por negar que tal tema tivesse estado presente nas conversações, para depois o reconhecer. Mas de forma que no mínimo se pode considerar pouco loquaz, e ambígua. Assim, Cavaco Silva disse que Portugal nunca foi colocado perante tal hipótese (depois do ministro Eurico de Melo ter admitido que Beja poderia ser alternativa a Torrejon), mas que, se o fosse, teria «grande dificuldade em aceitar de forma positiva essa solicitação», terminando por dizer: «não tomar posição, é a posição oficial do governo português».

Contra o interesse nacional

Nem só dos F-16 se trata, pois, de par desta gravíssima ameaça, temos ainda Almodôvar (onde se pretende instalar uma estação de rastreio ligada à militarização do espaço), o pretendido alargamento da carreira de tiro de Alcochete, maiores «facilidades» também na Base de Beja, o trânsito de submarinos nucleares norte-americanos pelo Tejo, para referir apenas alguns exemplos.

Trata-se de uma filosofia e de uma prática política que atenta contra os interesses nacionais, e objectivamente constitui mesmo uma renúncia ao exercício da soberania nacional, como é aliás recentemente sublinhado em comunicado do Conselho Português para a Páze Cooperação (CPPC), em que se denuncia «a recusa a exercer integralmente os direitos de soberania e o dever de defesa do interesse nacional, dizendo antecipadamente NÃO a qualquer pedido, proposta ou pressões tendo a vista cada vez mais, maiores e mais peri-



O painel é de 83. Exemplo de uma luta consequente de Beja contra uma ainda maior militarização da zona

gos facilidades militares estrangeiras no solo pátrio». A declaração de Cavaco Silva de que a posição do Governo português seria não tomar posição, é disto mesmo um esclarecedor exemplo.

Haverá ainda a salientar um facto: as ambiguidades

nas declarações, a prática de se escurar em evasivas como «ainda nada nos foi pedido», «será estudado», e outras, não se reduz a uma posição, aliás inadmissível, de dependência externa. Há mais que isto. Trata-se de uma deliberada política de alinhamento com os secto-

res mais belicistas que hoje agem na cena internacional.

Também a UEO

A este respeito são esclarecedores aspectos dos contactos agora registados com Chirac, na passagem do primeiro-ministro francês por Lisboa.

Concretamente, Cavaco Silva manifestou a disponibilidade de entrada de Portugal para a União da Europa Ocidental (UEO), que actualmente reúne a França, Itália, Grã-Bretanha, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e RFA — com uma preocupação, entretanto: o não se registar um eventual afastamento da Europa em relação aos Estados Unidos, em termos de «defesa».

De salientar que a UEO acaba justamente, na reunião de Haia, de se pronunciar por uma «estratégia de compensação», que significa nem mais nem menos do que uma nova escalada armamentista, nomeadamente no domínio nuclear, para «compensar» a «perda» dos mísseis que deverão ser desmantelados em virtude do acordo que se prevê seja assinado em Washington por Reagan e Gorbachov. Mais ainda, para que tudo fique claro quanto à propalada «independência» da Europa (da CEE e da NATO), claramente se afirma: «a segurança da Europa não pode ser assegurada senão em associação com os nossos aliados norte-americanos. A segurança da Aliança é indivisível».

Tal é a política de Cavaco Silva!

De registar ainda a afirmação de Chirac de que o Conselho de Defesa França-RFA, organismo de vocação profundamente belicista, poderá ser estendido a todos os países europeus. Uma afirmação feita em Lisboa. O que dá que pensar.

Sobram assim razões de uma luta empenhada por uma intervenção de todos nós no plano da política externa portuguesa, para que Portugal não fique à margem, ou directamente contra, o processo de desarmamento e desanuviamento, por que tão grande batalha se desenvolve a nível internacional.

Telegrama a Cavaco Silva

Do telegrama enviado ao primeiro-ministro Cavaco Silva, pela Assembleia da Paz de Beja, destacamos alguns extractos.

- Consideramos (...) como de modo nenhum correcto, da parte de qualquer órgão de soberania, pretender, como acaba de afirmar-se em Madrid, que a posição do Governo Português seria, neste momento, «a de não ter posição» (sic) quanto a matéria de tamanha gravidade. Matéria em relação à qual a opinião pública nacional deverá receber a mais pronta e cabal informação e explicação, sendo certo que, num patriótico movimento, rejeitará liminarmente tal perspectiva de transferência dos F-16 ou idêntico armamento estrangeiro para território português.
- Exige-se dos órgãos de soberania que

assuma agora:

- uma posição de princípio, desde já e independentemente das posições de governos estrangeiros, consistindo na garantia inequívoca de que nem os F-16 dos EUA serão transferidos para Beja ou outra área do território nacional, nem haverá qualquer trânsito, estacionamento ou instalação de armas nucleares em Portugal. Só assim o nosso país será conduzido a participar, contribuir para e beneficiar do processo em curso de desanuviamento e desarmamento na Europa e no Mundo, a bem da soberania e segurança de Portugal e dos portugueses e de um futuro de Paz e Justiça para a presente geração e as gerações vindouras, para Portugal e para o Mundo.

Delegação da LCJ reforço das relações com o PCP

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal, de 11 a 14 de Novembro, uma delegação do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, dirigida por Radisa Gacic,

secretário da Presidência do Comité Central da LCJ.

A delegação teve conversações, que decorreram num ambiente de amizade e camaradagem, com uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro

Cunhal, secretário-geral do Partido, e que integrava ainda Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Luísa Araújo, membro suplente do Secretariado do Comité Central.

As conversações versaram sobre a situação em cada país, a actividade dos partidos respectivos, assim como aspectos da situação internacional e do movimento operário internacional.

A delegação da LCJ teve ainda um encontro com uma delegação da Direcção da Organização Regional de Lisboa, dirigida por José Casanova, membro da Comissão Política do CC e visitou a Cooperativa «Volta do Vale» e a empresa Mague.

Esta visita constituiu um novo passo para o reforço das relações entre o PCP e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

Grupo de estudo na Hungria

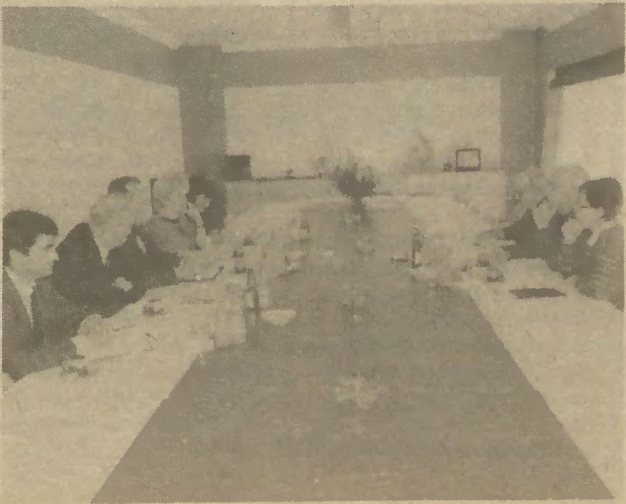
No quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Operário Socialista Húngaro, visitou a Hungria, de 4 a 10 de Novembro, um grupo de estudo do PCP composto por Caetano Tofes, da Direcção da Organização Regional de Leiria, Carlos Azambujo, da direcção da Cooperativa Agrícola do Bogueiro, Rui Carvalho e Arlindo Cruz, agricultores.

A delegação do PCP foi recebida por Imre Kovács, vice-chefe do Departamento de Política Económica do CC do POSH e pelo secretário-geral do Conselho Nacional das Cooperativas. Nos encontros foi dada uma informação sobre as características gerais da agricultura e

agro-indústrias e sobre o movimento cooperativo na Hungria.

Durante a sua estadia, a delegação teve oportunidade de visitar algumas empresas de produção industrial transformadora ligadas à produção de carne, vinho e produtos lácteos nos distritos de Tolna, Pécs e Gödöllő e aí tomar conhecimento das formas de produção e suas normas de qualidade. A delegação visitou ainda o Museu Nacional da Agricultura, em Budapeste.

Para além da frutuosa experiência colhida no domínio da agricultura, vinicultura e pecuária, esta visita foi mais uma expressão dos laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o POSH.



Internacional

Linha da Frente condena África do Sul

A cimeira da «Linha da Frente» realizada o passado domingo em Luanda, cohednou «veementemente a recente entrada do chefe de Estado sul-africano em Angola» e apelou para a solidariedade internacional com este país.

O comunicado final da cimeira considera que a «entrada ilegal e não solicitada no território angolano do presidente da África do Sul racista e alguns membros do seu governo constitui também outra clara demonstração do envolvimento profundo da África do Sul na continuada agressão e ocupação de parte de Angola».

Para os chefes de Estado e de governo de Angola, Moçambique, Zâmbia, Botswana, Tanzânia e Zimbábwe,

«este hediondo acto» demonstra ainda que Angola não vive uma «guerra civil» mas «uma guerra aberta de invasão, agressão, ocupação e desestabilização da África do Sul que utiliza os bandidos da Unita e outras forças mercenárias como parte integrante do seu exército regular contra o Estado soberano de Angola, um membro da OUA, ONU e do Movimento dos Não-Alinhados».

Nesse sentido, a cimeira decidiu apelar «à comunidade internacional para cerrar fileiras em torno da República Popular de Angola e conceder o necessário apoio material e financeiro que permita fazer face a este acto, não provocado, de invasão, agressão e ocupação».

Fazendo notar que a

«agressão visa frustrar os esforços da comunidade internacional tendentes à regularização pacífica do conflito na sub-região», o comunicado alerta para «a concentração massiva de forças e sofisticados meios de guerra do exército racista sul-africano no norte da Namíbia, ao longo da fronteira sul de Angola» e exorta «a comunidade internacional a desenvolver esforços com vista a impedir a eminente invasão de grande envergadura contra o território soberano da República Popular de Angola».

Os Chefes de Estado e de governo da «Linha da Frente» fazem ainda notar no seu comunicado que «a política dos Estados Unidos da América em relação à África Austral tem sido irrealista» e apelam à administração nor-

te-americana para que abandone «a política de "linkage" em relação à independência da Namíbia» e coopere «com o secretário-geral das Nações Unidas na implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança».

Finalmente, em relação à situação em Moçambique, os participantes na cimeira «constataram com preocupação que o governo racista sul-africano intensificou nos últimos tempos a sua acção desestabilizadora contra aquele país, através dos bandidos armados ao seu serviço. Nesse sentido, manifestaram a sua solidariedade para com aquele país e condenaram veementemente as acções terroristas da África do Sul racista contra Moçambique».

Moçambique também na mira

O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, manifestou na segunda-feira o seu receio do país vir a ser alvo de ataques sul-africanos, na sequência da escalada militar que se regista no sul de Angola.

Uma preocupação legítima, tendo em consideração a crescente agressividade dos bandos da Renamo, que nos últimos meses massacraram centenas de homens, mulheres e crianças, provocou danos materiais estimados em muitos milhares de

dólares, graças ao apoio que recebe dos racistas de Pretória.

Ainda na semana passada esse apoio voltou a ser denunciado pelo ministro da Segurança do Zimbábwe, Emerson Munangagwa, que em entrevista ao jornal sul-africano «Financial Mail» acusou a África do Sul de utilizar submarinos, aviões e helicópteros para fornecer material à Renamo.

Este ano, disse o ministro, os submarinos da RSA penetraram repetidas vezes nas águas territoriais de Moçam-

bique, desembarcando grandes lotes de armas tanto no litoral como na foz do rio Zambeze. Por seu turno, o fornecimento de armas via aérea realizou-se através de duas pistas, construídas especialmente na zona de Maoa; estas pistas foram recentemente tomadas por unidades das tropas zimbabweanas e moçambicanas, cuja acção conjunta permitiu a libertação de 14 das 18 povoações controladas pelos bandidos na província da Zambézia.

Como sublinhou Emerson

Munangagwa, o regime de Pretória é o único responsável pelo fornecimento de armas à Renamo e pelos crimes dos bandidos contra as populações civis de Moçambique.

Com a agudização dos confrontos em Angola, não é de descartar a possibilidade de uma generalização das acções militares por parte da África do Sul, que vem dando ênfase à sua dita «cruzada contra o comunismo» em África como pretexto para as incursões armadas nos países vizinhos.

PC da Grã-Bretanha, 40.º Congresso

Saudação do PCP

«Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português envia calorosas e fraternais saudações ao 40.º Congresso do Partido Comunista da Grã-Bretanha e faz votos pelos melhores êxitos nos seus trabalhos».

Estas as primeiras palavras de saudação na mensagem dirigida ao Comité Executivo do Partido Comunista da Grã-Bretanha, em que igualmente se exprime a solidariedade dos comunistas portugueses pela luta desenvolvida contra a política de Thatcher, por uma alternativa democrática a essa política.

A política do governo conservador, abertamente anti-operária e antipopular no plano interno e alinhada no plano externo pelas posições belicistas do imperialismo norte-americano, coloca, sem dúvida, um sério desafio a todas as forças democráticas, progressistas e amantes da paz da Grã-Bretanha e, em primeiro lugar aos comunistas. Na vossa luta pela construção de uma alternativa democrática e de progresso social a uma tal política, em defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo desarmamento e a paz, podeis

estar certos de contar com a solidariedade dos comunistas portugueses.

Depois de delinear um esboço da actual realidade política portuguesa, valorizando o «papel fundamental» da «acção dos comunistas no plano institucional e do movimento de massas, a saudação do CC do PCP refere-se à realidade internacional de hoje.

Acompanhamos atentamente a rápida evolução da situação internacional. Avallamos muito positivamente os indícios de progresso no caminho do desarmamento e do desanuviamento. A anunciada assinatura do acordo entre a URSS e os EUA visando o desmantelamento dos seus mísseis nucleares de médio e curto alcance baseados em terra, representa uma importante vitória da luta dos povos pela paz e de activa e persistente política de desarmamento da União Soviética e outros países socialistas. Mas a recusa da administração Reagan em renunciar ao projecto da guerra das estrelas, e cessar a sua ingerência aberta nos assuntos internos da Nicarágua e o seu apoio ao regime do

apartheid na África do Sul, bem como a sua crescente intervenção agressiva no Golfo, apolada por Thatcher, mostram que o imperialismo não renunciou a uma política agressiva e militarista visando fazer retroceder a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos pela emancipação social e nacional.

E valoriza particularmente o papel do Movimento Comunista Internacional.

O necessário reforço do movimento pela paz e da luta pelo progresso social exige cada vez mais o re-

forço da amizade e solidariedade mútua entre todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz. O fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional assume, neste contexto, uma importância capital.

Assim, o PCP continuará a agir para o ulterior desenvolvimento e fortalecimento das relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

RFA, comunistas debatem siderurgia

A 7 e 8 de Novembro realizou-se em Wuppertal, República Federal da Alemanha, um encontro de trabalho de Partidos Comunistas para troca de opiniões sobre a perspectiva da indústria siderúrgica nos países capitalistas da Europa. Neste encontro participaram representantes dos Partidos Comunistas da Alemanha (promotor do

encontro), Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Luxemburgo, Portugal, Turquia e Grécia e o Partido Comunista dos Povos de Espanha.

O Partido Comunista Português foi representado por Brito Apolónia, ex-deputado do PCP no Parlamento Europeu.

África do Sul sem máscara

O reconhecimento oficial por parte da África do Sul da intervenção do seu exército regular nas agressões contra a República Popular de Angola, com o objectivo de evitar o aniquilamento da Unita pelas forças armadas angolanas, provocou uma série de reacções cujas consequências são, por enquanto, imprevisíveis.

Em primeiro lugar, veio confirmar o que as autoridades angolanas repetidamente têm denunciado, ou seja, que o seu território sofre uma invasão estrangeira, o que em termos internacionais liquida o alibi da «guerra civil» tantas vezes invocado por certas potências ocidentais como pretexto para não apoiar o regime angolano.

Em segundo lugar, e como Angola também não se tem cansado de afirmar, reduziu a Unita às suas verdadeiras dimensões, tornando claro que o grupelho de Jonas Savimbi não tem possibilidades de sobrevivência sem o suporte sul-africano, não representando por isso qualquer alternativa credível de poder para Angola, onde não dispõe de bases de apoio para além das impostas pela força das armas... sul-africanas.

Em terceiro lugar, colocou a população sul-africana, incluindo a minoria branca, perante o facto do país se encontrar em guerra, com todas as consequências inerentes, o que é na sua perspectiva tanto mais preocupante quanto se conhecem a nível interno dificuldades acrescidas no confronto com o Congresso Nacional Africano (ANC) e outros movimentos anti-apartheid.

A primeira vista, parece quase uma incongruência que o comandante das forças de defesa sul-africanas, general Jannie Geldhuys, e o ministro sul-africano da Defesa, Magnus Malan, venham a público reconhecer, como fez este último, que a África do Sul está a intervir em Angola para apoiar a Unita «porque o seu líder, Jonas Savimbi, defende os mesmos ideais de Pretória» ou ainda «para evitar que esta fosse derrotada pelas FAPLA, apoiadas por cubanos e soviéticos».

Incompreensível pode parecer ainda que o próprio presidente sul-africano, com outros membros do seu governo, se tenha deslocado ao território angolano ocupado onde, segundo diversas informações, acompanhou algumas das operações armadas.

É legítimo perguntar: que objectivos presidem a esta nova atitude de Pretória, de autodesmascaramento, que aparentemente só prejudica a sua imagem?

As razões podem ser múltiplas mas, numa primeira análise, duas parecem destacar-se. A primeira liga-se directamente com a situação interna do país, a segunda com os meandros da política internacional no que se refere à África Austral.

Do ponto de vista interno há que ter presente que o crescente envolvimento de Pretória na invasão de Angola tem os seus custos, tanto materiais como humanos, impossíveis de escamotear indefinidamente.

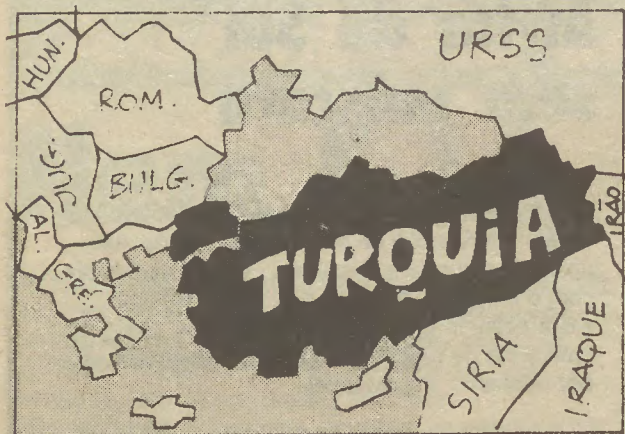
Segundo afirmou a semana passada o chefe de estado maior-general das Forças Armadas angolanas, António dos Santos França «N'Dalu», o exército sul-africano perdeu nos últimos dois meses 230 homens em Angola, para além de grande quantidade de material, incluindo onze blindados AML-90, 24 carros de combate, 29 aviões e helicópteros e vários tipos de armas ligeiras. Se as perdas de material podem ser encobertas, o mesmo não acontece com as vidas humanas. E na África do Sul são cada vez mais os que se interrogam sobre as razões que levam os soldados a morrer a milhares de quilómetros de casa. O reconhecimento da situação de guerra, a pretexto da «cruzada contra o comunismo» de que Botha fala, com o argumento de que em Angola os sul-africanos combatem «cubanos e soviéticos», é assim uma tentativa de resposta às preocupações internas.

O mais provável, no entanto, é que as motivações de Pretória ao reconhecer o seu envolvimento directo na guerra com Angola, tenham sobretudo a ver com a tentativa de extremar posições de forma a impedir um possível acordo entre Luanda e Washington. Com efeito, a iniciativa de Pretória, que tanto agastou Savimbi, surge numa altura em que o Departamento de Estado norte-americano dá a entender que existem possibilidades das negociações com Angola, no que se refere à retirada das tropas cubanas e à independência da Namíbia, entrarem numa «fase mais activa». Assim sendo, a atitude de Pretória não teria sido ditada por Washington, como de costume, mas pelo receio de ficar de fora numa solução negociada para a Namíbia.

Recorde-se que a resolução do problema namibiano, de cujo território ilegalmente ocupado a África do Sul se serve como trampolim para os seus ataques a Angolana, é considerado como um passo fundamental para a paz na África Austral.

Uma alteração profunda na posição norte-americana, que tem apoiado sempre a política racista e colonialista da África do Sul, podia ser um contributo decisivo para a liquidação do apartheid, a independência da Namíbia e a paz na região.

Internacional



TURQUIA

Dirigentes comunistas presos em Ancara

Haydar Kutlu, secretário-geral do PC da Turquia, e Nihat Sargin, actual secretário-geral do Partido Operário da Turquia, foram presos no aeroporto de Ancara, logo à saída do avião proveniente da RFA, de onde os dois dirigentes comunistas regressavam acompanhados por três dezenas de jornalistas, advogados e políticos da Europa.

Um regresso, após sete anos de exílio imposto pelo golpe militar de 12 de Setembro de 1980, que assume particular significado político.

Os camaradas Kutlu e Sargin regressam, representando hoje conjuntamente todos os comunistas turcos, pela fusão, anunciada a 7 de Outubro, de ambos os partidos no Partido Comunista da Turquia. E regressam para participar nas eleições marcadas para dia 29 deste mês. Uma afirmação do direito dos comunistas à participação inteira na vida política. Um desafio aos paupérrimos limites da chamada «democratização» turca. E que estão agora bem à vista com mais esta prisão.

A prisão dos dirigentes comunistas dá-se pouco depois de um outro acontecimento político particularmente significativo. A homenagem popular prestada a Bahice Boran, presidente do Partido Operário da Turquia, que morreu no exílio. Quando da vinda do corpo da dirigente comunista, 25 mil pessoas participaram nas ruas de Istambul numa impressionante manifestação antifascista, considerada a maior manifestação de oposição realizada desde o golpe militar de 80.

Sintomas de instabilidade

Um regime imposto a um povo pela força das armas e que para existir risca de facto as liberdades democráticas e desencadeia uma generalizada repressão — não pode naturalmente contar com apoio popular. Mas por via da repressão pode sufocar — temporariamente — vozes e resistências.

Os factos indicam que o colete de forças imposto ao povo turco está a ceder perante a luta que se desenvolve e a força da própria realidade objectiva, o acumular de problemas que o regime é completamente incapaz de resolver, tão pouco à sua maneira... Desde a questão

curda (a brutal repressão não pode esmagar a luta pelos direitos do povo curdo, e os factos testemunham que assim é), aos problemas de Chipre e do mar Egeu, com reflexos no interior da própria NATO. Da inflação galopante, à necessidade de apresentar uma face «democrática» para satisfazer requisitos formais frente à CEE.

São claros os sintomas recentes de repúdio popular pelo regime e pela política que desenvolve.

Nas eleições complementares convocadas em 10 províncias em Setembro de 1986, o número de votos no partido do governo caiu de 42% para 32%, enquanto os partidos que lutam pela democracia alcançaram 60% dos votos.

No referendo realizado agora em Setembro (um esforço para apresentar «imagem democrática»), para definir se «sim» ou «não» deveria ser permitido o regresso dos antigos dirigentes políticos, a maioria pronunciou-se pelo «sim».

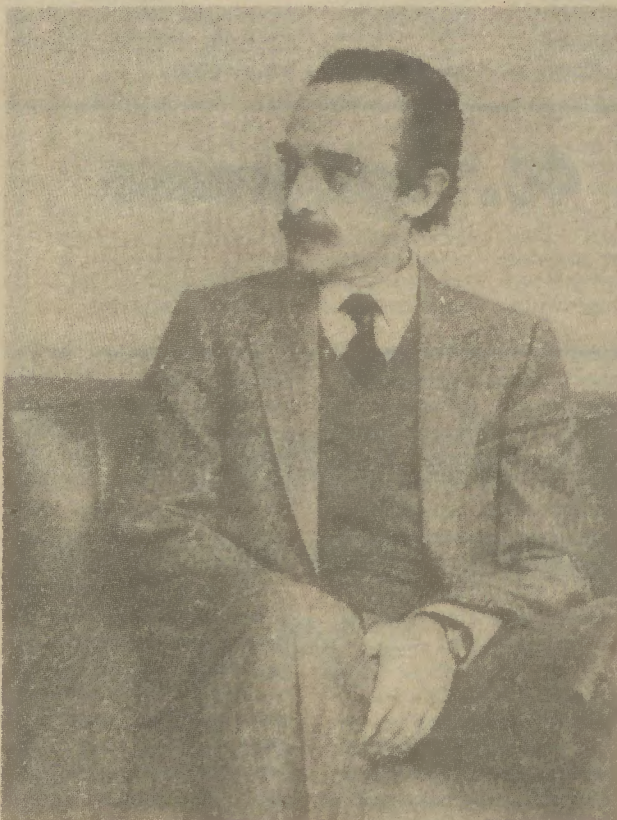
Não é por acaso que o «Daily News», diário em língua inglesa que reflecte a opinião de meios dirigentes mais «realistas», afirma que «a estabilidade actual é artificial, e Ozal (actual primeiro-ministro) caminha sobre uma fina camada de gelo.

Basta olhar para o que se passa na Coreia do Sul». Embora, neste caso, se trate, naturalmente, da aposta num outro melhor candidato para o capital.

A verdade é que a luta avança. Nomeadamente no domínio das lutas laborais. E não se trata de tarefa fácil. Bastará recordar o processo

duzidos a nada. A simples realização de uma greve é tarefa particularmente difícil (e perigosa...). As greves só são autorizadas quando da renovação dos contratos colectivos de trabalho, e com um pré-aviso mínimo de 60 dias.

Apesar deste clima repressivo e de todas as barreiras levantadas, os trabalhadores



Haydar Kutlu, secretário-geral do Partido Comunista da Turquia, preso pelas autoridades turcas, com Nihat Sargin, secretário-geral do Partido Operário Turco. O «crime»: serem comunistas e quererem entrar legalmente no seu país. Os limites da «abertura democrática» do regime militar, estão bem à vista

tas da Confederação de Sindicatos Operários Revolucionários que se arrastou por cinco anos. No fim do processo, o Tribunal Militar de Istambul decidiu dissolver a confederação, que agrupa meio milhão de membros, e condenou 264 dirigentes e activistas até 15 anos de prisão, sob a acusação de «propaganda comunista»!

De par da repressão, os direitos legais dos trabalhadores estão praticamente re-

turcos lutam e fazem greves.

Em 18 de Janeiro, na sequência de um bloqueio dos contratos colectivos de trabalho, 25 empresas da indústria química foram paralizadas pela greve, que a 30 de Março se estendeu a mais outras 33 empresas. Em cada uma destas fábricas a greve foi cumprida por 95% dos trabalhadores. Três meses de luta trouxeram a vitória.

A 2 de Julho, o «Daily

News» afirmava «o país confrontado com uma vaga de greves».

Uma questão de fundo

A Turquia mantém um Exército que é o segundo em efectivos na NATO. As suas despesas militares, relativamente ao produto interno bruto (PIB), situam-se no 3.º lugar, comparativamente aos outros países da NATO.

Naturalmente que ao imperialismo importa sustentar regimes ditatoriais e antipopulares, porque objectivamente constituem elementos de defesa das suas posições de classe e da sua força relativa no plano mundial. Pedões de brega num combate histórico. Mas se a esse facto de validade geral se somar a «posição estratégica», muito mais será investido (o que não significa que com êxito) para promover e defender «regimes fortes» do capital.

Bastará olharmos para o mapa para vermos que a Turquia é uma dessas «posições estratégicas». Planos para uma ainda maior militarização do território do país, não faltam. A instalação de caças bombardeiros F-16, mísseis Pershing-1 e Lance, como possível alternativa ao território da RFA. A modernização dos depósitos de armas nucleares. A instalação de armas químicas binárias, em «situação de crise». A construção de quatro estações de laser, integradas no projecto da «guerra das estrelas».

É para defender tais projectos, para defender a «posição estratégica», e ainda essa mão-de-obra barata, que Halit Narin, o presidente do patronato turco, explicitamente oferece à CEE, que a ditadura militar foi instalada, e que hoje se lhe tenta pintar uma face democrática. Mantendo sempre, como arma do quotidiano, a repressão.

Como mais uma vez foi demonstrado no aeroporto de Ancara.

«A dolorosa notícia confirmou-se: Ernesto Guevara, herói da revolução cubana, foi morto pelos lacaios bolivianos do imperialismo norte-americano.

Segundo declarações do camarada Fidel Castro, Ernesto Guevara teria sido denunciado por um traidor. Ferido em combate, caiu assim nas mãos do inimigo e foi por ele cobardemente assassinado.

Os comunistas, os revolucionários do mundo inteiro deploram a morte de Ernesto Guevara, revolucionário ardente que entregara a sua juventude e a sua vida à grande causa da libertação dos povos, à luta contra a dominação imperialista, pelo socialismo.

Embora possamos ter opiniões diferentes das que defendia o camarada Guevara acerca do processo revolucionário mundial, inclinamos as nossas bandeiras ante o seu grande exemplo de coragem, de dedicação e de coerência (...).

(«A morte de Guevara — Homenagem a um revolucionário» — «Avante!», VI Série, n.º 3885, Novembro 1967)

«Dois anos depois do golpe reaccionário que levou ao poder na Indonésia o general Suharto, continuam os massacres e fuzilamentos. Só na ilha de Java foram assassinados mais de 500 mil democratas.

Depois da recente execução de Njono, membro do Bureau Político do Partido Comunista da Indonésia e dirigente dos sindicatos, as autoridades daquele país executaram o coronel Untung, o comandante Sujano e o tenente Ngadimo.

O coronel Untung, membro do Partido Comunista da Indonésia, morreu corajosamente. Reafirmou, diante do pelotão de execução, a sua confiança no triunfo do socialismo no seu país. Tombou, cantando as estrofes da Internacional, com um heroísmo exemplar.

Apelamos para a classe operária e para todos os patriotas, com o objectivo de reforçar a luta que à escala internacional se ergue contra os crimes do governo reaccionário da Indonésia, a soldo das potências imperialistas (...).

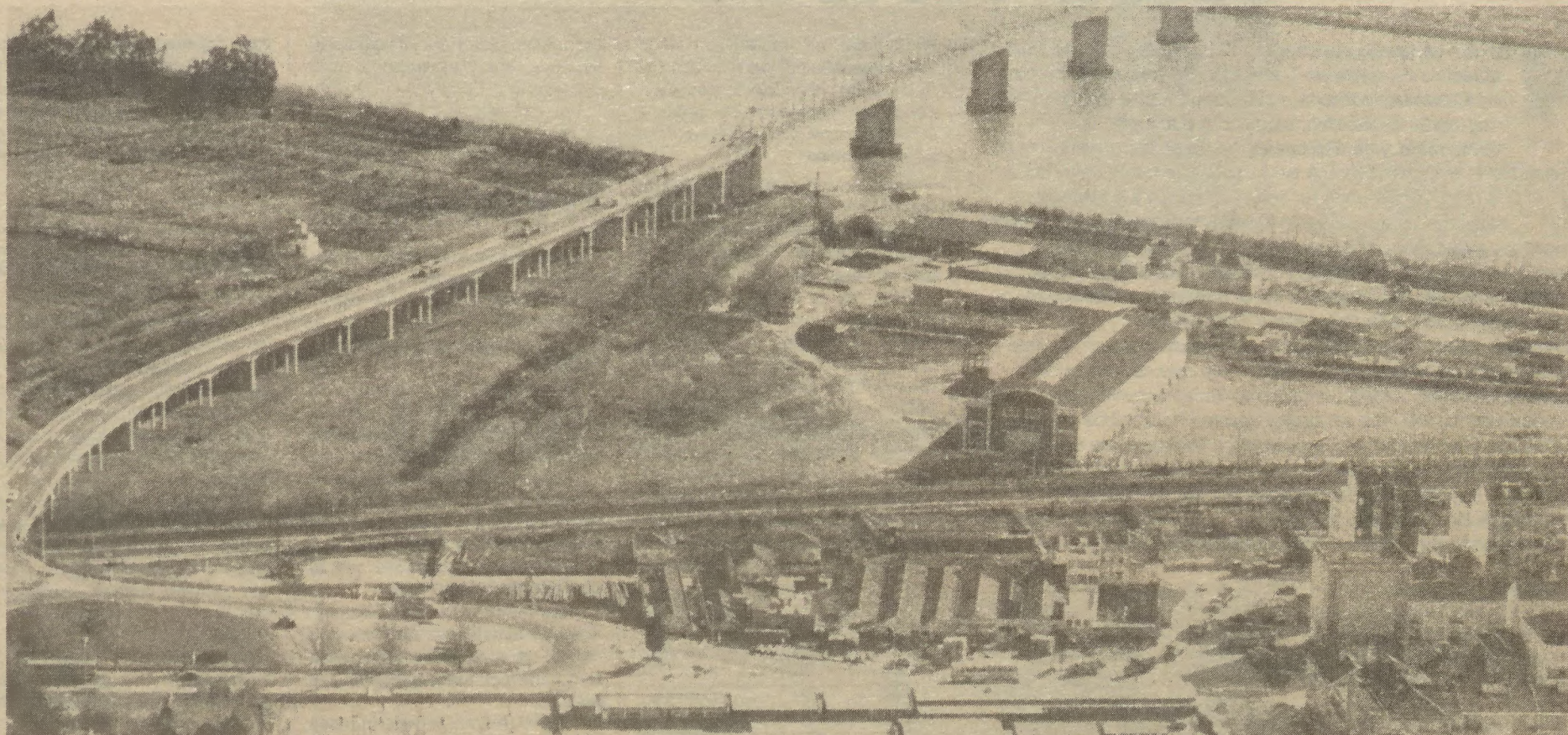
(«Continuam os massacres na Indonésia» — «Avante!», VI Série, n.º 385, Novembro 1967)

«Após 10 anos de interdição ilegal, o PCA não tem deixado de lutar por uma Alemanha unida, pacífica e democrática, contra a política militarista e revanchista de Bona, pelo reconhecimento dos dois Estados alemães (...). Defendendo os grandes interesses monopolistas, o governo da RFA aspira ao uso das armas atómicas no seio da NATO, ambiciona a revisão das fronteiras actuais e apoia abertamente a agressão americana no Vietname.

Para impedir a tempo a perigosa evolução desta situação, o PCA dirigiu um apelo aos operários, aos trabalhadores, a toda a população da Alemanha Ocidental para que apoiem o movimento a favor da suspensão da [sua] interdição ilegal.

O Partido Comunista Português, que luta nas duras condições de uma ditadura fascista, é inteiramente solidário (...).

(«Solidários com os comunistas alemães» — «Avante!», VI Série, n.º 372, Novembro 1966)



I JORNADAS DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO

VILA FRANCA DE XIRA

TOMA O FUTURO NAS MÃOS

■ Henrique Custódio

A frase, ouvida na noite da passada sexta-feira, tem que se lhe diga:
«Crescimento e desenvolvimento não são sinónimos. A evolução do nosso Concelho ilustra-o bem.»

Quem a proferiu foi Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sessão de abertura das I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho, perante uma vasta multidão presente no Auditório do Ateneu Artístico Vilafranquense. E tem tanto que se lhe diga, que o conceito nela contido esteve na base da concretização das próprias Jornadas, realizadas durante todo o passado fim-de-semana na jovem cidade à beira-Tejo.

É que foi exactamente por pensar que «crescimento» e «desenvolvimento» não são sinónimos, que o município vilafranquense chegou à definição das suas I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho: «Uma profunda reflexão colectiva sobre o nosso passado e o nosso presente, para melhor definirmos o futuro que queremos construir.» E mais: «apenas a empenhada participação de cada um nas Jornadas, exercida em permanente abertura às opiniões diferenciadas e à multiplicidade dos contributos, permitirá obter

as conclusões mais correctas e mais adequadas aos nossos problemas e aspirações».

E foi uma «permanente abertura às opiniões diferenciadas» que presidiu a todo o processo das Jornadas — quer nos meses de intenso trabalho preparatório que preludiu a iniciativa, quer durante as Jornadas propriamente ditas, que se realizaram a 13, 14 e 15 de Novembro.

No período preparatório dinamizaram-se largas dezenas de encontros em todas as Freguesias do Concelho, envolvendo milhares de pessoas na discussão de realidades concelhias tão diversas como habitação e ensino, desporto e comércio, demografia e emprego, desenvolvimento

económico e meio ambiente, etc., etc. Nesses milhares de participantes esteve representada a generalidade dos agentes económicos, sociais, políticos e culturais do Concelho, que individual ou colectivamente deram o seu contributo, especializado ou não, mas sempre empenhado e feito na primeira pessoa, permitindo que se chegasse às Jornadas com um notável perfil quer do que o Concelho é quer do que pretende ser, segundo a vontade e as aspirações dos seus habitantes.

Quanto aos três dias das Jornadas, basta dizer que, só elas, produziram mais de 3000 horas de trabalho colectivo, com o objectivo de tirar conclusões globais e parcelares do extraordinário levantamento entretanto feito. Chegava-se, assim, à concretização de uma outra ideia-mestra que inspirou a iniciativa: «tornar as Jornadas um espaço de diálogo que permitirá traçar as grandes orientações que balizarão o futuro Plano Director Municipal». Plano que, em termos de futuro, irá «conceber» Vila Franca de Xira num horizonte ambicioso — até ao final do século.

Daí a oportunidade de mais uma citação de Daniel Branco, ainda extraída da intervenção com que abriu os trabalhos das Jornadas:

«Aqui estamos, a percorrer nova jornada, fazendo a reflexão activa indispensável ao afinar do rumo desta viagem colectiva, aprontando-nos com mais bagagem e redobrada energia para partirmos sem delongas para uma nova fase, sempre mais complexa, mais exigente, mas com condições para poder ser ainda mais gratificante para todos.» ■



«Terminamos estas Jornadas sem dúvidas em podermos afirmar que conhecemos, hoje, melhor ainda do que ontem, a direcção e o sentido do nosso rumo. E isso é fundamental, pois quem não conhece o rumo da sua viagem, não aproveitará, de modo algum, os ventos que lhe sejam favoráveis» (Daniel Branco, na sessão de encerramento)

Vila Franca de Xira toma o futuro nas mãos

Ninguém se perdia, ao chegar a Vila Franca de Xira com o objectivo de visitar as I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho: por toda a cidade e durante os três dias que durou a iniciativa, setas com o logotipo das Jornadas e a especificação das Secções orientavam os interessados através de diversos percursos, que iam direitinhos a cada um dos cinco locais onde as coisas estavam a acontecer: à Secção 1, dedicada às questões do **Desenvolvimento Económico e Emprego**, à Secção 2 onde se debatia o **Ensino, Cultura e Desporto**, à Secção 3 que discutia o **Quadro de Vida e Meio Ambiente**, à Secção 4 que tratava de **Urbanismo e Habitação**, à Secção 5 virada para a **Demografia e População**. Deambulámos por todas as Secções — que funcionaram durante o sábado e parte da manhã de domingo — no que, às tantas, se tornou uma estranha viagem jornalística: dadas a pulverização geográfica dos locais onde se desenrolaram os trabalhos e a profusão das intervenções, foi crescendo a sensação de que se estava numa cidade que desatara de repente a falar de si própria em tudo que era sítio. Mas nada de babilónias: ali utilizava-se a língua comum do empenho cívico. Se a expressão tem reboco a mais, o edifício merece-o.

Continuemos nas condicionais.

Se é irrelevante nomear os cinco locais onde funcionaram as Secções, não o será a menção (honrosa, sem dúvida) da eficácia dos serviços de apoio que, em todas elas, prestaram assistência às sessões, aos participantes e à Imprensa. Transportes assegurados, entrega atempada de documentação, instalações adequadas, «background» tecnológico sem falhas — tudo evidenciava o cuidado meticuloso com que (também) se prepararam os aspectos organizativos. Entretanto a simpatia cerziu esta complexidade de tarefas, o que não é de somenos numa iniciativa de tal envergadura.

Se não é praticável esmiuçar o muito que se produziu nas quase

3000 horas de trabalho ao longo das Jornadas, importa recordar que foram feitas 205 intervenções abordando os mais diversos temas e vindas de uma massa heterogênea de participantes.

Se o tema central das Jornadas era o Concelho de Vila Franca de Xira (enquadramento histórico, análise do presente, definição do que se pretende para o futuro), tal não impediu que as questões em debate surgissem frequentemente enquadradas no todo nacional e, sobretudo, no quadro das responsabilidades do Poder Central, dado que nenhuma comunidade existe compartimentada, dependendo sempre de actos e estratégias socioeconómicas de competência governamental.

Mas no que toca ao próprio Concelho, nada nem ninguém deixou de ser abordado e de ter oportunidade

de contribuir para a definição do futuro que, aos vilafranqueses, cabe construir.

Ora veja-se.

Todos presentes

Daniel Branco, presidente do Município, alinhou assim, no seu discurso de encerramento, os ricos e diversificados contributos dados às Jornadas durante os trabalhos preparatórios:

«Preparámos as Jornadas promovendo um muito alargado debate público na área do município sobre a nossa realidade actual.

«Fizemos 22 reuniões nas 11 Freguesias do Concelho, nas quais mais de 1100 pessoas participaram, muitas das quais com críticas, ideias e opiniões que foram relevante contributo.

«Reunimos com todos os sectores de actividades do Concelho, em 24 reuniões que ultrapassaram também mais de 1000 presenças.

«Agricultores, comerciantes, serviços públicos centrais e locais, serviços privados, Industriais, organismos representativos dos trabalhadores, directoras e directores das escolas primárias, conselhos directivos das escolas do Ciclo e Secundárias, urbanizadores e empreiteiros, intelectuais e artistas, cooperativas de habitação, Forças de Segurança e Unidades Militares aqui sediadas, promotores turísticos, bombeiros, instituições privadas de Solidariedade Social, colectividades e ou-

tras organizações da população, trabalhadores do município — todos foram contactados, a todos expusemos os nossos objectivos e de todos recolhemos comentários e sugestões da maior utilidade».

O que se abordou

Como já dissemos, não é praticável esmiuçar o muito que se produziu nas mais de 3000 horas de trabalho ao longo das Jornadas, mas para que fiquem com uma ideia, aqui vai, de carreirinha, o que, tematicamente, foi abordado em cada Secção.

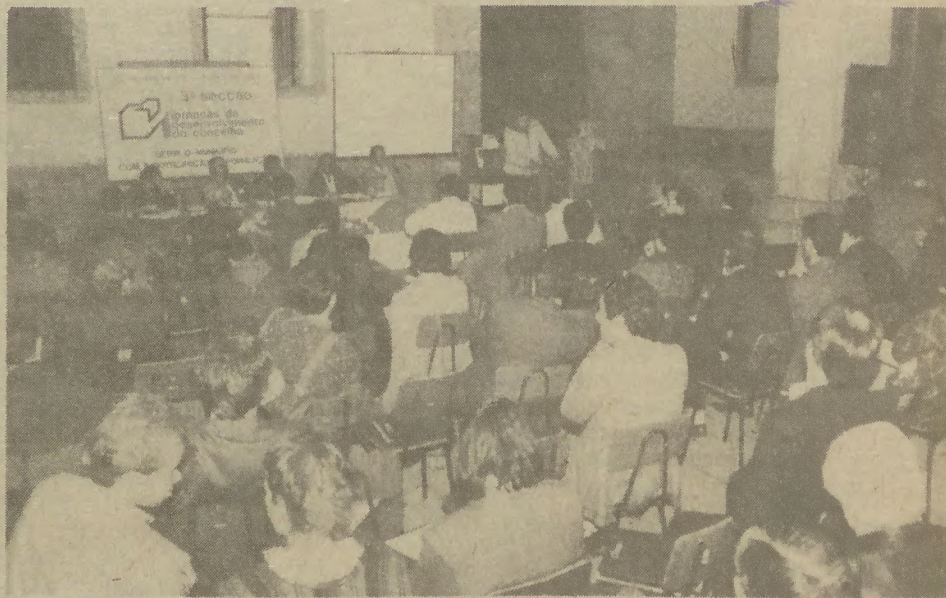
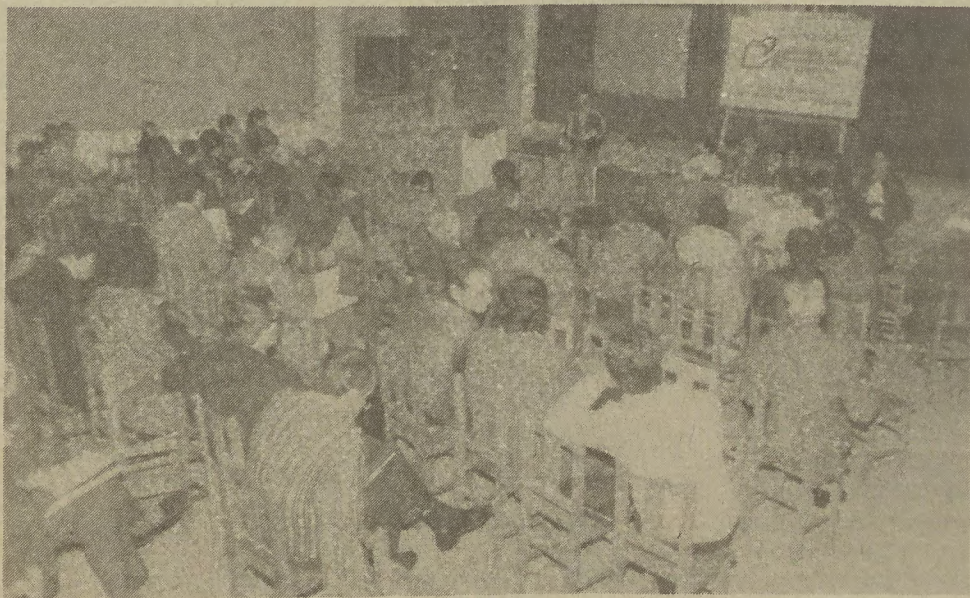
Na Secção 1, dedicada ao **Desenvolvimento Económico e Emprego**, fez-se a caracterização e definiram-se os objectivos a atingir nos sectores agrícola, industrial, de comércio e serviços, turismo e emprego.

Na Secção 2 — **Ensino, Cultura e Desporto** — a caracterização e definição de objectivos ocuparam-se de outros alvos: ensino e cultura (naturalmente), movimento associativo e animação cultural, equipamentos culturais, património histórico-cultural, animação desportiva e instalações desportivas.

A Secção 3 — **Quadro de Vida e Meio Ambiente** — virou-se para áreas como o abastecimento de água, saneamento básico, rede viária, energia eléctrica, higiene pública, varrição, controlo sanitário, cemitérios, circulação e transportes, protecção da população, saúde pública, espaços verdes urbanos, po-



«Deambulámos por todas as secções e foi crescendo a sensação de que se estava numa cidade que desatara de repente a falar de si própria em tudo o que era sítio. Mas nada de babilónias: ali utilizava-se a língua comum do empenho cívico». Entretanto «se não é praticável esmiuçar o muito que se produziu nas quase 3000 horas de trabalho ao longo das Jornadas, importa recordar que foram feitas 205 intervenções abordando os mais diversos temas e vindas de uma massa heterogênea de participantes»



lução e ambiente e Tejo (uma realidade omnipresente no Concelho).

A Secção 4 — **Urbanismo e Habitação** — abordou questões como a evolução do número de fogos, a distribuição espacial da habitação, os serviços básicos, o regime contratual, as zonas degradadas, as promoções privada, pública, cooperativa, camarária e do Estado, os contratos de desenvolvimento, as carências habitacionais e, naturalmente, os objectivos e atingir em tudo isto.

Por último a Secção 5 — **Demografia e População** — além de traçar fundamentadas apreciações sobre a evolução demográfico/populacional do Concelho, analisou questões tão candentes como as que se relacionam com os problemas e interesses de massas populacionais específicas, nomeadamente a infância, a juventude, os idosos e os deficientes.

«Vi nascer o Sol»

Depreende-se, desta sumária viagem pelas I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira, que não houve pedra a levantar, que o não tivesse sido. Levantada. O que não conduziu ao caos genérico do «não ficar pedra sobre pedra».

As Jornadas não dasarrumaram minimamente o Concelho — viraram-no, talvez, do avesso, espreitando-lhe cuidadosamente a textura e as potencialidades, apreciando-lhe o vigor e as capacidades de regeneração e, posto isto, abriram caminho a uma original marcha colectiva tendo como horizonte o futuro. O futuro tomado em mãos, construído à vista de todos e sem perder ninguém de vista. Sobretudo sem prescindir da opinião ou do empenho de quem quer que seja. E sempre com determinação.

A realização das Jornadas concretizou-se graças ao patrocínio de todos os órgãos autárquicos do Concelho: Assembleia, Câmara e Conselho Municipais, Assembleias e Juntas de Freguesia. Foram eles que se constituíram em Comissão Organizadora e tocaram para a frente esta, a todos os títulos, notável iniciativa. São eles que, num apontamento final das Jornadas, merecem o relevo especial. E um cumprimento, genericamente extensivo a uma das grandes realidades do Portugal de Abril — o Poder Local democrático — tão perseguido por sucessivos governos de direita, com relevo para o actual. Daí a oportunidade de uma última citação da intervenção final de Daniel Branco, no encerramento das Jornadas. Como se segue:

«A conjuntura não é favorável ao Poder Local e à nossa concepção de Progresso, de Democracia e de desenvolvimento. Mas a conjuntura é isso mesmo — conjuntural, temporária, passageira.

«Saberemos criar condições para retomar o caminho que para nós é o correcto para o Concelho e o País.

«Com determinação, perseverança e luta a ele voltaremos.

«Vi nascer o Sol, hoje de manhã, quando alinhava as linhas que agora vos leio.

«Na continuação do correr dos dias anteriores, velo de novo rasgar no escuro da madrugada que



Na primeira fila e da esquerda para a direita estavam presentes vários vereadores da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na sessão de encerramento das Jornadas: João Gomes e Maria José Paixão (ambos do PS), Carlos Félix e José António Carmo (ambos do PCP)

cedia, a luz do novo dia que despontava.

«Terminamos estas Jornadas sem dúvidas em podermos afirmar que conhecemos, hoje, melhor ainda do que ontem, a direcção e o sentido do nosso rumo. E isso é fundamental, pois quem não conhece o rumo da sua viagem, não aproveitará, de modo algum, os ventos que lhe sejam favoráveis». ■

Ligar à História

«1820 e tudo quanto a esta data está ligado na nossa História — da Carta Constitucional ao embate frontal entre o Liberalismo e o Absolutismo expresso localmente no episódio da «Vilafrancada» — deixou traços profundos no Concelho, tendo marcado determinantemente o seu evoluir.

«Nos 20 anos de 1835 a 1855, ganhámos o fundamental da fisionomia dos limites administrativos do que é hoje o Concelho de Vila Franca de Xira.

«Em 1836 foi constituída a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, marco importante do desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura.

«Em 1856 inaugurou-se o primeiro troço do Caminho de Ferro Português, tendo o eixo do desenvolvimento das relações mercantis-industriais em ascensão, determinado que fosse o troço de Lisboa ao Carregado a levar a melhor sobre o troço recreativo-residencial da nobreza e séquito da monarquia da época, entre Lisboa e Sintra.

«As transformações depois verificadas tiveram a sua génese neste passo da nossa História recente.

«O importante centro agrícola e de comunicações que era Vila Franca de Xira, começou a fervilhar. Novas técnicas, novas gentes, novas ideias fazem a sua aparição e determinam os caminhos que vamos prosseguir (...)

«Quando a República chegou, era já esperada, acalentada e mesmo impulsionada pela parte mais progressiva da nossa população (...)

«As notícias da Grande Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, de que se comemoram agora os 70 anos, chegaram até cá e aumentaram ainda mais a energia e vitalidade do operariado nascente (...)

«O golpe fascista de 1926 veio interromper este primeiro avanço do crescimento no Concelho, mas não interrompeu o avanço das novas ideias e da crescente capacidade de luta das massas trabalhadoras, como bem o ficaram a demonstrar as diversas movimen-

tações e acções populares realizadas, ilustradas em muitas das melhores páginas que nos deixaram Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes (...)

«A acumulação do capital financeiro em poucas famílias levou o regime para a via do crescimento industrial acelerado.

«O Concelho de Vila Franca de Xira apanha em cheio esta onda e, por saltos sucessivos, vê a sua população aumentar em flecha — 32 700 habitantes de 1950; 54 000 em 1970; cerca de 100 000 hoje.

«Os problemas que este crescimento a qualquer custo ocasionou são ainda bem visíveis na nossa realidade:

— Numa ocupação anárquica do território, quer com a implantação acelerada da indústria, quer com a expansão em «mancha de óleo» da habitação legalizada ou ilegal necessária a abrigar os milhares de famílias que aqui se fixaram;

— Num andar a correr atrás do crescimento demográfico no referente à construção de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e do aumento dos serviços a prestar à população;

— Numa rede de acessibilidades e num sistema de transportes, em permanente ultrapassagem pelo real, com saturação total e degradação extrema da qualidade e segurança do serviço prestado;

— No virar de costas ao campo e ao mundo agrícola, com justificação inicial nas melhores condições de trabalho e de estabilidade de emprego que a indústria oferecia, que depressa se tornou na miragem de ser possível construir uma economia sólida baseada apenas na indústria, desprezando e indignificando o trabalho agrícola.

«O 25 de Abril de 1974 assinala um profundo corte com o passado. O posicionamento das instituições perante as questões do crescimento e do desenvolvimento sofre uma profunda inversão (...)

Da intervenção de Daniel Branco, na sessão de abertura das I Jornadas de Desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira



«Em 1856 inaugurou-se o primeiro troço do Caminho de Ferro Português, tendo o eixo de desenvolvimento das relações mercantis-industriais em ascensão determinado que fosse o troço de Lisboa ao Carregado a levar a melhor sobre o troço recreativo-residencial da nobreza e séquito da monarquia da época, entre Lisboa e Sintra»

■ **Domingos Mealha**

Supermercados: A selva e a lei

Falámos da situação que se vive nos super e hipermercados. Pela voz dos trabalhadores e dos seus sindicatos mostrou-se que este sector, sobretudo nas relações de trabalho, mas também na concorrência desenfreada, é uma autêntica selva onde a lei suprema é o lucro, imposta e aplicada por meia dúzia de empresas gigantes. A Inspeção-Geral do Trabalho, os tribunais, os organismos oficiais de fiscalização tardam em actuar para a reposição da legalidade nos inúmeros locais de trabalho onde ela é desrespeitada. Os trabalhadores e as suas organizações denunciam os casos de violação dos seus direitos e dos direitos dos utentes, também postos em causa pela lei do máximo proveito; protestam, exigem a punição das entidades patronais que não respeitam normas de higiene e segurança, que não pagam trabalho extraordinário, que contratam pessoas a prazo para ocuparem postos de trabalho permanentes, que perseguem ou discriminam quem se ligue ao sindicato ou quem levante «demasiado» a voz. Os trabalhadores exigem que se ponha fim a tal situação. Mas não se ficam por aí. Com a sua unidade, recorrendo a formas de luta organizada, demonstram dia-a-dia que é efectivamente possível pôr fim à lei da selva nos super e hipermercados.

Na organização dos trabalhadores dos supermercados têm papel determinante a Federação do Comércio e Serviços (FEPES) e os sindicatos que dela fazem parte. Para este nosso trabalho falámos com **Raul Picasinos**, membro do secretariado da FEPES e coordenador do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul (CES/Sul).

Uma das questões mais referida foi a da liberalização dos horários de funcionamento dos super e hipermercados. Na conversa ela surgiu associada ao problema do Jumbo/Pão de Açúcar da Cova da Piedade, que decidiu abrir as suas portas ao domingo, embora o regulamento camarário e o contrato colectivo de trabalho em vigor não o per-

mitam.

Aquele dirigente sindical — ele próprio trabalhador do Pão de Açúcar — chamou a atenção para os problemas que tal decisão levanta para os trabalhadores e para o pequeno comércio (que emprega no distrito de Setúbal 80 por cento dos trabalhadores do comércio retalhista).

Deixou, a propósito, uma interrogação: «estará o País dimensionado para atender às questões sociais no apoio aos trabalhadores que têm que fazer horários para além do normal? Por exemplo — referiu — no caso do hipermercado Continente, onde os trabalhadores têm que entrar às 7 da manhã, há quem não tenha transportes e seja obrigado a deslocar-se

Há que pôr fim a isto!



Raul Picasinos ao «Avante!»: «Não sei até que ponto a IGT não tem instruções muito concretas para não actuar nos grandes espaços comerciais. Levantel esta interrogação na Inspeção e não obtive resposta da pessoa responsável»

em grupo ou alugar táxis, como eu tive ocasião de verificar. Vê-se também muitos trabalhadores que vão a pé para o trabalho por não terem transportes».

O facto de os estabelecimentos estarem abertos ao sábado e ao domingo — na opinião de Raul Picasinos — está a fomentar a precariedade de emprego. «O Pão de Açúcar para abrir ao domingo foi contra-

tar 36 pessoas, jovens que apenas trabalham ao sábado e ao domingo. Isto é emprego?»

Os milhões e os seus custos

Uma contradição ressaltava da observação da realidade que se vive neste sector, como salientou ao «Avante!» Raul Picasinos:

— Movimentam-se milhões de contos na construção de novos espaços comerciais, mas dinheiro para aqueles que trabalham, que ajudam a ganhar esses milhões, não há. Nem para os trabalhadores, nem para os utentes, que não têm as melhores condições nos serviços que lhes são prestados.

No Pão de Açúcar, antes do 25 de Abril, eram admitidos e «dispensados» anualmente entre 600 e 700 trabalhadores. «O que se está a passar agora — alertou — é precisamente a mesma situação: o contrato a prazo veio igualar a situação que se vivia naquela altura, em que não havia leis e as pessoas eram facilmente despedidas.»

Não há muito tempo — contou à nossa reportagem, aquele dirigente sindical — num supermercado de menor dimensão no distrito de Setúbal, que comporta 10-15 trabalhadores tendo em conta a área de vendas, foi uma pessoa inscrever-se para ocupar uma possível vaga. Disseram-lhe que talvez não valesse a pena fazer a inscrição, pois já tinham uma lista de 170 candidatos na mesma situação.

Este caso mostra bem as dificuldades de emprego. Mas, por outro lado, mostra o campo que a entidade patronal tem para escolher. «Naturalmente que numa situação destas, quem não der o litro — que muitas vezes são cinco litros, na medida da entidade patronal — está no olho da rua ao fim de seis meses. Isto os que são contratados por seis meses, há muita gente contratada ao mês e a três meses, de uma forma ilegal.»

Os gigantes a crescer

O distrito de Setúbal vai, a muito breve prazo, ser palco da implanta-

ção de grandes grupos monopolistas. «Tanto quanto sabemos — disse Raul Picasinos —, o Continente já tem terreno adquirido, ao que se diz na zona de Azelão; o Jumbo/Pão de Açúcar tem terrenos já comprados nos Quatro Caminhos, junto ao estabelecimento prisional de Setúbal; a TERA (cadeia de supermercados que resulta dum acordo de capitalistas, nomeadamente a ANCA e o AC Santos) parece que anda nesta altura preocupada em arranjar terrenos.»

Logo que estejam estabelecidos estes grandes potentados, é evidente que eles começam a ser a «Direcção-Geral do Comércio Interno» em termos de marcação de preços. «Hoje é uma corrida a ganhar espaço e clientela, é a destruição da concorrência, por exemplo, como o Pão de Açúcar está a procurar fazer, abrindo quando os outros estão fechados. Depois instalam-se mais cadeias, passa a haver acordos, uma semana promove tu, na outra semana a promoção é minha, e passam a ser eles quem dita as leis e quem determina os preços no mercado.»

Por outro lado, estas empresas têm facilidade de escoamento de artigos em grande quantidade e, por isso, é-lhes fácil fazer acordos com empresas da indústria; estas, por sua vez, alteram o seu funcionamento e a sua estrutura para atender aos pedidos das cadeias de super e hipermercados; «aquí, pode entrar a chantagem: se você não faz o preço que mais me convém, deixo de lhe comprar... Quantas pessoas indirectamente não dependem desta situação?» — interrogou o coordenador do CES/Sul.

Um exemplo é o que se está a passar no respeitante aos negócios do Pingo Doce com o Pão de Açúcar, que — como salientou o nosso entrevistado — se integram numa estratégia das duas cadeias:

— Um especializa-se numa área, outro noutra área diferente... Fizeram inclusivamente acordos para reparação e manutenção técnica: o Pão de Açúcar vai acabar com a sua empresa e formaram já uma empresa para servir as duas cadeias. Vão constituir uma empresa conjunta para tratamento e desossa de carne e não estão excluídas outras formas.



O supermercado Pingo Doce nos Olivais Sul, antigo Pão de Açúcar

Chamem a polícia!

Deu-se o caso na loja do Pingo Doce/Jerónimo Martins nos Olivais Sul. Meteu polícia e tudo. Mas não foi roubo, nem meteu cenizas de faca e alguidar. É mais parecido, este caso, com as muitas histórias em que o assaltante se põe aos gritos: «Agarra que é ladrão!».

Maria Emília Marques, dirigente sindical, estava a conversar com uma empregada daquele supermer-

cado pouco depois de terminado um plenário de trabalhadores. Vem de lá o senhor Gonçalves, que é «supervisor de zona» da cadeia Pingo Doce, e diz-lhe — com «maus modos», segundo nos contaram — que devia ir tratar de assuntos sindicais para outro lado, mais exactamente — na rua. Ou então, seria obrigado a chamar a polícia.

É claro que o senhor foi obrigado a chamar a polícia, já que a sindicalista não estava a infringir a lei e entendeu levar até ao fim o diálogo com a trabalhadora do supermercado. Vem a autoridade, vê o que se está a passar e confirma que não há qualquer motivo para intervir.

O sindicato acha, no entanto, que «o Pingo Doce/Jerónimo Martins está a ir longe demais na intimidação e na criação de um clima de medo e repressão nas lojas, situação que, pensa, poderia favorecer a continuação das ilegalidades que grassam nesta cadeia de supermercados».

E se os trabalhadores começam a chamar a polícia, como o senhor supervisor? Talvez seja uma saída, já que a Inspeção Geral do Trabalho e outras entidades fiscalizadoras do cumprimento das leis praticamente não dão ouvidos às muitas queixas que lhes são apresentadas. ■

Trabalhadores e consumidores

A Federação e os sindicatos preocupam-se também com os aspectos que dizem respeito aos consumidores.

«Estamos atentos» — afirma Raul Picasinos, referindo o esforço que estão a desenvolver para a defesa da higiene e segurança, tanto dos trabalhadores, como dos utentes — «e denunciamos prontamente as situações em que os consumidores são prejudicados».

Mas há outros aspectos de que os utentes não se apercebem, embora sejam de importância capital. São as portas e os indicadores de saída para situações de emergência, são as condições de armazenagem dos artigos...

O coordenador do CES/Sul revelou que muito brevemente a FEP-CES vai ter uma frente organizada para apoio aos consumidores. «Temos actuado sempre que conhecemos situações irregulares, mas a gravidade deste problema fez surgir a necessidade de avançar para a criação de uma frente de trabalho na Federação e nos sindicatos virada para elucidar os consumidores e alertá-los para muitas situações de ilegalidade.»

Os próprios trabalhadores, como profissionais que são, não deixam de informar os clientes quando as coisas não estão nas melhores condições. Infelizmente esse procedimento tem muitas vezes que ser ocultado, porque — como referiu Raul Picasinos — «se o patrão, o chefe ou o gerente apanhar um trabalhador a fazer isto vai, não tenho a menor dúvida, instaurar logo um processo disciplinar com o objectivo do despedimento. Temos exemplos desses e actualmente temos um processo em tribunal por uma situação do género num supermercado de Setúbal, onde um trabalhador foi mesmo agredido pelo patrão».

A Inspeção de Actividades Económicas e a Direcção-Geral dos



«Quanto mais novo é o estabelecimento, pior é a situação dos trabalhadores, mais são as ilegalidades» — sublinhou o coordenador do CES/Sul e dirigente da FEP-CES, referindo como exemplo o «Atlântico» (Laranjeiro)

Cuidados de Saúde Primários, contudo, não respondem em devido tempo às solicitações e queixas dos sindicatos. «Denunciámos à DGCSP, há um ano, situações que se têm verificado em supermercados da zona abrangida pelo sindicato e ainda não temos resposta.»

Aqui fala-se da Inspeção de Actividades Económicas e da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários. Mas — como afirmaram ao «Avante!» os dirigentes sindicais que contactámos, o panorama não muda significativamente quanto à actuação da Inspeção Geral do Trabalho ou dos tribunais.

Perante tal atitude de quem devia

As cadeiras desaparecidas

Na loja Pingo Doce (ex-Pão de Açúcar) na Parede desapareceram, de um dia para o outro, todas as cadeiras das operadoras de caixa. Na abertura da loja as trabalhadoras viram-se confrontadas com um facto aparentemente consumado: teriam que passar a trabalhar de pé.

Decidiram procurar as cadeiras e encontraram-nas, algures no armazém, empilhadas como objectos inúteis, que isso de trabalhar sentado a uma caixa registadora é capaz de ser quase um luxo, pelo menos na mente de alguns patrões.

Pegaram nas cadeirinhas — coitadinhas, para ali abandonadas, sozinhas, num armazém, nem se sentiam cadeiras dignas desse nome — e colocaram-nas no seu devido lugar, junto às caixas registadoras, a servir para aquilo que foram feitas.



As operadoras de caixa têm direito a trabalhar sentadas

conhecimento público a «actuação incompetente e a todos os títulos condenável» do sócio-gerente do supermercado: «enveredou decididamente por uma actuação repressiva e fascizante» para com os trabalhadores, passando dos despedimentos abusivos a sequestro e chegando mesmo a agredir um operador ajudante.

Os trabalhadores despedidos e o CES/Sul recorreram dos despedimentos e o tribunal acabou por lhes dar razão; muitos optaram por não aceitar a reintegração e receber as indemnizações por despedimento sem justa causa, incluindo as diferenças salariais por reclassificação. Hoje mantém-se no supermercado muito poucos dos trabalhadores que lá estavam, mas o certo é que, de uma maneira geral, a legalidade é respeitada.

Refira-se que — como denunciou o CES/Sul — a gerência do Pão de Ló punha a não sindicalização como condição para admitir pessoal.

Devia ser norma

A cadeia Modelo tem 3 supermercados no Algarve, com oito dezenas de trabalhadores. Até há bem pouco tempo, segundo o CES/Sul, a única forma de contratação que ali se praticava era a prazo, embora a lei proíba o vínculo precário quando o trabalhador ocupa um posto de trabalho permanente.

Após a intervenção do sindicato, os gerentes foram chamados às Relações Colectivas de Trabalho (na delegação do Ministério em Faro). Em consequência, informa o CES/Sul, a esmagadora maioria dos trabalhadores passou a ter contratos de trabalho como efectivos, classificados nas categorias profissionais segundo as funções que exercem.

Devia ser norma, mas o facto é que as entidades a quem compete zelar pelo cumprimento das leis ou não actuam, ou demoram muito a fazê-lo.

Defendido o descanso semanal

Os trabalhadores dos supermercados Pão de Açúcar trabalhavam 44 horas por semana com direito a um dia de descanso suplementar rotativo de segunda a sábado. Após a aquisição das lojas pelo Pingo Doce/Jerónimo Martins o sistema foi alterado para meio dia de folga, de segunda a quinta, conforme as conveniências de serviço.

Perante esta situação, os trabalhadores das lojas da SUPA/Pão de Açúcar na Boavista e em Vila Nova de Gaia, transferidas para o Pingo Doce, decidiram em reunião geral mandar o Sindicato do Comércio e Serviços do Porto para emitir um pré-aviso de greve ao trabalho extraordinário nos sábados à tarde, com início em 7 de Novembro e por tempo indeterminado.

No dia 5 realizou-se uma reunião entre representantes do sindicato e da administração do Pingo Doce. O protocolo acordado nessa reunião estabelece que:

- não será reduzida de um para meio dia a folga suplementar;
- a empresa se compromete a pagar todos os prejuízos decorrentes da transferência de trabalhadores de uma para outra loja (nomeadamente custeando a diferença nos gastos em transportes);
- serão garantidos todos os compromissos contratuais, designadamente o pagamento do subsídio de falhas;
- será feito imediatamente o pagamento do subsídio de refeição referente ao mês de Novembro.

A greve, perante os resultados da reunião, foi desconvocada. Neste momento os trabalhadores e o sindicato discutem a situação das restantes 5 lojas Pingo Doce no Porto com vista à uniformização das condições de trabalho. ■



O «Jornal dos Supermercados» publicou em Junho a proposta reivindicativa apresentada pela FEP-CES à Associação Nacional dos Supermercados. Além da actualização da tabela salarial, a proposta inclui treze cláusulas e estipula, entre outras coisas, que só poderão ser admitidos trabalhadores em regime de contrato a prazo para «substituições temporárias por impedimento prolongado» e para «fazer face a acréscimos extraordinários de trabalho, devendo os contratados a prazo que não se encontram nestas condições passar a efectivos com a contagem da antiguidade desde a data da admissão na empresa; o período normal de trabalho deve ser de 8 horas diárias e 40 semanais, sem prejuízo de horários de menor duração já em prática. A ANS levou mais de quatro meses a responder para tentar, afinal, «utilizando argumentos frágeis e nada consistentes, protelar um diálogo sério», como afirmou a Federação, que requereu já a passagem à fase de conciliação

Pelo que consta, ainda lá estão, trabalhadoras e cadeiras, cumprindo o seu dever de servir os clientes o melhor que podem enquanto os senhores do Pingo Doce/Jerónimo Martins se preocupam em arranjar mais maneiras de gastar o menos possível e tirar o maior lucro possível. Noutras lojas a administração, depois deste caso, recuou nas suas pretensões de obrigar as operadoras de caixa a trabalharem de pé.

O crime não compensou

Em Fevereiro deste ano o CES/Sul apresentou ao inspector delegado da Inspeção-Geral de Trabalho em Almada, à Câmara Municipal, aos Bombeiros Voluntários e à PSP queixas contra o supermercado Pão de Ló, daquela cidade: os 15 trabalhadores da loja estavam todos contratados a prazo, na esmagadora maioria classificados como operadores ajudantes (nos níveis mais baixos da tabela salarial); faziam 9 horas e meia de trabalho diário, eram obrigados a descarregar mercadoria e fazer a limpeza do estabelecimento; não lhes eram pagas horas extraordinárias; o horário de funcionamento do supermercado infringia o regulamento camarário; não tinha alvará para as secções do talho e da cafetaria; não havia extintores nem saída de emergência...

Passado cerca de um mês, após a intervenção da inspeção municipal e dos bombeiros, mas ainda sem qualquer posição da IGT, a empresa obrigou os trabalhadores a assinarem um documento desmentindo as acusações; não satisfeita, passou aos despedimentos sem justa causa.

Em Maio um comunicado do sindicato trazia ao

■ **Júlia Lima**

BACIA DO AVE

Que futuro? Que desenvolvimento?

Abordar com carácter sistematizado os problemas socioeconómicos de uma tão vasta e populosa região como é a Bacia do Ave não é tarefa fácil. Conseguir envolver numa realização específica sobre esta temática, pessoas com diferentes opiniões e opções políticas e religiosas e entidades diversas, é tarefa ainda menos fácil. Fazê-lo numa perspectiva de procura de consensos e soluções com vista ao desenvolvimento, tendo sempre presente a evolução e melhoria das condições de vida e de trabalho em sectores com papel fundamental e mesmo decisivo na produção de riqueza na região, foram objectivos da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal / CGTP-IN ao promover no passado sábado, em Guimarães, o Seminário «Bacia do Ave — Que futuro? Que Desenvolvimento?» Objectivos que foram no essencial preenchidos, com um conhecimento acrescido das realidades, num debate alargado e profundo sobre o presente e o futuro. Futuro que, apresentando-se ainda com muitas interrogações, tem, pelo menos, uma certeza — a disponibilidade de vontades para intervir. Intervir para que a Bacia do Ave deixe de ser uma «região problema» para passar a ser «uma região com os problemas resolvidos».

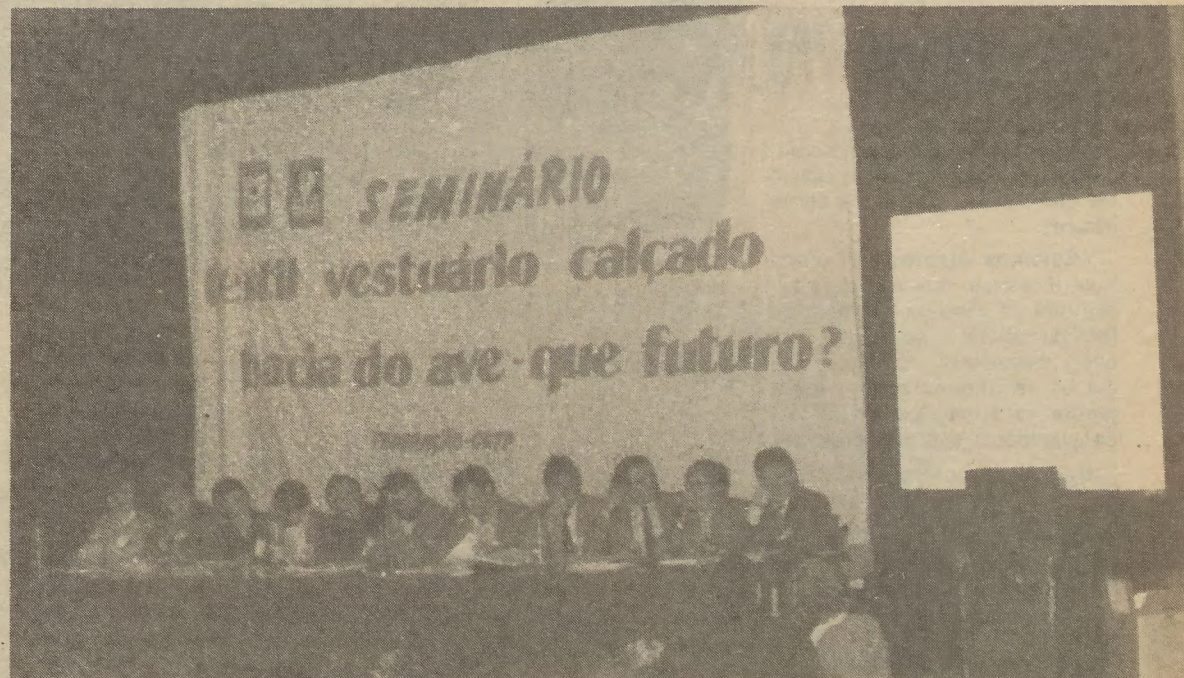
Um dia de trabalhos para um Seminário com tão grande diversidade de temas em análise mostrou-se curto. Pelo Cine-Estúdio do Castelo, em Guimarães, passaram, na voz de trabalhadores e dirigentes sindicais, de técnicos e especialistas, de professores e autarcas, a abordagem sistemática de questões como o emprego e o desemprego, o trabalho precário e a exploração de crianças, o baixo nível de salários e os salários em atraso, os direitos dos trabalhadores postos em causa, as carências de infra-estruturas, a situação da mulher trabalhadora. Foram ainda tema para debate a situação económica e financeira das empresas, as condições de ensino, as novas tecnologias e a formação profissional, o impacto da integração europeia, o meio ambiente, a qualidade de vida das populações. As trinta e quatro comunicações e

intervenções (doze acabariam por não poder ser lidas) conseguiram, tocando os pontos fundamentais, dar um contributo decisivo para a identificação dos problemas e para a procura de soluções e o despertar de sensibilidades para a compreensão dos fenómenos e problemas que afectam as condições de vida e de trabalho na Bacia do Ave.

Não sendo nossa pretensão abarcar toda a série de problemas em análise no Seminário, vamos procurar deter-nos, essencialmente, nas condições de vida e de trabalho e nas perspectivas futuras apontadas.

Um rio de dramas sociais

«Agentes activos na produção de artigos de alta qualidade que presti-



O seminário reunido em Guimarães. Estudar o presente à procura de um futuro melhor

giam as nossas indústrias, trabalhando em sectores que produzem uma riqueza com peso determinante na economia nacional e nas nossas exportações, os trabalhadores, suas realizações, as suas dificuldades, o elevado grau de exploração a que estão sujeitos não são, todavia, conhecidos da opinião pública em toda a sua amplitude». Esta preocupação, manifesta logo no início dos trabalhos do Seminário, por Manuel Freitas, coordenador da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, foi presente em várias intervenções no decorrer da iniciativa.

Denunciando os vários problemas que afectam os trabalhadores têxteis, vestuário e calçado na Bacia do Ave, é manifesta a crescente precariedade do emprego sobre as

mais diversas formas, a única alternativa oferecida aos jovens e trabalhadores desempregados na região. Pelo menos 29 empresas localizadas com trabalhadores em regime clandestino, sem estarem inscritos na segurança social, centenas e centenas de trabalhadores, na sua maioria mulheres e jovens, laborando 9 horas por dia em exíguas garagens-empresas sem o mínimo de condições de trabalho, sem receberem o salário mínimo contratual, contratados a prazo durante anos seguidos, não tendo possibilidade de fazer uma carreira profissional, fazendo obrigatoriamente horas extras sem que as mesmas lhes sejam pagas segundo a lei, vivendo um clima de relações repressivas e desrespeitadoras dos seus mais elementares direitos, são apenas alguns dos testemunhos de dirigentes dos sindicatos do sector, problemas comuns à generalidade das empresas.

O baixo nível de salários a par

com a chaga social dos salários em atraso — num balanço efectuado respeitante ao ano de 1986, na Região da Bacia do Ave, das 26 empresas que encerraram, que ocupavam 1835 trabalhadores, 15 delas eram empresas com salários em atraso, com forte predominância em Guimarães e Póvoa do Lanhoso, representando 1099 trabalhadores — deixam clara a grande injustiça social existente na zona.

As mulheres trabalhadoras — 60% da mão-de-obra dos sectores em questão — são quem sofre preferencialmente as consequências das graves condições de trabalho, as primeiras a ser despedidas, as últimas a ser promovidas, são elas que sentem de forma mais viva as carências de estruturas de apoio à criança, a falta de creches e jardins de infância. Na sua maioria não gozam efectivamente de tempos livres, de férias, cumprem na prática dois horários de trabalho — um na fábrica, outro em casa. Impedidas de

participar na vida social, política e na actividade sindical, são as mulheres o alvo preferencial dos ataques por parte do patronato aos direitos dos trabalhadores, à liberdade sindical.

Insistentemente denunciado por vários sectores, o trabalho infantil é o drama social da Bacia do Ave — os sindicatos localizaram (e os números são sempre menores que a realidade) pelo menos 34 empresas com menores de 14 anos ao seu serviço. Responsável pelo declínio da taxa de escolaridade e pelo próprio insucesso escolar — não são poucas as crianças que frequentam ainda escolas da zona que, após cinco ou seis horas de aulas, vão para casa fazer serão, confeccionando sapatos e vestuário, à peça, tal foi o testemunho de uma professora, quando analisava a situação do ensino na região. Crianças exploradas de forma violenta, a quem se paga pelas 8/9 horas de trabalho cinco ou seis mil escudos, que trabalham como adultos e sem horários definidos, obrigadas a fazer horas extraordinárias, regressando a casa altas horas da noite.

Região onde houve um crescimento industrial de forma anárquica, assente essencialmente na procura de uma mão-de-obra barata, onde há problemas sociais graves, grandes assimetrias, onde se cria riqueza que não é totalmente aproveitada e é injustamente distribuída, a Bacia do Ave exige uma resposta urgente aos seus problemas.

Como viria a referir Carvalho da Silva, do Secretariado da CGTP-IN, no encerramento do Seminário, «a participação dos trabalhadores, dos sindicatos na discussão dos problemas é um direito e uma necessidade inequívoca, para encontrar os caminhos da evolução da região do Ave, mais agravada que a realidade nacional, mas que confirma, também ela, a situação e realidade nacional».

Uma realidade que exige, no plano nacional, uma política equilibrada

de desenvolvimento, uma nova orientação na política de desenvolvimento regional assente na melhoria do nível e da qualidade de vida, na promoção e segurança no emprego e melhoria das condições de trabalho, na elevação da qualificação profissional. ■



Uma história para contar

(...) «Pode talvez reconstituir-se a história da evolução técnica no processo da produção dos têxteis; poderá também elaborar-se um quadro estatístico do crescimento das unidades fabris e do aumento do número de máquinas. — Mas que sabemos nós dos trabalhadores, dos seus salários, dos horários de trabalho, das suas lutas e reivindicações, da exploração da mão-de-obra feminina e infantil?

Essa é a mancha cinzenta da nossa memória histórica que está ainda longe de ser aclarada.

A história do trabalho e do movimento operário é uma faixa importante da qual não procedemos ainda a investigações minimamente suficientes que nos permitam descrever com fidelidade o que tem sido essa realidade na bacia do Ave, aliás como na generalidade do País. (...)

(...) «Sobre a bacia do Ave penso saber, por exemplo, que, no final extremo da monarquia, isto é, a dois meses apenas da Proclamação da República, ou mais exactamente em Agosto de 1910, houve aqui

uma forte greve que mobilizou oito mil operários das fiações dos rios Vizela e Ave; e que, cinco anos mais tarde, já em plena República, prosseguiram as lutas pela reivindicação das oito horas de trabalho. Produziram-se então conflitos durante os quais foi abatido a tiro um operário de Pevidém.

Mais recentemente, nos anos de 1940, houve uma onda de repressões que se estendeu de Fafe a Riba d'Ave, na sequência de movimentações operárias, inclusivamente greves no sector têxtil. A PIDE, polícia política do tempo de Salazar, prendeu dezenas de operários.

Quando a polícia ia ter com os patrões a preveni-los dizia dos operários cobras e lagartos, as mais desfavoráveis informações sobre a sua reputação. Muitas vezes eram os próprios patrões e interceder em favor dos seus operários, visto que afinal geralmente eram os melhores e mais conscientes das suas fábricas e com comportamentos profissionais e familiares os mais recomendados.

— Pois é, respondiam os polícias, pois esses é que são os piores.

Quer dizer, os melhores eram os piores. Para a polícia, claro. Talvez seja desse tempo que ficou na cabeça de muitos patrões a ideia de que os delegados sindicais de agora devem ser os primeiros a perseguir.

Entre os trabalhadores presos nessa altura, um pelo menos me lembro eu, apareceu morto nos calabouços da PIDE. Foi o célebre Repas, de Fafe. Deve haver aqui na sala alguém que se lembre ainda desses tempos.

Mas aqui está um caso concreto das dificuldades em fazer a história do movimento operário português. Que eu saiba, ainda ninguém se lançou por aqui a escrever as memórias da sua própria experiência pessoal. Por mais individualizante que seja a experiência de cada um, representa sempre o testemunho de uma experiência colectiva.

Com o tempo vai-se dissolvendo a memória das coisas e dos acontecimentos. Os próprios vestígios ma-

teriais, como tarjetas de greve, mandatos de captura (quando os havia), protestos, abaixo-assinados, etc., ninguém ao tempo se atrevia a conservá-los em seu poder, com medo das represálias. Os jornais não noticiavam acontecimentos desta natureza. Havia uma censura oficial repressiva, e além disso os jornais eram da burguesia. Não eram do povo trabalhador. Jornais operários só ilegais, e esses também depois de lidos, eram logo destruídos antes que produzissem dissabores a quem fosse apanhado ou suspeito de os ler.

Mas agora, mais de uma dúzia de anos passados sobre o despertar da nossa liberdade, urge começar a realizar essa história, a um tempo heróica e sofredora, mas triunfante também, do movimento operário português. Uma história de meio século de lutas, derrotas e vitórias, que não nos habituámos ainda a ouvir, nem a escrever. Mas que será linda de contar! (...) ■

(da comunicação do Prof. Victor de Sá, no Seminário)

Vasta e laboriosa região

«Desde a Serra da Cabreira, onde nasce, até à sua foz, em Vila do Conde, o Rio Ave percorre 94 quilómetros. Ao Ave, durante o seu percurso, afluem águas de uma multiplicidade de pequenos rios e ribeiros (Este, Trofa, Palhe, Ferreiros, Vizela, Selho, etc.) os quais, por sua vez, ainda se ramificam em diversos outros cursos de água. Esta autêntica «teia líquida» cobre uma vasta área de cerca de 1390 quilómetros quadrados, constituindo a chamada «Bacia Hidrográfica do Ave». Nela vivem e labutam cerca de 702 000 pessoas (segundo estimativa para 1985), residindo em 332 freguesias de 14 concelhos.

Região de elevada densidade populacional, na «Bacia do Ave» a mancha dos agregados mais povoados tende a alastrar concentricamente pela junção das respectivas periferias, assistindo-se nas localidades mais afastadas do interior a um declínio demográfico que tem contribuído para o seu lento despovoamento. A tendência para um envelhecimento da população em ritmo crescente, apesar de revelar uma maior «capacidade de substituição de gerações», é outra das características da evolução demográfica na zona.

(...) Hoje são latentes em alguns concelhos da «Bacia do Ave» graves estrangulamentos em termos de infra-estruturas (rede de saneamento, distribuição básica de energia eléctrica, transportes colectivos, comunicações por telefone) de cobertura de política habitacional, pelos serviços de saúde, de abastecimento de produtos alimentares, de meio ambiente, etc.

São frequentes as deslocações das populações para fora da área

da «Bacia do Ave» à procura de satisfação de necessidades prementes.

Isto resultou do facto de o desenvolvimento da região ter objectivamente um maior crescimento de actividades económicas e não a resolução dos problemas sociais. E mesmo na esfera económica, as actuações têm-se caracterizado por uma desarticulação constante.

O modelo de desenvolvimento industrial beneficiando os «interesses exportadores» em detrimento de sectores virados para o mercado interno e à custa da atrofia da agricultura está hoje a patentear consequências desastrosas na região.

O carácter de monoindústria revelado pelo distrito de Braga — o conumo industrial de energia eléctrica para a «têxtil e vestuário» é de 77,5%, sendo no plano nacional apenas de 8,87%. É ainda mais acentuado em certos concelhos do interior rural onde estes sectores assumem um carácter de quase exclusividade. Noutros, Guimarães, Santo Tirso e Famalicão, embora

predominante, insere-se num tecido industrial mais diversificado.

A par de algumas das maiores empresas privadas da indústria transformadora, a existência na região de uma multiplicidade de PMEs, laborando a maior parte em regime de subcontratação e a proliferação de uma infinidade de empresas clandestinas e do trabalho domiciliário, é outra das características do tecido industrial da «Bacia do Ave».

Uma economia dependente do exterior, o estrangulamento do parque tecnológico, uma situação no mercado de trabalho que chega a atingir, uma relação de procura/oferta de um posto de trabalho para 398 trabalhadores à procura de emprego, são ainda dados para a caracterização de uma região, onde é notório o crescimento industrial nas últimas décadas, um desenvolvimento de forma desordenada que fez degradar a qualidade de vida das populações.

O rendimento médio da população da Bacia do Ave é cerca de 4 vezes inferior ao de Lisboa e 2,4 vezes inferior ao do Porto.

A existência de 40 mil desempregados, só no distrito de Braga, os contratos a prazo, o trabalho ao domicílio, à peça e ao feito, os salários em atraso, a exploração desenfreada de milhares de crianças — tal é o perfil socioeconómico da Bacia do Ave. ■

(extractos de «Bacia do Ave» — uma região estrangulada?)



O Ave em Vila do Conde, onde desagua. Mas não se trata apenas de um rio a correr para o mar. Trata-se de uma região atravessada de problemas. Que estiveram em debate

Algumas linhas de força para o desenvolvimento

1. Melhoria do nível e da qualidade de vida

Uma melhor partilha do rendimento do trabalho, o que assenta fundamentalmente:

- na actualização salarial, não apenas em função dos níveis inflacionários, mas sim com vista à recuperação do poder de compra;
- na estabilização salarial, o que corresponde à necessidade da integração de subsídios complementares nos respectivos salários;
- no cumprimento escrupuloso das normas contratuais;
- na criação de estruturas sociais de apoio, designadamente: creches, infantários e jardins de infância para as quais em muito podem contribuir as autarquias locais;
- na revogação de medidas prejudiciais, como é exemplo recente do D. L. 36/87, sobre a atribuição dos subsídios de doença por baixa médica.

Defesa do meio ambiente e combate à poluição:

- necessidade de se acabar com o secretismo que rodeia os estudos efectuados, com informação pública dos resultados das investigações, desenvolvendo-se uma informação correcta, sobretudo quanto à qualidade da água de consumo;
- medidas imediatas e controlo da sua aplicação, para que as empresas instalem meios técnicos que evitem a poluição do rio Ave e seus afluentes;
- integração das Organizações Sindicais nas estruturas e organizações criadas na bacia do Ave, que prossigam a sua acção nesta área, designadamente na Comissão de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Ave.

2. Promoção e segurança no emprego e melhoria das condições de trabalho

Iradicação do trabalho infantil, o que passa pelo aumento da idade mínima de admissão para 16 anos, de acordo, aliás, com as recomendações da OIT. O combate à exploração de menores tem também que estar articulada com a política geral do ensino, pelo reforço dos apoios concedidos por organismos de acção social escolar, por medidas que dotem a IGT dos meios necessários para

actuar e pela punição severa e exemplar dos empresários que a utilizem.

- Combate à precariedade de emprego, regulamentando-se o trabalho domiciliário, a punição pelos abusos nas contratações a prazo no conceito de que ao posto de trabalho efectivo não pode corresponder um emprego a prazo e a legalização imediata dos trabalhadores ao serviço das empresas mas que não foram declarados.
- Redução do tempo semanal de trabalho para 40 horas, uma das condições indispensáveis para a criação de novos empregos.
- Valorização do papel das PME's, o exige uma política de crédito diferente daquele que até hoje tem sido seguida e apoio no plano técnico.
- Medidas de recuperação das empresas em dificuldade, o que implica a participação activa dos trabalhadores na busca de soluções que garantam a sua viabilização e desenvolvimento.
- Legalização das empresas clandestinas.
- Rejeição dos propósitos governamentais em liberalizar os despedimentos através da alteração à legislação do trabalho.

Melhores condições de higiene e segurança:

- Promoção de iniciativas com vista aos problemas das más condições ambientais.
- Desenvolvimento da criação de Comissões de Higiene e Segurança nas empresas.
- Alerta dos órgãos competentes para que sejam feitas acções inspectivas com vista ao cumprimento das normas legais estipuladas.

3. Elevação da qualificação profissional

- Desenvolvimento dum plano orientador da formação profissional, de acordo com as necessidades da região, visando a especialização de mão-de-obra noutras actividades industriais.
- Maior e melhor desenvolvimento do ensino oficial e técnico-profissional com a extensão a outras áreas, designadamente confecção e calçado.
- Participação das organizações sindicais nos centros protocolares criados e a criar.

(da Comunicação de José Fernando, da Comissão Executiva da Federação dos Têxteis) ■

Com cerca de uma centena de propostas de aperfeiçoamento elaboradas no estrito respeito pelos limites materiais da revisão, o projecto apresentado pelo PCP na passada semana assume inequivocamente no quadro do processo de revisão constitucional em curso a defesa activa da Constituição em moldes que garantem o seu respeito e de acordo com as suas regras.

Este objectivo constitui de resto uma das preocupações centrais dos comunistas que entendem que rever não é reconverter ou reescrever a Constituição e que todo o processo de revisão se deve reger por uma «regra de economia».

Determinado em fortalecer a vida democrática, ao apresentar o seu projecto, o PCP tem em vista defender as normas consagradas das conquistas essenciais do povo

português alcançadas depois do 25 de Abril, nomeadamente uma melhor protecção dos direitos fundamentais, o reforço de garantias e o aperfeiçoamento em determinados aspectos do sistema político.

Norteados por estes princípios, com a revisão em marcha, trata-se agora para o PCP de fazer chegar à opinião pública o andamento dos trabalhos, dar a conhecer o conteúdo fundamental das suas próprias propostas e dos restantes partidos por forma a que todos os democratas e o povo português, conheçam, ajuizem e intervenham activamente através da livre expressão das suas opiniões e de uma luta firme num processo do qual dependerá em larga medida o futuro da nossa vida colectiva.

Revisão constitucional

PCP empenhado em fortalecer a vida democrática (1)

Levando em linha de conta a riquíssima experiência proporcionada por estes anos de vigência da Constituição da República e dominadas por uma preocupação de equilíbrio — assinala-se que muitas sugestões consideradas úteis e meritórias acabaram por não ser contempladas afim de não serem interpretadas como supérfluas ou perfeccionistas — as cerca de cem propostas de alteração contidas no projecto do PCP foram elaboradas tendo em vista o aperfeiçoamento da Lei Fundamental (a sua leitura, mesmo que breve, permite honestamente concluir isso mesmo, desmentindo quantos, tergiversando, viram apenas no projecto, segundo disseram, a possibilidade de «uma maioria simples para derrubar governos») e obedeceram a três grandes princípios orientadores: **acentuar a garantia constitucional dos direitos fundamentais**, **introduzir certos aperfeiçoamentos ao funcionamento do sistema político** e, por último, **aperfeiçoar a garantia da Constituição**.

Globalmente entendido pelos seus autores como um projecto simultaneamente atento aos problemas da Constituição e sensível às áreas do seu enriquecimento face a novas problemáticas, sem esquecer a adequação ao actual quadro político e aos seus perigos e sem deixar de se preocupar com o aperfeiçoamento das instituições, vejamos então de acordo com o texto de apresentação distribuído na passada semana aos órgãos de comunicação social algumas das inovações e alterações mais significativas em matéria da **garantia constitucional dos direitos fundamentais**.

Ao assunto voltaremos para a semana dando a conhecer algumas das propostas no tocante ao aperfeiçoamento do sistema político e à garantia da Constituição.

Direitos fundamentais

Nesta área, as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP visam, designadamente:

- Reforçar as garantias gerais dos direitos fundamentais estabelecendo como incumbência do Estado a de renovar obstáculos sociais à realização do princípio da igualdade (Artigo 13.º, n.º 3), fixando novas limitações e cautelas em matéria de suspensão do exercício de direitos (Artigo 19.º), e aperfeiçoando o regime de responsabilidade das entidades públicas que violem direitos fundamentais (Artigo 22.º).

- Criar novas garantias processuais assegurando prioridade e celeridade às acções e recursos que tenham por objecto a defesa dos direitos, liberdades e garantias (Artigo 20.º, n.º 3) e instituindo a acção constitucional de defesa, no meio de acção ou recurso facultado em certos casos contra actos ou omissões dos poderes públicos que violem direitos, liberdades e garantias (Artigo 20.º-A).

- Definir o enquadramento constitucional dos deveres fundamentais limitando a discricionariedade na sua imposição aos cidadãos (Artigo 16.º-A).

- Reforçar a posição constitucional do Provedor da Justiça alargando o seu mandato e poderes e proibindo expressamente a destituição (Artigo 23.º).

Defesa da língua

- Aperfeiçoar a protecção constitucional do direito à liberdade e à segurança, preenchendo a lacuna constitucional quanto à prisão foram de flagrante delito (Artigo 27.º, n.º 3-A), precisando os contornos do direito à informação em caso de privação de liberdade (Artigo 27.º, n.º 4), constitucionalizando a subordinação funcional das polícias às magistraturas (Artigo 209.º, n.º 2).

- Completar a Constituição Penal e processual penal, conferindo dignidade constitucional à protecção

das vítimas de crimes (Artigo 25.º, n.º 3) e à reinserção social como fim primordial das penas (Artigo 30.º, n.º 4), definindo o estatuto dos reclusos (Artigo 30.º, n.º 6).

- Reforçar a protecção constitucional dos direitos dos cidadãos contra a utilização abusiva da informática (Artigo 35.º), criando meios judiciais contra a obstrução ao direito de cada um aceder aos ficheiros de que conste (n.º 1-A), melhorando a protecção dos dados pessoais (n.º 2), redefinindo o regime dos fluxos de dados transfronteiros (n.º 6) e instituindo o Conselho Nacional de Informática e Liberdades (n.º 7).

- Estabelecer novos princípios em matéria audiovisual, com vista à garantia de defesa da identidade cultural, da língua e da independência nacional no quadro resultante da aplicação dos novos meios tecnológicos às comunicações transfronteiras (Artigo 38.º, n.º 10), aprofundar as garantias da liberdade de imprensa em geral (Artigo 38.º, n.º 9), acutelar a independência, pluralismo e objectividade dos órgãos de comunicação social públicos (Artigo 39.º, n.º 5), desgovernamentalizar o licenciamento de estações emissoras (164/2/a).

Liberdade religiosa

- Assegurar um aspecto relevante da liberdade religiosa, proibindo a violação do segredo próprio dos ministros de qualquer religião ou confissão religiosa (Artigo 41.º, n.º 7).

- Aprofundar a protecção constitucional da liberdade de associação combatendo a proliferação de entraves burocráticos e financeiros à criação de associações (Artigo 46, n.º 5).

- Reforçar o direito de petição e da acção popular assegurando-se, em geral, a apreciação das petições em tempo útil, com correspondente informação dos cidadãos e, em particular, a possibilidade de aprecia-

e deveres económicos, nomeadamente através da explicitação de que as diferenças de vínculo e duração de trabalho não podem fundar a amputação ou nulificação de direitos dos trabalhadores (Artigo 60.º,



«Assumindo a defesa activa da Constituição, o PCP fará todos os esforços para conseguir, com outras forças democráticas, as convergências necessárias para defender a lei fundamental e impedir a aprovação de alterações inconstitucionais»

(projecto de revisão do PCP)

ção de petições colectivas pelo plenário da Assembleia da República (Artigo 52.º, n.ºs 2 e 3).

- Proibir a retroactividade dos impostos (Artigo 106.º, n.º 5) e garantir a fixação legal das taxas e demais obrigações públicas de carácter patrimonial (Artigo 106.º, n.º 4).

- Consagrar o direito de acesso aos documentos, arquivos e informações da administração pública, (Artigo 267.º, n.º 5).

- Alargar e retomar as garantias dos cidadãos nas relações com os serviços públicos (Artigo 268.º), assegurando-lhes o conhecimento dos fundamentos dos actos administrativos e dos correspondentes meios de defesa (n.º 1-A).

Direitos dos trabalhadores

Quanto aos **direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e aos direitos e deveres económicos, sociais e culturais**, no articulado do projecto do PCP propõe-se, entre outros:

- Constitucionalização e aperfeiçoamento de direitos dos trabalhadores e suas organizações, designadamente pela sua definição em situações que ponham em causa a segurança no emprego (Artigo 53.º, n.º 2), pelo alargamento dos direitos das comissões de trabalhadores (Artigo 55.º-C e G) e das associações sindicais (Artigo 57.º).

- Clarificação e melhoria de certos aspectos do regime dos direitos

n.º 3) e da garantia do pleno exercício das liberdades na empresa (Artigo 60.º, n.º 4).

- Especificação das incumbências do Estado no que respeita à administração, à inspecção e à justiça do trabalho (Artigo 60.º, n.º 5), consagração do princípio da diminuição da duração do trabalho, fixação de garantias de salário mínimo nacional e dos créditos salariais, garantia da protecção civil e penal do pagamento pontual da retribuição dos trabalhadores (Artigo 60.º-A).

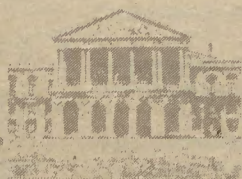
- Equiparação do regime dos diversos tipos de expropriações (assegurando o respectivo direito de indemnizações).

- Reforço dos direitos dos reformados e pensionistas, garantindo-lhes constitucionalmente critérios objectivos de actualização das pensões e reforma mínimas (Artigo 63.º, n.º 5).

- Constitucionalização dos direitos de participação dos trabalhadores da saúde e das populações na gestão do Serviço Nacional de Saúde (Artigo 64.º, n.º 4).

- Definição constitucional dos direitos básicos dos inquilinos com especial protecção dos menores, pessoas idosas, deficientes ou com insuficiência económica (Artigo 65.º, n.º 2-d).

- Fixação da incumbência estadual de promover a eliminação das condições económicas, sociais e culturais que conduzam à utilização ilegal de trabalho infantil, assegurando a todos o cumprimento da escolaridade obrigatória (Artigo 74.º, n.º 4). ■



«Todos os democratas e patriotas, todo o povo português tem um papel importante a desempenhar expressando a sua opinião e lutando firmemente a fim de garantir que a revisão da Constituição não conduza à sua subversão e com isso à subversão e destruição do regime democrático de que ela é carta fundamental»

(Comité Central do PCP, 13 de Outubro de 1987)

Emigrantes não querem ser instrumento contra Abril

Desde a data da criação, em 1980, do Conselho das Comunidades Portuguesas, que o PSD detém a pasta da Secretaria de Estado das Comunidades e que vê, naquele órgão que devia servir os interesses dos emigrantes, um instrumento da sua política e procura usá-lo sistematicamente na sua campanha contra a democracia e as conquistas de Abril. Não é por isso de estranhar que se avolumem os receios de que a sexta reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas, a decorrer esta semana em Albufeira e cujos trabalhos encerram amanhã, possam servir para que o PSD e o Governo a procurem usar para a batalha em que no momento actual, se encontram particularmente empenhados: a destruição da própria Constituição da República.

Com efeito, a campanha do PSD e do Governo dirige-se hoje muito especialmente contra a Constituição e, entre outros objectivos importantes que o PSD procura atingir, contam-se a destruição do Sector Empresarial do Estado e do sistema eleitoral democrático. «Seria por isso grave», sublinha um documento publicado pela Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração do PCP, «se, no prosseguimento de uma tal orientação, a Reunião de Albufeira viesse a assumir a forma de uma encenação onde dirigentes do PSD e do seu Governo fizessem afirmações demagógicas sobre a revisão constitucional.»

A privatização e os emigrantes

É sabido como, com a privatização anunciada de muitas empresas do Sector Empresarial do Estado — isto é, a sua entrega ao grande capital — o PSD pretende minar o próprio regime democrático num dos seus alicerces fundamentais.

Se os trabalhadores portugueses em Portugal conhecem as dificuldades decorrentes dos sucessivos ataques às nacionalizações, os trabalhadores portugueses emigrantes, por seu lado, nos países onde trabalham, conhecem os efeitos nefastos do agravamento da crise do sistema económico capitalista e da chamada «revolução conservadora», protagonizada por Chirac e Thatcher, entre outros, que prosseguem numa política de privatizações que tem as suas semelhanças com a que o PSD pretende efectuar entre nós.

Essa política conservadora nos

países europeus tem os seus preços. Que os emigrantes pagam. Como afirma o documento já citado do PCP, «às discriminações já existentes, à progressiva instalação de um clima de hostilidade aos estrangeiros, aos obstáculos ao repatriamento das poupanças e pensões, juntam-se o desemprego, a extrema gravidade dos problemas da juventude, o corte das regalias sociais, o encerramento de empresas, a intensificação da exploração através da flexibilização da legislação laboral, do trabalho temporário e clandestino.

«A experiência dos países onde residem», prossegue o documento, «demonstra que os interesses dos trabalhadores emigrantes são incompatíveis com os projectos do PSD de intensificação do processo ilegal de privatização do Sector Empresarial do Estado, de agravamento da exploração dos trabalhadores, de submissão ao grande capital estrangeiro, de subversão da Constituição de Abril.»

Eleições e demagogia

Como atrás ficou sublinhado, outro dos grandes objectivos do PSD no seu projecto incide sobre o sistema eleitoral. Convocada para uma altura em que tanto o grupo parlamentar do PSD como o Governo anunciam a intenção de alterar a Constituição introduzindo modificações gravosas nas leis eleitorais, nomeadamente permitindo que os eleitores residentes no estrangeiro votem nas eleições presidenciais, a Reunião de Albufeira poderá servir — é de recear — para a encenação governamental de dema-



Organizados, os emigrantes não se deixarão enganar pela campanha que visa desvirtuar a Constituição

gias relativas também a este aspecto da revisão constitucional.

No entanto, nem para os sectores mais politizados da população portuguesa que vive no País, nem para os emigrantes mais esclarecidos, a experiência das eleições anteriores deixa de dar as suas lições. Reveladoras das condições antidemocráticas em que decorrem os actos eleitorais na emigração e do progressivo afastamento dos emigrantes em relação a estes.

«É significativo», acentua ainda a Comissão Para o Trabalho Entre a Emigração do PCP, «que só 30,1 por cento dos 190 818 eleitores inscritos tenham exercido o seu direito de voto nas eleições legislativas de 19 de Julho; que a desactualização dos cadernos eleitorais permita que mais de 60 mil cartas enviadas com boletins de voto não tenham chegado aos eleitores; que durante o escrutínio, só na área consular de Dusseldorf se tenham encontrado 86 votos (4,3 por cento dos votantes) em nome de eleitores que já aí não residem; que, de entre os 22 083 inscritos na África do

Sul, só dois tenham votado na CDU, 59 no PS e 22 no PRD.

«Ao propor a participação dos residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais, O PSD faz demagogia e deixa a descoberto os objectivos antidemocráticos dos seus projectos de alteração da legislação eleitoral.»

O documento desta Comissão do PCP, publicado antes do início da Reunião de Albufeira, alertava para a necessidade de, na actual situação, se buscarem soluções para uma «mais eficaz defesa dos portugueses emigrados em todos os domínios e particularmente dos jovens, para um efectivo apoio social e jurídico nos

consulados, para uma real intervenção junto das instituições da CEE, para a promoção do ensino da Língua e da Cultura portuguesas no estrangeiro.

«É necessário que na Reunião de Albufeira», termina o documento, «se volte a exigir que o Governo PSD passe a respeitar as conclusões das reuniões anteriores, nomeadamente das que apontam para a autonomia, democratização e transparência do funcionamento do CCP, condição essencial para que este venha a poder ser verdadeiro órgão de participação dos emigrantes na definição da política que lhes é dirigida.» ■

O íntimo terror de João Jardim

Alberto João Jardim voltou à África do Sul para, nos dias 9 e 10 de Novembro, assistir à 3.ª reunião do Conselho Permanente das Comunidades Madeirenses.

A visita deu azo a que o Presidente do Governo Regional da Madeira manifestasse novamente o íntimo terror que sente pelas consequências da derrocada do regime racista e apelasse sofregamente à comunidade portuguesa para que acorra em defesa deste, numa ultimíssima aventura suicida do que resta do putrefacto cadáver dos colonialistas portugueses.

Em diversas intervenções Jardim declarou que «os portugueses devem ter uma palavra a dizer quanto ao futuro da África do Sul» e que «não devem abdicar da liberdade para que não se repita o que se passou nos países vizinhos da África Austral». Hipocritamente defendeu o diálogo «com todos menos com os extremistas». Com redobrada demagogia exortou as «jovens gerações para que constituam grupos de força nos países em cujo desenvolvimento participam» lembrando que «a comunidade madeirense já chegou aos centros de decisão, pelo que os jovens não devem ter medo de lutar pela conquista do poder e desses centros de decisão».

Mais haveria a dizer sobre o harmonioso gargarejar deste lunático discurso, mas de uma coisa não se deve ter dúvidas: Jardim faz o que pode para que a comunidade portuguesa se identifique e se mantenha alinhada com o regime racista e para que os jovens portugueses (cerca de 150 000 mil em idade escolar) aceitem cumprir sem reservas o serviço militar no exército racista, tal como lhes foi recentemente imposto.

Vergonhosa é a forma como se têm processado as relações entre o Governo Regional da Madeira e o regime do «apartheid». disseram os jovens da CDU da Madeira em carta ao Presidente do Governo Regional. «Não é sendo conivente com a política racista do governo sul-africano que se defendem os interesses da comunidade madeirense e de todos os portugueses residentes na África do Sul», acrescentaram os jovens da CDU. ■



Os emigrantes não servem apenas para angariar lá fora, nas difíceis condições em que trabalham, as divisas que fazem falta para tapar buracos financeiros. Têm uma palavra a dizer

A agressão dos EUA

ao Panamá

No caminho para invadir a Nicarágua, os Tratados Torrijos-Carter de 1977 e o Comandante das Forças de Defesa do Panamá, General Manuel Antonio Noriega, constituem uma «força perturbadora», que deve ser afastada. Quem o afirmou foi o normalmente bem informado New York Times, em meados do ano passado. A intensa campanha contra o Panamá que vem sendo desenvolvida pelos Estados Unidos, desde então, revela que não têm sido poupados esforços para atingir aqueles objectivos.

Primeiro foram as pressões políticas sobre as figuras mais destacadas do regime na tentativa de as levar, nos bastidores, a aceitar a manutenção de dependência colonial norte-americana através da revisão dos tratados sobre o Canal; falhada essa jogada, desencadeou-se uma campanha de calúnias visando o desprestígio dos dirigentes panamianos, em particular de Noriega, tanto a nível interno como internacional. Os resultados não foram os desejados e às calúnias seguiram-se as manobras de desestabilização social, as manifestações de protesto contra o «poder militar» panamiano, pelo «regresso à democracia», pela substituição do governo; curiosamente, as camadas populares que saíram à rua, com excepção dos que se deixaram enganar com os cantos de sereia, defendiam a continuação do domínio dos EUA sobre o Panamá.

Mas também aquele passo, se lançou a perturbação, não levou ao caos, à repressão indiscriminada, ao divórcio entre as Forças de Defesa do país e a população; as organizações de massas, os sindicatos, as forças democráticas, tiveram

a serenidade suficiente — tal como as forças armadas — de denunciar o verdadeiro inimigo e instigador das perturbações sociais, não caindo na armadilha de confundir interesses alheios com os interesses nacionais.

Chega-se assim à chantagem económica. Como afirmou há dias em Roma o ministro panamiano do Desenvolvimento Agro-Pecuário, Hirsnel Sucre, durante uma reunião da FAO, o Panamá «é vítima de uma violação, por parte dos Estados Unidos, dos princípios da comunidade internacional, que estabelecem que nenhum Estado poderá empregar medidas económicas a fim de obter de outro Estado a subordinação dos seus poderes soberanos».

Trata-se da suspensão arbitrária, por parte dos EUA, da assistência bilateral de créditos fornecidos através da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), bem como das importações de produtos panamianos.

A medida tinha sido aprovada em Setembro último pelo Senado dos EUA, que instava o governo panamiano a realizar até 9 de Novembro

«reformas democráticas» sob pena de ser suspensa a ajuda económica e militar, calculada em 33 milhões de dólares para o ano fiscal iniciado no passado mês de Outubro.

Prontamente denunciada como uma «ingerência» nos assuntos internos do Panamá e uma «agressão», a decisão do Senado foi classificada pela Assembleia Legislativa do Panamá como mais uma tentativa norte-americana para derrubar o governo do país e criar as condições para o não cumprimento dos tratados Torrijos-Carter. Como foi dito na ocasião, aquela medida visa objectivamente eliminar a posição governamental panamiana na política internacional, onde se destaca pelo apoio à procura de soluções pacíficas para os problemas da América Central, pelo respeito à soberania e à autodeterminação dos povos e pela oposição à política agressiva dos círculos belicistas dos EUA.

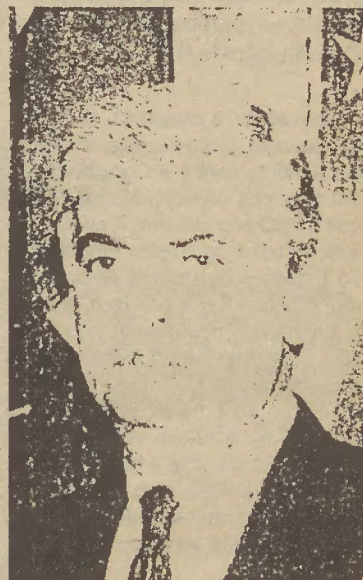
A Emenda Dodd

Apresentada pelo senador republicano Christopher Dodd, a emenda que impõe as sanções económicas contra o Panamá não deixa

margem para dúvidas quanto aos seus verdadeiros objectivos. Após referir, nos considerandos, a existência no Panamá de «uma ampla coligação de grupos da Igreja, negócios, associações patronais e agrupamentos cívicos e políticos» que se opõem a certos membros do governo e das forças armadas do país; de afirmar que «ao povo panamiano continuam a ser negados os direitos e garantias estipulados na sua Constituição»; a emenda propõe as sanções referidas e estipula as condições em que as mesmas poderão ser levantadas.

Vale a pena citar: ...tais proibições cessarão se o Governo do Panamá demonstrar um progresso significativo no esforço para assegurar o controlo civil das Forças de Defesa, e se as Forças de Defesa do Panamá e os seus dirigentes forem afastadas das actividades não militares e das instituições; se o governo do Panamá levar a cabo uma investigação independente sobre as alegadas acções ilegais de membros das Forças de Defesa do Panamá; se um governo não militar transitório assumir o poder; e se a liberdade de imprensa e todas as garantias fundamentais do povo panamiano forem restauradas.

PROPOSITO: Concerniente a la política de los Estados Unidos de América con respecto a Panamá. Congreso N° 100. Primer Período de Sesiones. Sesión N° 1174.



AUTOR DE LA ENMIENDA

Senador CHRISTOPHER DODD
Republicano del Estado de Connecticut y autor de la Ley Enmienda que propicia acción legislativa para el estrangulamiento económico del pueblo panameño. Una acción que resalta el INTERVENCIONISMO IMPERIALISTA que propugnan los grupos más retrógrados de los Estados Unidos de América.

Como exemplo de intervenção e colonialismo não podia ser melhor.

Mas para que não restem quaisquer dúvidas dos objectivos visados pelos EUA, refira-se a Emenda do Senador Symms, apresentada quando se debatia a lei que autoriza os gastos do Departamento da Defesa. De forma inequívoca, nela se solicitava a reconsideração dos Tratados Torrijos-Carter, a intervenção unilateral no Panamá e a presença militar norte-americana para além do ano dois mil.

Como afirmou a propósito o representante panamiano nas Nações Unidas, Jorga Abadia, em 30 de Setembro último, é de esperar que a próxima manobra yanqui consista em pedir a inconstitucionalidade dos Tratados Torrijos-Carter perante o Supremo Tribunal de Justiça dos Estados Unidos. Para isso, os teóricos da nova direita norte-americana, acompanhados já pelo senador Helms que utilizou este argumento na discussão da emenda Symms, começaram já a sensibilizar a opinião pública do seu país, uma vez que existem desacordos nos centros de poder sobre este assunto. Isto acontecerá quando falharem os seus planos para derrubar o governo panamiano, quando se convencerem que não poderão encontrar Somozas nem militares de «West Point» nas nossas Forças de Defesa, que possam mudar o projecto de libertação nacional que hoje é conduzido com dignidade pelo General Manuel Antonio Noriega. Isso ocorrerá aquando das eleições presidenciais norte-americanas do próximo ano, já que a campanha eleitoral utilizará o chauvinismo e a ideia de que o Canal do Panamá lhes pertence.

Como de costume é de esperar, acrescentamos nós, que os EUA o façam em nome «dos direitos humanos» e da «democracia», convencidos de que a América Latina continua a ser o seu «pátio das traíças», como Reagan diz. ■

Maís extranjeros involucrados en los actos criminales de mañana

Por CARLOS J. NUÑEZ L.

Miembros del llamado Partido Acción Popular, (PAPO) fueron detenidos ayer por autoridades competentes, luego que vecinos de la calle 46, Bella Vista se quejaron de perturbación en la paz de sus hogares.

RE DE 1987

En la sede del PAPO (calle 46 y Via España), diversas

personas con altavoces y gritos incitaban a la violencia. Al llegar las autoridades de la policía, se encontró en el lugar una gran cantidad de volantes haciendo llamados al desorden en las calles, quemar edificios y provocar toda clase de vandalismo para el día 22 de los corrientes.

LOS NOMBRES

Según pudo averiguar "Crítica" los elementos detenidos responden a los nombres de Licdo. Roberto Arosemena, quien fungía

como el cabecilla del grupo y, lo acompañaban Enrique Herrera, Domingo González, Ernesto Vega Jaén, José Blándón Jr., y Francisco Gómez.

Algunos de estos detenidos tienen antecedentes por incitar a la violencia a través de radioemisoras y en mítines callejeros, y son reincidentes.

DEPORTAN A DOS CHILENOS

Otros dos chilenos, fueron deportados ayer mismo por las autoridades de Migración, luego de comprobarse en forma fehaciente su participación en la planificación del plan subversivo para crear un caos y desorden total el día 22 de

(PASA A LA PAG. 39)



CHILENOS DEPORTADOS

Los chilenos Ana de Blumenberg y Rein Blumenberg, fueron deportados anoche hacia Chile, ya que se les encontró con gran cantidad de material subversivo alusivos a la alteración del orden, quema de edificios, matar norteamericanos y actos de violencia. (Foto Domingo Romero).



NIURKA AROSEMENA

Se encuentra fuertemente involucrada en la organización de actos de violencia ya que se encontraba presente en la sede del PAPO al momento del allanamiento.



ALBERTO VILADELU

Era el cabecilla quien junto a su esposa, iban a atajar a los sediciosos que venían procedentes del Interior del país. (Foto Domingo Romero)



MATERIAL SUBVERSIVO

En la sede del Partido Acción Popular (PAPO), ubicado en La Costa fue decomisada gran cantidad de propaganda de muerte y material subversivo, así como a los cabecillas de esta acción criminal: el Licdo. Roberto Arosemena, Francisco Gómez, José Blándón Jr., Enrique Herrera, Domingo González y Ernesto Vega Jaén. (Foto Domingo Romero).

Na sede do Partido de Acção Popular (PAPO), entre outros, as autoridades panamianas descobriram grandes quantidades de propaganda incentivando à violência de rua; entre as acções propostas contava-se o queimar de edifícios, o assassinio de norte-americanos (como provocação) e outros actos de vandalismo, que deviam coroar a falhada sublevação de 22 de Outubro passado.

A campanha na imprensa

A partir de meados de Junho do ano passado, funcionários não identificados da Casa Branca, do Pentágono, do Departamento de Estado e dos serviços de informação da CIA e outros dos EUA, tornaram pública uma campanha de desestabilização contra o governo do Panamá.

Vale a pena ver como a campanha de desinformação surgiu nos jornais ao serviço dos interesses norte-americanos:

«O primeiro passo — investigar e revelar as actividades corruptas do general Noriega — já foi dado... Por orgulho, os panamianos não tolerarão por muito tempo o escândalo a nível mundial... Já se disse que os seus subordinados decentes na Guarda Nacional panamiana estão profundamente incomodados com a sua corrupção. Em vez de ameaçar ou de levar a cabo acções encobertas (sic!) contra ele, seria melhor para Washington deixar aberto o caudal das revelações e ressentimentos dos panamianos, que transbordará e arrastará o general para o mar...»

«... O homem forte do Panamá, general Manuel António Noriega, faria bem em estudar o padrão da queda do Presidente Ferdinando Marcos... poderá a não participação dos EUA prejudicar a sua credibilidade frente à oposição democrática no Panamá?»

(Miami Herald, editorial de 15 de Junho de 1986).

Segundo a Comissão de Informações do Senado dos Estados Unidos, durante o governo de Nixon, em 1972, foram propostas as seguintes medidas:

Envolver o oficial (Noriega) num complot fictício contra Torrijos;

Passar informações sobre o tráfico de drogas para a imprensa;

Condicionar as negociações sobre a futura situação legal do Canal do Panamá ao seu afastamento (de Noriega);

Apoiar secretamente grupos poderosos do Panamá para que denunciem o assunto;

Imobilização total e completa (de Noriega) — Sic! (assassinato).

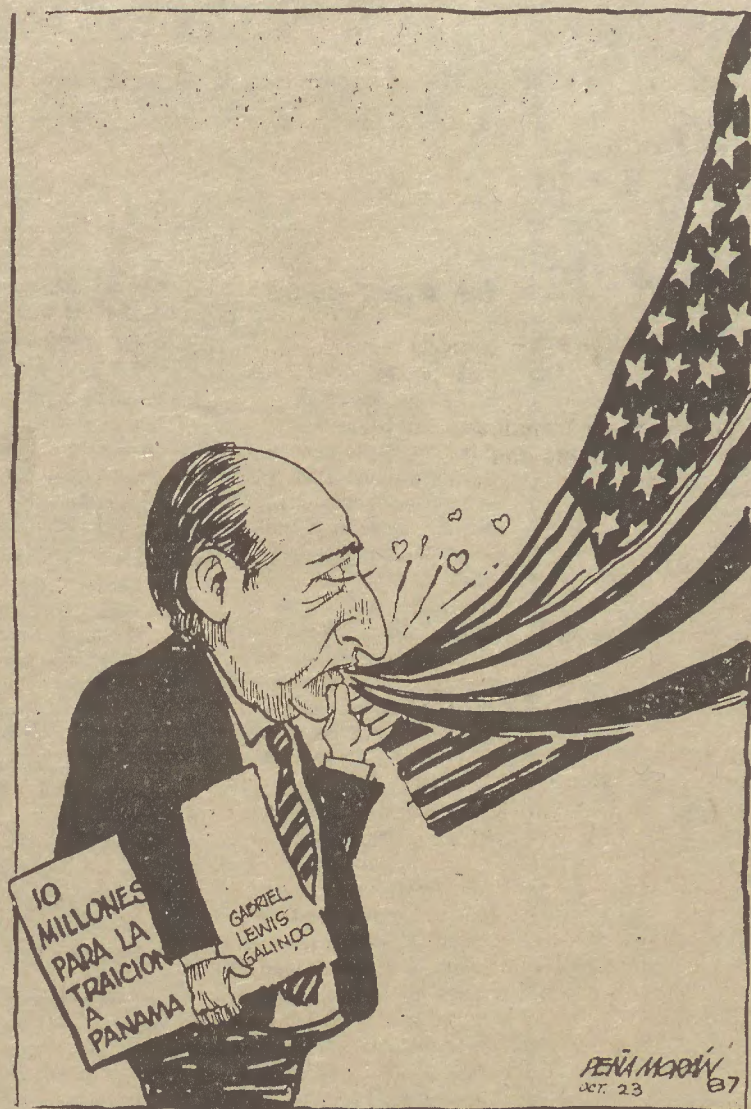
Estas medidas aparecem citadas pelo New York Times de 16 de Junho de 1986.

O deputado Jessie Helms (amigo íntimo dos Somoza da Nicarágua e da sua ditadura, e um aliado incondicional da conhecida Kirkpatrick que num dos seus trabalhos sobre o Panamá defendeu a necessidade de afastar Omar Torrijos, porque não era um militar de confiança, amigo das causas terceiro-mundistas, de Fidel Castro, nacionalista e suspeito de ser anti-norte-americano), afirma que Torrijos «foi assassinado» em declarações ao jornal El Universal, de 22 de Junho. É a primeira vez que tal é reconhecido por um funcionário norte-americano.

As razões

As razões que opõem os EUA ao Panamá aparecem também de forma explícita na imprensa:

«É precisamente porque temos interesses estratégicos a longo pra-



zo no Panamá, com o Canal, que é importante que tenhamos gente de confiança (sic!) com que possamos tratar», afirmou um funcionário dos EUA... «O Panamá tornou-se cada vez mais importante para os EUA e o seu acompanhamento das rebeliões na América Central» (El Nacional, 14 de Junho de 1986);

Altos funcionários civis do Pentágono, encabeçados por Néstor Sánchez, ex-assessor da CIA e da Casa Branca para os Assuntos Latino-americanos, e agora subsecretário adjunto de Defesa para Assuntos Interamericanos, manifestaram o receio de que qualquer sucessor de Noriega pudesse não estar disposto a tolerar as actividades militares dos Estados Unidos que existem actual-

mente no Panamá (El Nacional, 14 de Junho de 1986);

Segundo funcionários dos serviços de informação, a CIA também tem utilizado as bases militares no Panamá, em especial a Base Aérea de Howard, próxima da Cidade do Panamá, como trampolim para o serviço de espionagem, envio de agentes para a Nicarágua e voos de reconhecimento (El Nacional, 14 de Junho de 1986);

«As fontes (Casa Branca, Conselho de Segurança Nacional, CIA) indicam que parece estar a formar-se um consenso, entre os políticos, que favorece uma mudança no Panamá, para assegurar a longo prazo a estabilidade da estratégica nação, ainda que não estejam claros quais

A campanha dos EUA conta com o apoio das mais proeminentes figuras da reacção panamiana, como Lewis Galindo, que mantém estreitas relações com o senador Symms

os passos propostos para se desfazerem de Noriega» (Diário La Prensa, 16 de Junho de 1986);

«A razão, dizem as mesmas fontes, é que dentro de catorze anos os EUA devolverão o Canal do Panamá e até ao momento o governo panamiano fez muito pouco para preparar a nação para tomar conta da via marítima... «Alguns oficiais norte-americanos temem que técnicos cubanos e soviéticos acabem por dominar o Canal» (La Prensa, 16 de Junho de 1986);

«No futuro, os Estados Unidos poderiam ver-se perante uma situação que obrigasse à retomada do Poder Total sobre o Canal do Panamá», declarou Jessie Helms, sublinhando que «essa acção depende de como se desenvolver a actual situação no que se refere a Noriega» ((El Universal, 22 de Junho de 1986).

Os exemplos apresentados não deixam margem para dúvidas. A campanha que os EUA vêm desenvolvendo contra o Panamá há mais de um ano visa a liquidação dos Tratados Torrijos-Carter que para além de reconhecerem a soberania panamiana sobre o território e o Canal, prevêem a sua devolução ao Panamá a 31 de Dezembro de 1999, a retirada das autoridades coloniais norte-americanas, a absoluta neutralidade de todo o território do Panamá e a proibição expressa de usar as instalações militares existentes para fins distintos da protecção do Canal, bem como a retirada de todas as forças militares dos Estados Unidos até aquela data. ■

Declaração de Genebra

Declaração dos cônsules panamianos no estrangeiro, aprovada em Genebra em 11 de Outubro de 1987:

Há mais de seis meses que um sector reaccionário e colonialista do governo norte-americano vem realizando uma campanha internacional de desprestígio contra o general Manuel A. Noriega e o governo dirigido pelo presidente Eric Delvalle.

Esta campanha tem como objectivo justificar acções internas no Panamá que provoquem o caos e per-

mitam a instalação de um governo fantoche na República.

Este governo fantoche teria como principal obrigação denunciar os Tratados que devolvem o Canal ao Panamá e autorizar a permanência de bases militares norte-americanas em todo o território nacional.

Retirar o Panamá do Grupo de Contadora, liquidar a política de paz do general Noriega e envolver o Panamá na guerra centro-americana.

Com este objectivo, o sector reaccionário norte-americano, dirigido pelo defensor do apartheid, senador Jesse Helms, ligado ao fascismo alemão e italiano, tem estado a financiar distúrbios na cidade do Panamá. Para isso utilizou sectores da oligarquia local arredados do poder. Contou também com fortes grupos económicos cegos pelas ambições e pelo seu desprezo pelos sagrados interesses da pátria.

A campanha do senador Helms, dos seus acólitos no Departamento de Estado e dos seus aliados locais, conseguiu enganar uma parte da opinião pública internacional mediante a apresentação de uma falsa imagem do Panamá. Mas não conseguiu acabar com as instituições republicanas nem integrar nas suas fileiras as massas populares panamianas que repudiaram a traição dos fantoches e dos seus patrões norte-americanos.

O presidente Eric Arturo Delvalle, a Assembleia Nacional, o chefe das

Forças de Defesa, general Manuel Antonio Noriega, os partidos políticos, o governo no seu conjunto e o povo panamiano denunciaram em grandes manifestações populares a agressão ao Panamá e a descarada intervenção estrangeira, levando a todos os fóruns e às próprias Nações Unidas a condenação destas acções que violam a nossa soberania e que atentam contra a paz e a estabilidade de um pequeno país confrontado com a fúria de uma grande potência.

Os Tratados Torrijos-Carter, que restituem ao Panamá todos os seus territórios e bens no antigo enclave colonial da Zona do Canal, são uma garantia de paz e de amizade entre os povos do Panamá e dos Estados Unidos. A violação dos mesmos, e o seu desconhecimento, são uma ameaça para o Panamá e para os próprios interesses dos Estados Unidos na América Latina.

Não obstante esta grande verdade, os sectores antipatrióticos e colonialistas persistem na sua campanha de desestabilização. A própria filha do embaixador norte-americano e soldados desse país foram surpreendidos participando nos distúrbios. A provocação não resultou e o profissionalismo das Forças de Defesa evitou a perda de vidas, tão comuns noutros países quando se trata de manter a ordem e controlar as hordas de mercenários. Não houve um único morto devido à ac-

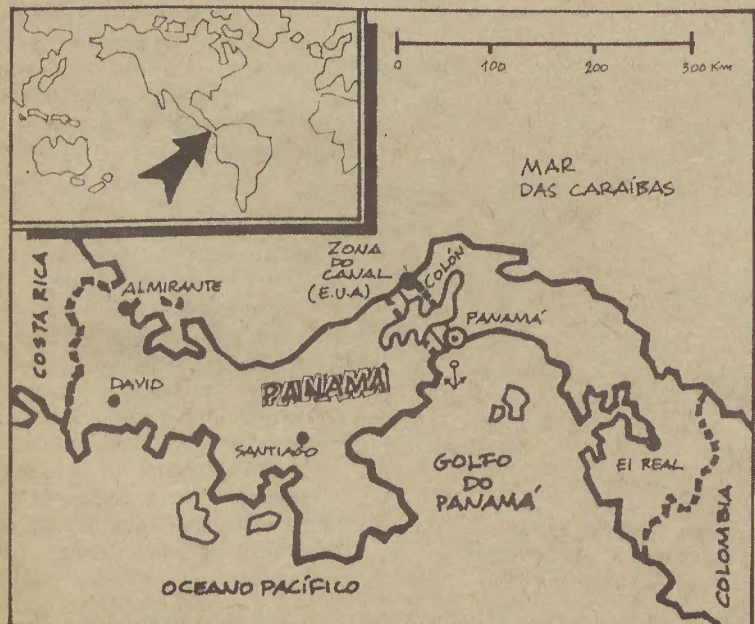
ção das nossas forças de ordem pública.

Ante o fracasso da conspiração de rua e a denúncia dos verdadeiros motivos do complot, pretende-se agora fazer o cerco ao Panamá através da chantagem económica. Ao mesmo tempo, o lobo despiu a sua pele democrática e levanta no Congresso norte-americano a ameaça da anulação dos Tratados Torrijos-Carter.

Nós, e connosco todo o povo panamiano, face à ameaça que pesa sobre a pátria, fazemos nossas as palavras do presidente Delvalle quando afirma «os panamianos estão dispostos a morrer nas águas do Canal defendendo os nossos direitos a uma pátria livre e soberana, dona e senhora em todo o território nacional».

Nesta reunião de Genebra reiteramos o nosso total apoio à patriótica acção do presidente Delvalle, à decisão inquebrantável do general Noriega e das Forças de Defesa em cumprir e fazer cumprir os Tratados Torrijos-Carter e o nosso firme propósito de denunciar em todas as esferas a traição dos antipatriotas e a ambição dos colonialistas norte-americanos interessados unicamente em explorar a América Central e o Panamá.

Nem um passo atrás. Nas eleições de 1989, a nossa democracia triunfará, em 1999 o Canal será nosso. ■



Gazetilha

por Ignotus Sum

A explicação da «eficácia»

Não sei se fala, se ronca
Sei que deu bronca.

A diplomacia tem as suas leis.
Sofre quem as afrouxa.
Aquele do F-16
foi de aprendiz e trouxe...

Gonzalez não gostou das efusões
aonde se preveja
os aviões em Beja.
O governo, então,
a gaguejar
entrou em explicações
para explicar
a explicação...

Quem achar o Cavaco forte em eficácia
pois então, cace-a
cace-a, que eu cá, sinceramente
não encontro maneiras
de o ver eficazmente
a não ser... nas asneiras...

O conto do vigário

Pobres aforradores que julgaram
ser investir na Bolsa muito bom
vêm agora dizer que os enganaram
gritam alto e bom som
de boca bem aberta:
O Cavaco levou a gente à certa...

— *Eu?* — diz Cavaco — *Eu nada tenho a ver
com o que está a acontecer.
Jogaram? Não jogassem...
Acreditaram? Não acreditassem...*

(O que perdeu, perdeu
e cada qual ao seu...)

No Código Penal está à vista
a reforma total do formulário:
o culpado é quem foi no «conto do vigário»
e não o «vigarista»
inventor da trapaça...

...E a procissão ainda vai na praça.

Vamos ver!

Diz o Capucho que na revisão
da Constituição
não haverá negócio. Quer dizer:
haverá antes discussão cordata
tudo «chic» a valer...

E claro que *negócio* não vai ser
o que eles querem é *negociata*...

Veremos logo
quem vai entrar no jogo.

A navalha

— *O quê? Aumento?*
Não levam daqui mais que seis por cento...

(Em cada cento, seis mil reis!...)

Diz o governo ufano:
— *A inflação este ano
não vai além dos seis...*

Claro que batota
Claro que bolota
Desta vez
a inflação já vai perto dos dez...

É velha a solução da burguesia:
sanear a economia
à custa, à custa só de quem trabalha.
Dela, não.

Corta a pele do povo o gume da navalha
que o governo de Cavaco tem na mão.

Pontos Cardeais

Os Afastados

O estimado público, habituado às séries e aos filmes em série, onde aparecem desde os deserdados aos intocáveis, dos incorruptíveis aos insubmissos, acostumou-se decerto, também, a que estas personagens assim designadas, sejam poucas — no máximo meia dúzia. Isto para não desdramatizar o recorte psicológico de tais personagens e não desfocar a pinta dos actores. E, quando as massas intervêm nas filmagens, não falta nunca a figura do «iluminado» a conduzi-las nem que seja através de águas revoltas mas previamente separadas. Agora, porém, a série é outra. Ou, pelo menos, assim se anuncia. Sem o leão a ranger os dentes nem os holofotes a rodar, nem outras imagens emblemáticas de Hollywood, a série está aí. E mesmo a TV de cá não deixa de a passar. Todas as noites. É uma espécie de sobe-e-desce, que nós últimos tempos desce mais do que sobe. Falamos das cotações na Bolsa. E falamos das novas personagens desta série, agora muito propriamente chamadas de «Afastados». Quem lançou o cognome foi um insuspeito jornal que usa o nome de «Semanário». Insuspeito porque, amigo dos produtores da série, não quereria desdourá-la. «Afastados» são, nada menos de 50 a 100 mil. Trata-se de muita gente, mas descanse o leitor que é pequena a sua estatura. São, como lhes chama o insuspeito semanário, «pequenos investidores». Estes pequenos — e alguns médios — investidores da Bolsa foram afastados do mercado. Afastados pela baixa das cotações. Segundo aquela publicação apurou, «os investidores que foram eliminados pela baixa são sobretudo particulares que utilizaram o crédito para comprar acções. Em certos casos», diz ainda o artigo do «Semanário», «estes pequenos investidores optaram por hipotecar as suas casas de habitação, sendo obrigados a vender na baixa, para poderem pagar as hipotecas»... Trata-se, sem dúvida, de uma série trágica. Na qual os verdadeiros heróis ficam na sombra — e ficam com o dinheiro. Os afastados pagaram já por terem actuado...

A realidade

E pronto! Estava a gente a ver um filme tão bonito e logo a luz se foi, ou se avariou a antena emissora — faz favor de desculpar, o programa quer seguir dentro de momentos, vamos lá a ver se se consegue... É assim, um bocado neste estilo «espectacular», que nos querem explicar o que tem acontecido na Bolsa nestes últimos tempos. Primeiro foi a subida em flecha, com toda a gente a ganhar. Depois, de repente, tiram o tapete de baixo dos

pés aos tais muitos milhares de sonhadores. E dizem-lhes: «você estavam era nas nuvens!».

Foi mais ou menos assim que o presidente do Lloyds Bank — o do cavalinho — explicou a queda. Diz ele que se tratou de «um regresso ao mundo real»...

Falando durante uma conferência de imprensa por ocasião da abertura de nova sede daquele banco inglês em Portugal, terá dito, segundo um vespertino: «As bolsas de valores estavam a ir depressa de mais e o mundo financeiro estava a liderar o processo económico.»

«Então e já não se pode sonhar?», perguntará um «Afastado».

«Claro que pode», responderá um banqueiro.

«Só que estes sonhos têm o seu preço...».

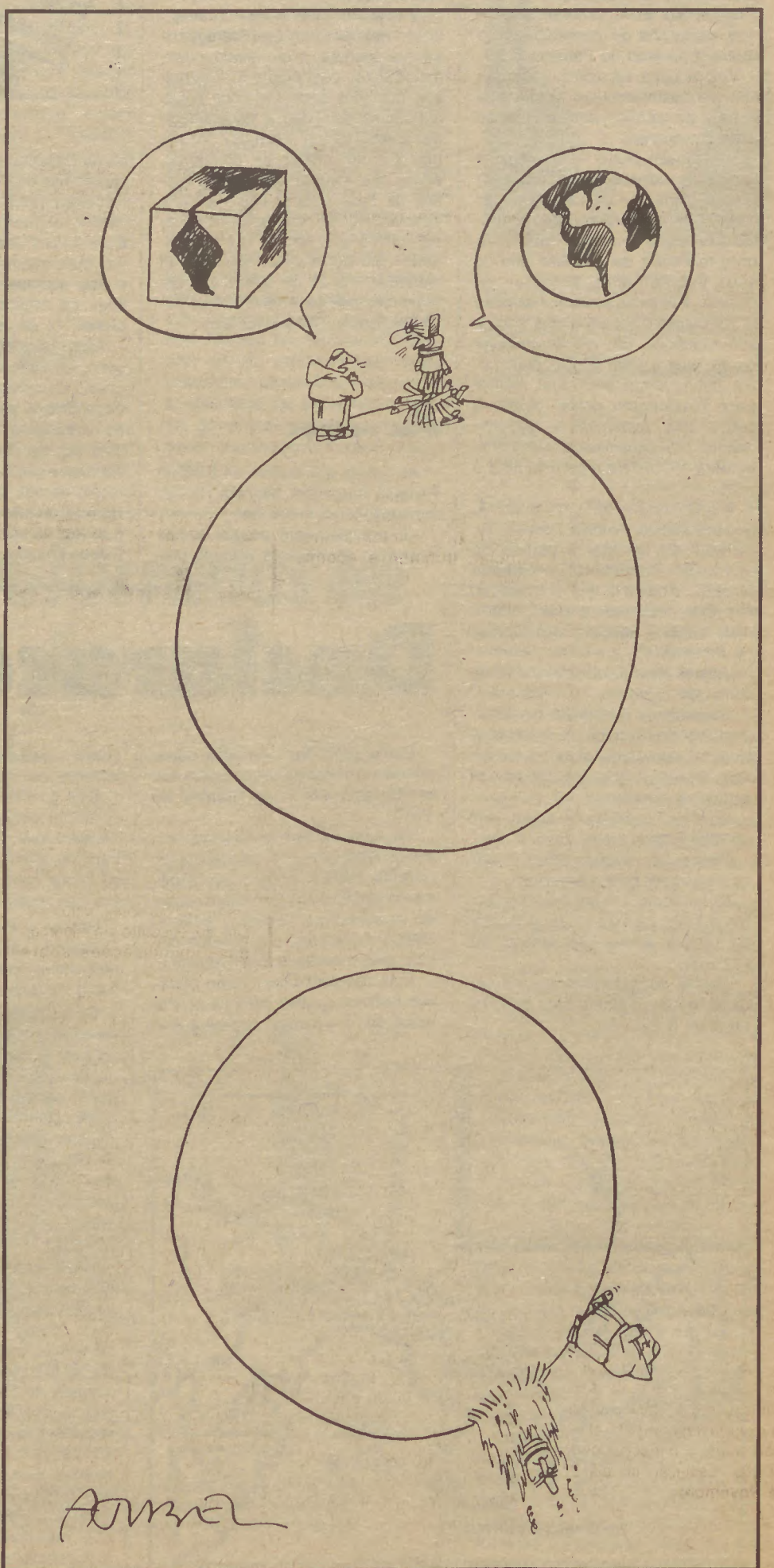
Contágios

Ainda Sir Jeremy Morse, o banqueiro inglês, do banco do cavalinho, segundo um vespertino lisboeta, teria afirmado que a crise do mercado de capitais aparece como «um aviso», como um sinal talvez de uma doença que se pega — para um problema internacional com que se deparam duas economias concorrentes: a americana e a japonesa. E vai daí terá alertado para a «perda de confiança no mundo financeiro». Como isto anda tudo ligado em termos económicos e financeiros, disse: «Estamos convencidos de que se a América apanha uma pneumonia, nós também a vamos apanhar e o Japão tem a mesma convicção.»

É caso para pensar se não valia a pena não nos chegarmos muito a esses grandes doentes. Por causa dos contágios...

Apostas

Já que vimos falando de dinheiro, falemos do nosso. Isto é, falemos de para onde vai o nosso dinheiro, cá dos portugueses. Os jornais não são unânimes. Em vésperas de apresentação do Orçamento do Estado, fala à direita um matutino, titulado que se trata do «melhor orçamento de sempre», seguindo sílaba a sílaba as palavras de Cadilhe. Um vespertino, por seu lado, afirma, peremptório, à largura da primeira página, que o «Governo aposta na Educação e na Saúde!» Espiilhando melhor, outro matutino, começa por referir a prevista «redução de efectivos na Função Pública», destaca o «défice global de 471 milhões de contos» e o aumento do IVA para 17 por cento. Outro ainda, fala de caras, anunciando o aumento da carga fiscal. E põe em pratos limpos o que outros pretendem encobrir: «Vamos ter de apertar o cinto.» Nisto como em outras coisas, há quem aposte no Governo e quem aposte nos portugueses.



Agenda

Avante!

Ano 57 — Série VII
N.º 725

19 de Novembro de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sexta

20

• Algés

Plenário de militantes reformados, às 15.00, da freguesia de Carnaxide, no Centro de Trabalho de Algés.

• Caldas da Rainha

Plenário de militantes, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **António Orcinha**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Sábado

21

• Seixal

Plenário de Qua-

dros sobre trabalho autárquico, às 14.30, na Sociedade Filarmónica Arrentelense.

• Sesimbra/Quinta do Conde

Assembleia de Freguesia, às 20.30, no Centro de Trabalho com a presença do camarada Valdemar Santos.

• Molta/Alhos Vedros

Debate — «Portugal e a CEE».

• Baixa da Banheira

Vídeo, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• Pegões

Porta-a-porta, nas zonas de Craveira e Afonsos.

• Lisboa

VI Assembleia de Organização dos Bancários de Lisboa, às 10.00, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, com a participação do camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• Marinha Grande

Plenário concelhio de eleitos e activistas da CDU, no Sport Império Marinhense, às 15.00, com a presença do camarada **António Orcinha**, da Comissão Política do CC do PCP.

• Mina

Plenário de militantes, às 15.00, no

Centro de Trabalho da Amadora.

• Sintra

Reunião de eleitos e activistas da CDU, às 15.00, na sala da Junta de Freguesia do Cacém.

• Lisboa

Encontro da organização do PCP do Sector Público da Organização Regional de Lisboa, às 15.00, no CT de Alfama.

Domingo

22

• Ordem

1.ª Assembleia das Organizações dos lugares da Ordem, Ca-

marnal e Guarda Nova, às 9.30, na colectividade da Ordem, com início às 15.00 com Carlos Carvalhas, membro do CC.

• Lisboa

Encontro de Quadros do PCP sobre



o Poder Local, o Orçamento de Estado para 1988 e o Regime de Finanças Locais, entre as 10.00 e as 18.00, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara.

Segunda

23

• Lisboa

Plenário de militantes da célula da Standard, às 15.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a presença do camarada Pina Moura, do CC.

Quarta

25

• Lisboa

Sessão integrada nas «Jornadas sobre a Revisão Constitucional», às 18.00, na Faculdade de Letras, promovida pela Associação Académica daquela Faculdade e com a presença de Luís Sá.



Sábado 21
Lisboa

VI Assembleia de Organização dos Bancários

Salão da Junta de Freguesia de Alcântara
às 10.00 horas com
José Casanova

Domingo 22
Lisboa

Encontro de Quadros do PCP sobre o Poder Local, o Orçamento de Estado para 1988 e o Regime de Finanças Locais

Entre as 10.00 e as 18.00 horas
Salão da Junta de Freguesia de Alcântara

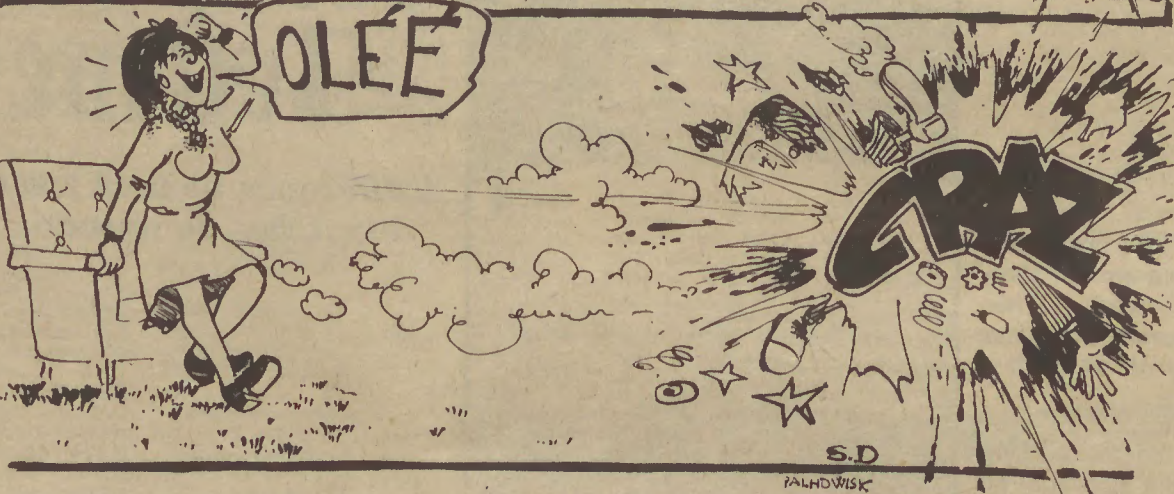
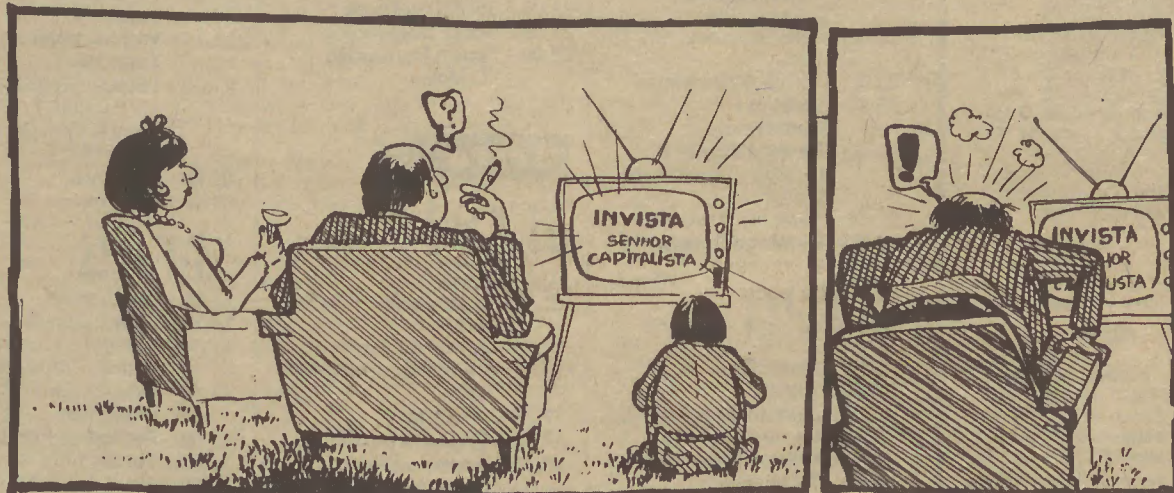
Quarta 25
Lisboa

«Jornadas sobre a Revisão Constitucional»

às 18.00 na
Faculdade de Letras
com
Luís Sá



HUMOR DE MOMENTO



TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada», 52.º epis.
13.00 – Jornal da Tarde
13.55 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.20 – Série – «Gira Mundo»
18.55 – Série – «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela – «Roque Santeiro», 28.º epis.
21.10 – Primeiro Andamento – «Sonatas de Beethoven por Sequeira Costa», últm. prog.ª.
21.40 – Telemundo
22.10 – Série – «Se o Amanhã Chegar», 1.º epis.
23.10 – 24 Horas
23.45 – Remate

RTP2

13.15 – Countdown
14.10 – Pano Para Mangas
15.40 – Série – «As Blue Bell»
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela – «Os Imigrantes», 129.º epis.

18.00 – Ponto por Ponto
19.00 – Totally Live
19.55 – Série – «Hitchcock Apresenta»
20.20 – Série – «Os Malucos do Circo»
20.50 – Montra de Livros
21.00 – Jornal das Nove
21.35 – Já Está!
23.00 – Série «As Teias da Lei»

Sexta

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.25 – Série «Os Anos Não Contam»
18.50 – Série «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela «Roque Santeiro»
21.10 – Série «De Um Natal ao Outro», 1.º epis.
22.20 – O Programa das Festas
22.55 – 24 Horas
23.30 – Remate
23.40 – Pela Noite Dentro – «A Terra das Sombras», real. Norman Stone (Grã-Bretanha/1985)

RTP2

13.15 – Countdown
14.10 – Agora, Escolha!
15.40 – Série «O Mundo é um Palco»
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela – «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Totally Live
19.55 – Série «Hitchcock Apresenta»
20.20 – Série «Os Malucos do Circo»
20.50 – Montra de Livros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Clube de Jornalistas
22.00 – Série «Mancha na Paisagem», 1.º epis.
23.00 – Troféu

Sábado

RTP1

09.00 – Juventude e Família
12.00 – Série «Defesa do Ambiente»
12.30 – Série «Estrada Larga»
13.00 – Notícias
13.10 – Série «Especial National Geographic»
14.00 – Parlamento
14.30 – Série «Lucky Luke»
15.00 – Concurso – «Sobe e Desce»
16.00 – Sessão da Tarde – «Um Criado na

América», Paul Aaron (EUA/1982)

17.35 – Fisga
18.45 – Saber Saúde
19.15 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.00 – Boletim Meteorológico
21.05 – Série «Duarte & Companhia»
22.00 – Espectáculo – «Revista: Lisboa Tejo e Tudo»
23.40 – Cinema da Meia-Noite – «O Massacre de Chicago», real. Roger Corman (EUA/1967)

RTP2

09.00 – Compacto Countdown
13.00 – Compacto – «Tudo ou Nada»
16.00 – Troféu
20.05 – Som da Surpresa – «Jazz»
21.00 – Série «Strindberg»
22.00 – Concorde ou Talvez Não

Domingo

RTP1

09.00 – Juventude e Família
11.15 – Missa
12.00 – 70x7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – O Som da Casa
13.50 – Série «Casa de Irene»
14.15 – Série «Cosmos»
15.10 – Primeira Matinée – «Salomão e a Rainha de Sabá», real. King Vidor (EUA/1959)
17.15 – Clube Amigos Disney
18.50 – Série «Um Anjo na Terra»
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico
20.40 – Deixem Passar a Música – «Anamar no Coliseu»
21.50 – Série «O Polvo 3»
23.00 – Domingo Desportivo

RTP2

09.00 – Music Box
10.00 – Troféu
12.30 – Juventude e Família
13.00 – Caminhos
13.20 – Novos Horizontes
13.40 – TV Mulher
14.15 – Troféu
17.10 – Série «A Evolução do Homem»
18.00 – Série «A Tia de Frankenstein»
18.55 – Piano Bar
20.00 – Série «Quem Sai aos Seus»
20.25 – Arte e Letras – «Agnes de Mille»

21.20 – Cineclube – «A Água Negra» – Obras Primas do Cinema Mudo Americano

Segunda

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.20 – Série – «Grande Ecrã»
18.55 – Série – «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela – «Roque Santeiro»
21.10 – Concurso – «Saber a Valer»
22.20 – Série – «A Clínica da Floresta Negra»
23.20 – 24 Horas
23.55 – Remate.

RTP2

13.15 – Countdown
14.10 – Agora, Escolha!
15.40 – Bailado – «Moving Picture»
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela – «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Totally Live
19.55 – Série – «Hitchcock Apresenta...»
20.20 – Série – «Os Malucos do Circo»
20.50 – Montra de Livros
21.00 – Jornal da Tarde
21.35 – Bolsa & Negócios
22.00 – Teatro Português – «O Motim».

Terça

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.25 – Série – «A Mão – O Homem em Projecto»
18.55 – Série «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela – «Roque Santeiro»
21.10 – Programa da Direcção de Informação

22.15 – Série – «Acção em Miami»
23.15 – 24 Horas
23.45 – Remate.

RTP2

13.15 – Countdown
14.10 – Dois Dedos de Conversa
15.40 – Série – «A Gaveta Secreta»
16.35 – Trinta Minutos Com...
17.10 – Telenovela – «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Totally Live
19.55 – Série – «Hitchcock Apresenta...»
20.20 – Série – «Os Malucos do Circo»
20.50 – Montra de Livros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Série – «Lá em Casa Tudo Bem», 2.º prog.
22.00 – Cinemadois – «Era Uma Vez Um Melro Cantor», real. Otavio Loselliani (URSS/1971).

Quarta

RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela – «Tudo ou Nada»
13.00 – Jornal da Tarde
13.35 – Ciclo Preparatório TV
17.35 – Sumário
17.40 – Brinca Brincando
18.20 – Série – «Portugal de Faca e Garfo»
18.55 – Série – «O Império de Carson»
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela – «Roque Santeiro»
21.15 – Vamos Jogar no Totobola
21.30 – Lotação Esgotada – «O Padrinho», real. Francis Ford Coppola (EUA/1971)
00.30 – 24 Horas
01.00 – Remate.

RTP2

13.15 – Countdown
14.10 – Agora, Escolha!
15.30 – Futebol – «Portugal-França» (Juniões)
17.10 – Telenovela – «Os Imigrantes»
18.00 – Ponto Por Ponto
19.00 – Totally Live
19.55 – Série – «Hitchcock Apresenta...»
20.20 – Série – «Os Malucos do Circo»
20.50 – Montra de Livros
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Fantasia e Realidade
22.00 – Clube de Imprensa
22.45 – Série – «Crime Organizado nos EUA».

Teatro O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom. às 17.30. O Urso na Cama, de José A. Gouveia.

Sala Nova, de 3.ª a sáb. das 21.30, dom., às 17.00. Os Dois Corcundas e a Lua, de Richard Demarcy, enc. João Mota.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 17.00. Les Lettres de la Religieuse Portugaise, pelo La Théâtrelle, enc. de Jean-Marie Lejeune.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. A Dama do Maxim's, de Georges Feydeau, pelo Novo Grupo, enc. de João Lourenço.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45,

sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Theatro Gymnásio, Rua Nova da Trindade, 5. Calderón de Pier Paolo Pasolini, enc. Mário Feliciano.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. Socorro... Sou uma Mulher de Sucesso, com lo Apoloni.

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. Toma Lá Revista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Nacional D. Maria II. Rossio. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. e dom., às 16.00. Guerras de Alecrim e Manjerona, enc. de

Carlos Avilez (até 20/11).

Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. Metro-Cabaret, de Fernando Gomes.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Senhoras das Quintas-Feiras, de Loleh Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

• PORTO

Sala do Povo Português, Rua de Camões, 578. Tio Vania, de Anton Tchekov pela Selva-Troupe, enc. Fernando Umaña.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneario Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. O Médico à Força, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrubal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Comuna, sala 2, Praça de Espanha. Sáb. e dom. às 15.00. Viagem, de Sophia de Mello Breyner, enc. de João Brites, pelo o Grupo o Bando.

TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. dom. e feriados, às 16.00. O Avestruz Mecânico, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

Colecção «Resistência»

GILBERTO DE OLIVEIRA

MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL

«Nesta contribuição de denúncia dos crimes do fascismo português, procurei levantar alguns aspectos que me parece merecerem um aprofundamento maior do que aquele com que os deixo aqui tratados. E não apenas no que se refere ao Tarrafal e às outras prisões fascistas, mas muito particularmente no que se reporta à história da resistência antifascista.»

A Editorial «Avante!» tem o prazer de anunciar o lançamento do livro MEMÓRIA VIVA DO TARRAFAL, de Gilberto Oliveira, que terá lugar no dia 20 de Novembro, às 18.30 horas, na Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, n.º 20, em Lisboa.

O livro será apresentado pelo membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português e Director do «Avante!», António Dias Lourenço.



edições
Avante!

A diferença de uma visão científica do mundo

248 pp
Cód. 41.19
Preço: 1000\$00

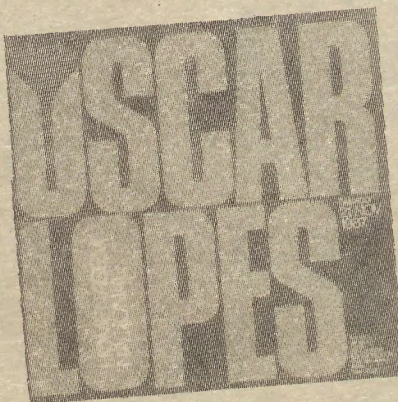
CDL a distribuição

Cinema

A selecção

...e ainda

Música, debates, etc.



Oscar Lopes

É no dia 21, próximo sábado, que tem lugar o primeiro acto da homenagem nacional a Oscar Lopes, promovida por centenas de personalidades ligadas ao ensino, à cultura, à vida política, e a que estão associadas instituições de prestígio como sejam o Sindicato dos Professores, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a Oficina Musical do Porto.

Trata-se do almoço de homenagem que se realiza no Palácio de Cristal a partir das 13 horas.

Mas para Dezembro há outras iniciativas programadas: debates, concertos, o

hoje, um debate: «A importância de José Afonso na música e na canção portuguesa», com entrada livre; amanhã, concerto de piano por António Vitorino de Almeida; finalmente, no sábado, um espectáculo de encerramento com música, poesia e canções em que participam Carlos Alberto Moniz, Janita Salomé, Maria Guiot, Vitorino, «Cramol», «Romanças», Armando Caldas, José Carlos Gonzalez, Manuel Alegre, Machado Soares e Fontes Rocha e Armando Carvalheda.

Tarrafal memória viva

Amanhã, às 18.30, terá lugar na Casa da

grupos de teatro locais e de grupos e actores profissionais. Dentre estes últimos, Mário Viegas, a abrir o ciclo de espectáculos; Fernando Gomes, Maria Vieira e Adriano Luz; os grupos de Campolide/Comp. de Teatro de Almada, do Centro Cultural de Évora e o TAS, de Setúbal. Espectáculos em colectividades e escolas secundárias - dias 20, 21 e 22 às 19.30, dias 22 e 24 às 16.00.

Perestroika em debate

A convite da Associação Portugal-URSS, está em Lisboa a partir de hoje a economista soviética Tatiana Krilova, da Universidade de Moscovo, para uma série de debates que decorrerão de uma sua intervenção-base sobre «Política económica da União Soviética para a Reestruturação».

Além do que está agendado para meios universitários (para já, dia 23 às 18.00 no ISE/Departamento de Economia, dia 24 na Univ. de Coimbra, dia 26 na do Porto), amanhã, na sede da Associação (R. de S. Caetano, à Lapa,

Música

Em Vila Franca de Xira, às 16.00 de domingo, no Salão da Misericórdia, «Concerto demonstração de instrumentos musicais» com Pedro Caldeira Cabral e José Pedro Calado, integrado na I Temporada de Música e Dança do Departamento de Acção Sociocultural da Câmara.

Em Lisboa: Na Gulbenkian, concerto de piano por Bruno Leonardo Gelber, que interpretará três sonatas de Beethoven, na terça, dia 24, às 18.30.

Na Sé Patriarcal de Lisboa, concerto por Jan Overduin, órgão, e Erik Schultz, trompete, no domingo às 16.30. Obras de Telemann, J.S. Bach, Albinoni, Tartini.

Ópera e Bailado

No Teatro de S. Carlos: dia 21 às 16.00, e 24 às 20.30, a ópera em 4 actos de Verdi I Lombardi. Companhia de S. Carlos, dir. musical Angelo Campori.

Bailado no S. Luiz pela Comp. Nac. de Bailado: «Diversões» (Gradus/Britten), «Variações Nostálgicas» (Armando Jorge/Rachmaninoff), «A Choreographic Offering» (J. Limon/Bach). Espectáculos nos dias 20 e 22 às 21.30, dia 22 às 16.00.

Bailado também na Gulbenkian pelo Ballet Gulbenkian: «Violoncelo não acompanhado em suite de luxo» (Olga Roriz/Bach), «Memória para Edith Piaf» (Wellenkamp/canções de Edith Piaf) e «Exultate, Jubilate» (Wellenkamp/Mozart). Hoje às 18.30, amanhã às 21.30, sábado às 16.00 e 21.30.

ABC Cine-Clube

Prosseguem os ciclos programados para este mês: de «Mestres do Cinema Clássico Alemão» projecta-se amanhã, às 18.45, no Estúdio 444, A Insucessa, de William Wyler (1938); na 3.ª feira, às 18.30, na Soc. Portuguesa de Autores, de «Rostos do Cinema Mudo Alemão», o filme Destroços, de Scherben (1921).

Loja de Natal

No novo CT do PCP da 6.ª Zona, R. Comandante Fontoura da Costa, lote 39, loja H (junto ao antigo cinema Lumiar), um espaço com muita coisa para cobizar - e comprar! Dos brinquedos ao artesanato, passando pelo material escolar, roupas, milhentas utilidades...

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Arizona Júnior	—	—	★★★	—	—
B	Os Intocáveis	★★	★★	★★	—	★★
C	Jardins de Pedra	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	Mélo	—	★★★★	★★★	★★★★★	★★★★
E	Nascido para Matar	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
F	O Navio	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	O Sacrifício	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—

A — Real. Joel Coen — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

B — Real. Brian de Palma — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 24.00); Mundial/1 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30); S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

C — Real. Francis Ford Coppola — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

D — Real. Alain Resnais — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

E — Real. Stanley Kubrick — Amoreiras/6 (13.45, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); 7.ª Arte (14.45, 17.00, 19.10, 21.45, 24.00); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.

F — Real. Federico Fellini — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

G — Real. Andrei Tarkovsky — Quarteto/4 (15.00, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação da * a *****

Exposições

• LISBOA

Alberto José Caetano — «Uma Arquitectura para o Silêncio». Galeria Leo. Travessa da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Álvaro Lapa — Pintura. Galeria EMI/Valentim de Carvalho, rua da Cruz dos Poiais, 111. Diariamente das 15.00 às 19.00 (excepto à 2.ª) até 5/12.

Álvaro Perdigão — Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 28/11).

Ana Gonçalves — Tecidos. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

André Gomes — Fotografia. «Imago Operas Vera Mundi». Rua Ivens, 14. Das 9.00 às 20.00 (até 20/11).

Boyd Webb — Fotografia. Galeria Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. Diariamente das 15.00 às 20.00, excepto à 2.ª (até 30/11).

O Cartaz Contemporâneo. Galeria da Livraria Barata (até 28/11).

Colectiva — Artex Galeria, R. Nova do Almada, 85. De 2.ª a 6.ª, das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria Módulo, Av. António Augusto Aguiar, 56-5.º dt.º. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Triângulo, Av. D. Vasco da Gama, 48-A. De 2.ª a 6.ª, das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

Colectiva — Galeria de São Bento, Rua do Machadinho, 1.

Daniel Nave — Pintura. Galeria Altamira, rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00.

Eduardo Telxeira — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 3/12).

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

IV Exposição Na-

cional de Gravura — Fundação Gulbenkian, Galeria de Exposições Temporárias, Av. de Berna, 45.

Fátima Vaz — Pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111-1.º. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 19.00 (até 21/11).

Figueiredo Sobral — Escultura e pintura. Galeria Multiface, Rua Sousa Lopes, loja 65. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00, sáb. e dom. das 12.00 às 19.30 (até 30/11).

Gaetan — Desenho e pintura. Galeria Diferença, rua de S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 6/12).

Grça Coutinho — Pintura. Galeria Quadrado, Rua Alberto de Oliveira. Diariamente das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 15.00 às 19.00 excepto ao dom. (até 12/12).

Homenagem a Peniche Galveias — Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 13.00.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

João Duarte — Escultura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. Inaugura hoje (até 30/11).

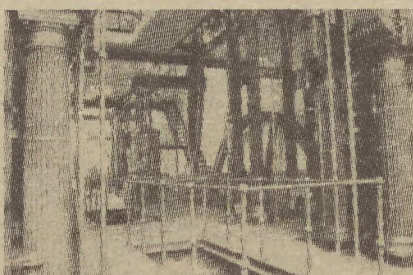
Jorge Freire — Pintura. Galeria Triângulo, Av. Vasco da Gama, 48. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 30/11).

José António Cardoso — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.

José Esteves — Escultura. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36.

José Viana — Pintura. Galeria Escada, Rua da Bela Vista à Graça, 81-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00, sáb., das 10.00 às 14.00.

Laura Cesana — Pintura. Centro Europeu de Línguas, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 43-2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às



Museu da Água de Manuel da Maia

20.00, sáb., das 11.00 às 13.00 (até 31/1)

Maria Gabriel — Pintura. Clube 50, Rua de S. Mamede, ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 9/12).

Marcos Duprat — Galeria Bertrand, Livraria Bertrand do Chiado.

Manuel San-Payo — Pintura. Galeria Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Ouvresaria/Artefacto 3. Jóias de cinco ourives do ARCO. Travessa Água da Flor, 37. Diariamente das 15.00 às 20.00 (até 27/11).

Pintura Mneirista — Do Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra. Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16.

Projectos de Design Industrial IADE — Palácio Pombal, Rua do Alecrim, 70.

«Sinais Expostos da Misericórdia» — Museu de S. Roque, Largo de Trindade Coelho. Das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

• PORTO

Augusto Canedo — Pintura. Galeria EG, Caminho da Fonte de Cima, 33/130. De 3.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 20/11).

III Bienal de Desenho da Árvore — Antologia de desenho do século XX com 145 trabalhos. Mercado Ferreira Borges.

Colectiva — Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00.

Nadir Afonso — Pinturas 1929-87. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777 loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 9/12).

Exposição Nacional de Arte Moderna — Amadeu de Souza Cardoso. Casa de Serralves, Rua de Serralves, 977/999.

• OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva — Centro Cultural de Almansil. (Até 3/12). ALMANSIL.

Colectiva — Museu José Malhoa. (Até 28/11). CALDAS DA RAINHA.

Francisco Elias — Cerâmica e miniaturas. Museu de Cerâmica (até final de Outubro) — CALDAS DA RAINHA.

Colectiva — Círculo de Artes Gráficas, Rua Castro Matoso, 19 — COIMBRA.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

Colectiva — Pintura, arte romana e azulejos dos séculos XVII e XVIII. Galeria Constância, R. Luís de Camões. De 4.ª a dom. das 14.00 às 20.00. CONSTANCIA.

Artesanato de Moçambique. Biblioteca Municipal — MONTEMOR-O-NOVO.

Azulejos Originais Portugueses — Galeria de Arte Espiral. Centro Comercial das Palmeiras, loja 14. Diariamente das 14.00 às 22.00. OEIRAS.

Colectiva — Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal. (Até 30/11). LOURES.

William Beckford e Portugal — Bibliográfica e iconográfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — QUELUZ.

1.ª Bienal de Arte — Antigo Casino, Galeria do Turismo e Palácio Nacional de Sintra (sala das Galés) — SINTRA.

António Cerveira Pinto — «Livro Arbitrio em Três Dimensões». Galeria Universum. Casa-Museu Alvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 28/11) — TAVIRA.

D. Fernando II — Documental. Museu Biblioteca da Casa de Bragança. De 3.ª a dom. das 9.30 às 13.00 e das 14.00 às 17.00 — VILA VIÇOSA.

Tempo Fim de Semana



Segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no sábado, o céu estará pouco nublado, temporariamente muito nublado, com vento moderado de leste.

No domingo o céu passará a muito nublado mantendo-se o vento moderado de leste.

PCP TEMPO DE ANTENA

Hoje

RTP 1 A SEGUIR AO TELEJORNAL



aTV

Até da hipocrisia abusam

Não sei se os leitores estão lembrados de lhes ter falado aqui da forma estranha como certos indivíduos, certos partidos, pretendem conciliar determinadas palavras com determinados actos.

O último exemplo desse tartufismo vamos encontrá-lo na entrevista que Rui Machete deu ao Programa «Parlamento».

Aí ficaram bem nítidas as intenções do partido no poder, conhecido o seu projecto de destruição da Constituição a que ele chama, candidamente, «revisão».

Trata-se de destruir a Reforma Agrária, as nacionalizações, as formas de organização popular de base, as comissões de trabalhadores, etc., etc.

Logo nos explica por que razão o seu partido quer fazer tudo isso. Sabem porque é? Pois fiquem sabendo que «é para unir os portugueses...»

Hipocrisia, vá. Mas tanta?...

«Tudo pelo PSD, nada contra o PSD...»

Aliás, toda a entrevista (em repetição doutra já dada no «Clube de Imprensa», o que mostra a simpatia com que Machete conta na «isenta» RTP...) foi um modelo de subterrâneos transformados em palácios, de punhais com a forma de pacíficos objectos. Fosse aquilo um debate e não uma entrevista e de tanto tartufismo não ficaria pedra sobre pedra.

Na sua argumentação, a Constituição não deve sobrecarregar-se de orientações casuísticas porque para isso lá estão as leis. A Constituição pertence traçar as grandes linhas. O Parlamento fará a respectiva regulamentação prática.

Por exemplo: estabelece-se o direito à exploração privada da Televisão. A lei depois dirá como há-de ser...

Muitos outros exemplos poderíamos alinhar, mas o fundamento é o mesmo. Ou seja, como o PSD é maioritário na Assembleia, e como tem a possibilidade de fazer aprovar, por maioria simples, qualquer legislação, na prática significaria que o que estivesse inscrito na Constituição de nada valeria face à regulamentação que o PSD lhe desse!

Recordemos o que se passava com a Constituição de 1933. Lá também se garantia a liberdade de expressão e de reunião mas depois, com as leis reguladoras, lá ia tudo por água-abaixo...

Segundo Machete, o PS tem de colaborar neste material e sabem porquê? Porque assim respeita o interesse nacional! Se não, se for contrário, o PS demonstrará que põe, acima dos interesses nacionais, os interesses partidários...

Resumindo: todos os que forem contra o PSD, são contra Portugal! Que distância vai desta concepção às concepções do Estado Novo?

A nota da insolência

A RTP não gostou do que na Assembleia da República se disse sobre a manipulação informativa na televisão.

Vai daí, o Departamento de Informação da RTP emitiu uma nota mostrando-se basto ofendido. Em resumo: os políticos devem fazer política, os jornalistas devem fazer jornalismo, não se devem uns meter no trabalho dos outros, tratem lá dos vossos assuntos na Assembleia e deixem-nos trabalhar à vontade, conforme nós quisermos...

Estranhos conceitos, estes! Na RTP pratica-se a discriminação e a manipulação — e, nessa actividade de cariz político, o Parlamento não tem nada que se meter!!!

Estas cabecinhas loucas. Ofendem tanto um órgão essencial da Democracia e nem sequer dão por isso. Pensarão acaso que o poder da televisão é tal que o Parlamento tem de baixar cabeça?

Vai o Parlamento baixá-la, depois desta nota insolente?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

O escândalo

A Bolsa parecia «rota». Em apenas três semanas, evaporaram-se quase mil milhões de contos da economia portuguesa — ou seja, metade da nossa dívida externa.

Isto, escreveu-o Horácio Piriquito na 2.ª página de «O Jornal» da passada semana. Não é, pois, uma vil calúnia dos comunistas, como também o não é a afirmação de que «o valor bolsista das acções cotadas em Lisboa desceu cerca de 800 milhões de contos desde o momento em que se registaram as cotações mais elevadas» — esta, atribuída ao ministro das Finanças na última página do «Diário Popular» do dia 11.

Do mesmo modo, não passa pela cabeça de ninguém que tenha sido o PCP a «soprar» ao deputado Silva Lopes, do PRD, o rol de acusações que na AR não regateou ao Governo... Com resultado, aliás, espectacular: aplausos (e até tempo de intervenção cedido por outros agrupamentos, de Os Verdes ao CDS) de todos — excepto do partido do Governo...

Com esta única fífia, todos os partidos, embora de diferentes maneiras, responsabilizam o Governo por este trágico mas perfeito preto-no-branco do que é (permita-se-nos!) «a recuperação capitalista, latifundista, imperialista» a que chamam a nossa cassete.

Os comunistas tomaram neste caso, por diversas formas, a palavra; damo-la hoje aos outros partidos e a outros jornais, inclusive aos do PSD:

«Sem paralelo na nossa história»

• «Há quem estime que tais ganhos (proporcionados por operações de Bolsa e OPV's a um grupo restrito de intervenientes, incluindo especuladores estrangeiros) totalizaram muitas dezenas de milhões de contos. Esses ganhos não resultaram de qualquer criação de riqueza. Os milhões de contos que entram nalgumas algibeiras saíram doutras algibeiras. O Governo tem assim a glória de ter presidido a transferências de riqueza numa escala para a qual há muito poucos paralelos na nossa história.

Silva Lopes responsabilizou directamente o Governo pelo facto de alguns milhares de investidores terem perdido parte substancial das suas poupanças, já que eles, como disse, «confiaram num mercado que o Governo deixou entregue a toda a espécie de manipulações e manobras especulativas».

1. O Governo permitiu a manipulação das cotações por parte de especuladores e empresas, que fizeram subir artificialmente as acções para depois as venderem por preços elevadíssimos;

2. Não foi suficientemente rigoroso quanto à selecção das empresas admitidas à cotação na Bolsa, nem exigente quanto às informações a prestar por elas ao público;

3. Nada fez para combater as distorções do mercado decorrentes de operações realizadas por quem tinha acesso privilegiado a informações sobre as empresas cotadas;

4. Permitiu que a especulação bolsista fosse alimentada através do crédito bancário («Escasseou o crédito para apoiar a actividade produtiva, nomeadamente das pequenas e médias empresas, mas não faltou para os especuladores da Bolsa», disse);

5. Assistiu impassível aos espectaculares ganhos conseguidos em operações de Bolsa e OPV's sem os tributar, quando não lhes concedeu até benefícios fiscais;

6. Mantiveram-se até tarde de mais regras técnicas de funcionamento que a experiência veio demonstrar serem perigosas ou inconvenientes. (...)

Daí aos abalos sofridos nas Bolsas portuguesas, também por decorrência da segunda-feira negra de 19 de Outubro, e às perdas de milhões de contos por investidores que confiavam no Governo e no mercado, foi um passo lógico. (...) O antigo ministro das Finanças considerou, no entanto que, apesar da queda dramática recente, o índice das cotações corresponde ainda a cerca de três vezes o seu valor de há um ano.

Uma última informação recolhida do texto lido por Silva Lopes e que ajuda a compreender o grau de especulação a que se chegou (...): em Portugal até fins de Setembro, chegou-se ao prazo de um ano a subidas de cotações de quase 500 por cento!»

(«Diário de Lisboa», 13.Nov.)

As «queridas nacionalizações»...

• «Ao decidir a intervenção das empresas financeiras públicas nas compras e nas vendas com amplas margens de acção, Cavaco Silva não teve outro remédio senão ir auxiliar aquilo que ajudou a destruir, sustendo a descida com as ordens de compra das entidades públicas. No seu sentido, teríamos que dizer que agora as empresas públicas (bancos e Misericórdia) especulam também, criando uma onda altista novamente — onda essa já desencadeada pelo Governo com as declarações repetitivas de ir em auxílio do mercado e de lhe conferir uma certa «ordem».

(António Marques Bessa, «Tempo», 12 Nov.)

• «Na quarta-feira, dia 11, o apelo à ajuda do sector bancário veio do próprio ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, que, durante a sua reunião com o Conselho Nacional das Bolsas, pediu aos

bancos para intervirem no mercado, nos próximos dias, para que se consigam salvar algumas cotações (...)

(«O Jornal», 13 Nov.)

Os mal-agradecidos

• «Sabe-se, contudo, que o «convite» não foi muito bem recebido por alguns bancos.

O presidente de um banco do Estado disse a «O Jornal» que «não faz sentido obrigar os milhares de clientes que não gostam de jogar na Bolsa a salvar o mercado» (...)

(«O Jornal», 13 Nov.)

• «Os potenciais compradores — menosprezando as novas regras criadas precisamente para os defender — não entregaram directamente nos escritórios da Bolsa de Valores do Porto (...) qualquer ordem, o que levou o presidente da comissão directiva da referida Bolsa, Veiga Anjos, a manifestar-se desiludido».

(«Diário de Notícias», 17 Nov.)

Perder tudo...

• «Meios bancários estimam que a baixa terá afastado entre 50 a 100 mil pequenos investidores da Bolsa (...) Segundo apurámos, os investidores que foram eliminados pela baixa são sobretudo particulares que utilizaram o crédito para comprar acções. Em certos casos, estes pequenos investidores optaram por hipotecar as suas casas de habitação, sendo obrigados a vender na baixa, para poderem pagar as hipotecas. Confirmados estão também desvios de fundos em algumas empresas, por parte de funcionários que, ante a expectativa de um lucro fácil na Bolsa, tencionavam repor os dinheiros desviados antes do final do ano, quando do fecho das contas anuais».

(«Semanário», 14 Nov.)

...só por falta de «inspiração»!

• «Houve quem pedisse empréstimos bancários para comprar na alta; houve quem adquirisse automóveis de luxo, a contar com OPV's entretanto canceladas; houve de tudo, na vertigem da descida. Belmiro de Azevedo, é óbvio, não está neste número. É certo que — através de acções da Sonae, da Novopan, da Proadec, da Isar-Rakoll — ele foi prejudicado com uma parte dos 800 milhões de contos somados pela baixa na Bolsa de Lisboa. Mas, note-se nada lhe saiu do bolso. Deixou de ganhar, ganhou menos. Por agora. Dentro de algum tempo, terá recuperado, e com vantagem».

(«Expresso», 14 Nov.)

O conselho de Rocha

• «Se há alguma coisa na vida que seja ferozmente conservadora é o dinheiro. Ao menor pressentimento de perigo, o dinheiro desaparece, esconde-se, como que se evapora. Daí a crítica que se faz ao Governo: este devia ter legislado antes dos acontecimentos e devia ter usado o «marketing» antes da crise. (...) O Governo precisa de usar mais o «marketing», precisa de usar mais a sua televisão...»

(«Tempo», 12 Nov.)

Damas

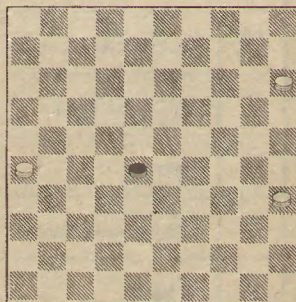
CXXVIII — 19 de Novembro de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 128

Por: Blonde (1741-1819)

— Paris, 1798

Br.: [3]: 15-26-35; Pr.: 28



Jogam as brancas e ganham

Nota: Compare-se este n.º 128 (Blonde) com:

Br.: [3]: 15-31-35

Pr.: [1]: 28 J.B.G.

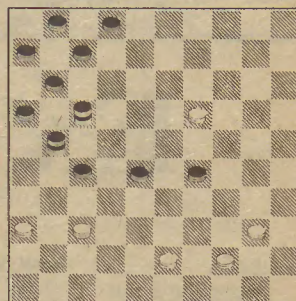
Por: Charles Alix, 1867

GOLPE N.º 128

(Golpe Africano)

Por: Blonde, 1798

Pr.: [11]: 1-2-6-7-11-16-(17)-(21)-27-28-29



Br.: [6]: 19-36-37-40-43-44

Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CXXVIII

N.º 128 (B): 15-10 (28-33!) 10-4! — Se (33-38) 4-10 (38-43!) 10-28!+ — Se (33-39) 4-22 e 22-28+

Golpe (Problema) 128 (B): 36-31 abertura de linha e criação de um tempo de espera (27x36) 19-13 (21x49) 37-31 (36x27) valem 40-34! colagem que caracteriza este golpe. (49x8) e 34x3! É a peça apoiada [34] que executa a captura.

A. de M.M.

Xadrez

CXXVIII

19 de Novembro de 1987

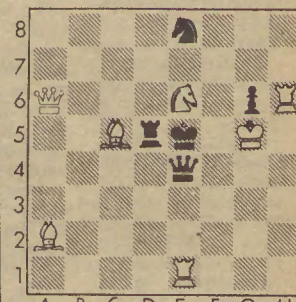
Proposição N.º 128

Por: Charles A. Gilberg

1.º Prémio

«Danbury News», 1881

Pr.: [5]: Pg6-Cé6-Td5-Dé4-Ré5



Br.: [7]: C66-Bs. a2, ç5-Ts. é1, h6-Dé4-Rg5

Jogo N.º 128

S. Francisco, 1985

Prémio de Beleza

Br.: Awate — Pr.: Frias

1. é4, ç5; 2. f4, é6; 3. Cf3, d5; 4. Bb5+, Bd7; 5. B:d7+, C:d7; 6. d3, Cdf6; 7. é5, Cd7; 8. f5, é15; 9. 0-0, B67; 10. ç4, Cb6; 11. Dé2, Dd7; 12. Cç3, 0-0-0; 13. Cg5, B:g5; 14. B:g5, Té8; 15. Df2, d4; 16. Cb5, T:é5; 17. C:a7+, Rb8; 18. Bf4, R:a7; 19. Dd2, Ra6; 20. B:é5, f6; 21. Bg3, Ce7; 22. b4, Ca4; 23. b:ç5, C:ç5; 24. Tab1, b6; 25. T:b6+, R:b6; 26. Db4+, Ra6; 27. D:ç5, Cç8; 28. Da3+ e Br. ganham.

Solução do N.º 128

Chave: 1. Df1

1. ..., R:é6; 2. Df5++

■ **A. de M.M.**